

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE

Andréia Regina Anacleto da Silva

**AS PRÁTICAS CURRICULARES DE INCLUSÃO ESCOLAR COM O PÚBLICO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO UMA ESCOLA MUNICIPAL DA
REDE DE ENSINO DE JOINVILLE/SC**

Joinville - SC

2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- CEAD

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE - PROFEI

Andréia Regina Anacleto da Silva

**AS PRÁTICAS CURRICULARES DE INCLUSÃO ESCOLAR COM O PÚBLICO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL
DA REDE DE ENSINO DE JOINVILLE/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, pela Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, sob a orientação do Profº Dr. Amauri Bogo e da Profª. Drª. Cléia Demétrio Pereira.

Linha de pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Joinville - SC

2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração
automática da Biblioteca Setorial do CEAD/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Silva, Andréia Regina Anacleto da

As práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial: um estudo de caso de uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC / Andréia Regina Anacleto da Silva. -- 2022.

150 p.

Orientador: Amauri Bogo

Coorientador: Cléia Demétrio Pereira

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa de Pós-Graduação em Rede, Florianópolis, 2022.

1. Práticas curriculares. 2. Inclusão escolar. 3. Educação especial. I. Bogo, Amauri . II. Pereira, Cléia Demétrio . III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Educação a Distância, Programa de Pós-Graduação em Rede. IV. Título.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- CEAD

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE - PROFEI

Andréia Regina Anacleto da Silva

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI, na Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação Profissional. Área de concentração: Educação, Inclusão.

Banca Examinadora:

Orientadores: _____

Prof. Dr. Amauri Bogo

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Profª. Drª. Cléia Demétrio Pereira

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membros:

Prof. Dr. Alfredo Balduíno Santos Universidade do
Estado de Santa Catarina - UDESC

Profª. Drª. Aparecida Meire Calegari Falco

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profª. Drª. Luciana Kornatzki

Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina – SED/SC

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, por me amparar nos momentos difíceis e principalmente, por ter colocado em meu caminho muitas pessoas especiais, sem as quais eu não teria chegado ao êxito.

Aos meus orientadores, Profº Dr. Amauri Bogo e Profª Drª. Cléia Demétrio Pereira pelo apoio, dedicação e competência na orientação da melhor forma de condução da pesquisa. Pela paciência nas inúmeras correções. Pelas sugestões e discussões, fatores fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Quero agradecer a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pela oportunidade e ao Centro de Educação a Distância (CEAD) pela qualidade e excelência do ensino. Aos docentes deste programa de pós-graduação, pelos conhecimentos transmitidos e a banca da minha qualificação, pelas valiosas contribuições realizadas para o enriquecimento e aprimoramento desta pesquisa.

Aos amigos que sempre tiveram uma palavra de motivação, incentivo e conforto nos momentos difíceis.

Aos meus pais, Orival e Lourdes, pela formação do meu caráter, valores e conduta, tão fundamentais para minha vida pessoal e profissional.

Em especial, ao meu esposo Jeferson e minha filha Laura pela compreensão nas horas de ausência e pelo apoio e incentivo, que serviram de alicerce e inspiração para as minhas realizações.

As gestoras, equipe administrativa e professores da escola onde desenvolvi a pesquisa, pela aceitação, parceria e colaboração, fornecendo a base e informações primordiais para realização deste estudo.

A todos os mestrandos do PROFEI-UDESC que com o passar do tempo nos tornamos amigos compartilhando as mesmas expectativas e que vibraram comigo a cada fase vencida.

A minha família e amigos pela compreensão nos momentos de ausência e pelo carinho irrestrito.

Aos colegas estudantes e professores do PROFEI-UDESC pelo incentivo e apoio de sempre.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede, ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina, na linha de pesquisa Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Teve como objetivo analisar as práticas curriculares de inclusão escolar utilizadas com o público da Educação Especial por meio de um estudo de caso em uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC. O contexto atual da educação especial apresenta o fortalecimento de políticas educacionais inclusivas, as quais têm como foco a matrícula de estudantes com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, associado ao investimento na formação de professores, adequações na infraestrutura, em recursos pedagógicos, materiais didáticos e a necessidade de estar sempre renovando e atualizando as práticas curriculares inclusivas. A opção metodológica seguiu uma abordagem qualitativa, por meio do método de estudo de caso, subsidiados pela pesquisa bibliográfica e documental, através da pesquisa aplicada e exploratória, com consulta nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário online, destinado aos professores de uma escola municipal da rede pública de ensino de Joinville. O questionário aplicado com os participantes da pesquisa buscou analisar as práticas curriculares inclusivas utilizadas e evidenciar as possibilidades e dificuldades encontradas neste contexto escolar para efetivação destas práticas de inclusão escolar com o público da educação especial. O procedimento de análise dos dados seguiu com as contribuições da análise de conteúdo e análise documental. Os dados coletados e analisados a partir das inferências obtidas resultaram na elaboração do produto educacional, organizado por meio de um vídeo, denominado “Pistas e Dicas Pedagógicas”. As *pistas e dicas pedagógicas* são indicativos que podem fornecer aos professores alternativas para superar as dificuldades e promover melhores condições para vivenciar práticas curriculares inclusivas em seu cotidiano, no sentido de superar os desafios do trabalho com o público da educação especial. Importa dizer que esta produção do vídeo será divulgada em toda a rede municipal de ensino de Joinville por meio da divulgação nos grupos de Whatsapp, canal do Youtube e redes sociais.

Palavras-chaves: Práticas curriculares; Inclusão Escolar; Educação Especial.

ABSTRACT

This study is linked to the Postgraduate Program - Professional Master's Degree in Inclusive Education Network, offered by the State University of Santa Catarina, in the research line Special Education from the Perspective of Inclusive Education. It aims to analyze the curricular practices of school inclusion used with the Special Education public through a case study in a municipal school of the Joinville/SC education network. The current context of special education presents the strengthening of inclusive educational policies, which focus on the enrollment of students with special needs in regular schools, associated with investment in teacher training, adjustments in infrastructure, teaching resources, teaching materials and the need to be always renewing and updating inclusive curriculum practices. The methodological option followed a qualitative approach, through the case study method, supported by bibliographic and documentary research, through applied and exploratory research, with consultation in databases such as the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The data collection occurred through the application of an online questionnaire, aimed at teachers from a municipal school in the Joinville/SC public school system. The questionnaire applied to the research subjects sought to analyze the inclusive curriculum practices used and highlight the possibilities and difficulties found in this school context for the effectiveness of these school inclusion practices with the public of special education. The data analysis procedure followed with the contributions of content analysis and document analysis. The result of this study was the elaboration of a video with suggestions and clues to provide teachers with alternatives to overcome the difficulties and promote better conditions to apply inclusive curriculum practices in their daily lives, overcoming the challenges of working with the public of special education. This video will be disseminated throughout the municipal school system of Joinville through Whatsapp groups, youtube channel and social networks.

Keywords: Curricular Practices; School Inclusion; Special Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “políticas públicas de inclusão escolar”.....	49
Quadro 2. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “práticas curriculares de educação especial”	54
Quadro 3. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “Educação Inclusiva”	58
Quadro 4. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “Metodologias Inclusivas.....	65
Quadro 5. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “Educação Inclusiva.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Levantamento de produções acadêmicas científicas.....	48
Gráfico 2: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Políticas públicas de inclusão escolar”	49
Gráfico 3: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Práticas curriculares de educação especial”	54
Gráfico 4: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “práticas pedagógicas inclusivas”	58
Gráfico 5: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Metodologias Inclusivas”	64
Gráfico 6: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “educação inclusiva”	71
Gráfico 7: Materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pela escola.....	84
Gráfico 8: Instalações, estrutura física e acessibilidade da escola,.....	86
Gráfico 9: Formação profissional e experiências docentes	87
Gráfico 10: Atuação do profissional no AEE da sua escola contribui para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial.....	89
Gráfico 11: A atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola	91
Gráfico 12: Práticas curriculares no cotidiano escolar	93
Gráfico 13: Aspectos cotidiano escolar que podem ser alterados para efetivar as práticas inclusivas	98
Gráfico 14: Dificuldades que os docentes enfrentam	101
Gráfico 15: Tem conhecimento e acesso ao PPP da sua escola	107
Gráfico 16: Participação na elaboração do PPP da escola	108
Gráfico 17: PPP da escola estabelece indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes considerados público da educação especial	110
Gráfico 18: Aspectos políticos, pedagógicos e/ou administrativos que consideram fundamentais estar inseridos no PPP	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE	- Associação Catarinense de Ensino
AEE	- Atendimento Educacional Especializado
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
BTDT	- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	- Centro de Educação
CF	- Constituição Federal
CENAIC	- Centro Nacional Integrado de Cursos
DUA	- Desenho Universal para a Aprendizagem
EE	- Educação Especial
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	- Ministério da Educação
NEI	- Núcleo de Educação Infantil
PAEE	- Público-Alvo da Educação Especial
PCD	- Pessoas Com Deficiência
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	- Plano Nacional de Educação
PNEEPEI	- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	- Projeto Político Pedagógico
PROFEI	- Mestrado Profissional em Educação Inclusiva
RME	- Redes Municipais de Ensino
SAEP	- Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná
SC	- Santa Catarina
SEM	- Sala de Recursos Multifuncionais
TA	- Tecnologia Assistiva
TEA	- Transtorno do Espectro Autista
TCLE	- Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
TGD	- Transtornos Globais do Desenvolvimento
UDESC	- Universidade do Estado de Santa Catarina
UNISOCIESC	- Sociedade Educacional de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 EXPERIÊNCIAS E MOTIVAÇÕES.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.2 O AVANÇO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	23
2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	24
2.4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	27
2.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	32
2.6 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA....	36
2.7. METODOLOGIAS UTILIZADAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	44
3 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	47
3.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR	48
3.2 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “PRÁTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL”	53
3.3 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS”	57
3.4. PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “METODOLOGIAS INCLUSIVAS”	64
3.5 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “EDUCAÇÃO INCLUSIVA”	70
4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	76
4.1 CONTEXTO DA PESQUISA	77
4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	77
4.2.1 A Pesquisa bibliográfica	77
4.2.2 A Pesquisa Documental	78
4.2.3 Pesquisa de campo	78
4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	79
4.3.1 Levantamento das produções acadêmicas	79
4.3.2 Questionário como instrumento de coleta de dados.....	79
4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA	80
4.5 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS.....	80

4.6 O PRODUTO EDUCACIONAL	81
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	83
5.1 PRÁTICAS CURRICULARES QUE CONTRIBUEM PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES CONSIDERADOS O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	83
5.2 DIFÍCULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES NO CONTEXTO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS CURRICULARES INCLUSIVAS COM O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	97
5.3 DOCUMENTOS NORMATIVOS QUE REGULAMENTAM AS PRÁTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE JOINVILLE/SC	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES.....	132

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todas as pessoas que está previsto em diversos documentos/textos da legislação brasileira. Embora prescrita na Constituição Federal (BRASIL,1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996), esta condição ainda necessita de políticas educacionais que assegurem efetivamente, a garantia desse direito no contexto escolar, especialmente, com relação aos percursos de escolarização de alunos nos processos de educação especial.

No campo da educação especial tem-se a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (BRASIL, 2008) a qual atua na orientação das práticas de inclusão de estudantes considerados público alvo da educação especial nas classes regulares de ensino, dentre outros direitos de acessibilidade que podem reportar ao currículo, às relações pessoais, à estrutura física e pedagógica.

O estudo da Educação Inclusiva é abrangente, abrindo um leque diversificado de inferências e possibilidades, por isso, o enfoque aqui tratado se refere ao ambiente escolar, pontuando a forma como a prática inclusiva é efetivada, buscando identificar as dificuldades de utilizá-las no cotidiano em sala de aula.

O tema abordado é complexo e controverso, já que legalmente é garantido e legitimado o direito à inclusão. Todavia, é possível constatar em muitos espaços educacionais, que os recursos e os meios utilizados para operacionalizá-la, ainda abrem brechas para que ocorram a exclusão de alunos com necessidades especiais. Tal problemática aparece de forma velada, sendo muitas vezes maquiada pelos sistemas de ensino.

A Educação Especial se caracteriza na oferta de serviços que promovam o apoio pedagógico necessário para que os estudantes do público da Educação Especial sejam atendidos em suas especificidades de aprendizagem. Com isso, a efetividade da inclusão escolar se constitui como um desafio, evidenciando a necessidade de introduzir inovações aos processos educacionais por meio de novas práticas curriculares e metodologias, objetivando assegurar maiores possibilidades de integração e de inclusão aos estudantes.

Com base na legislação mencionada situamos a presente pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI) e ofertada pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), linha de pesquisa Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, objetivando analisar as práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial em uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC.

Para atingir o objetivo geral definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar um levantamento de produções acadêmicas sobre as práticas curriculares pedagógicas que contribuem para a inclusão de estudantes considerados públicos da educação especial.
- b) Analisar a proposta de educação especial do PPP de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC.
- c) Evidenciar práticas curriculares que contribuem para a inclusão escolar de estudantes considerados o público alvo da Educação Especial de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC.
- d) Identificar possíveis dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da Educação Especial de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC.
- e) Elaborar um vídeo com pistas e dicas para contribuir com a efetivação de práticas curriculares inclusivas, como produto educacional.

Nesse contexto, a partir dos objetivos relacionados o estudo apresenta a seguinte questão norteadora: *A atuação dos professores de uma escola pública municipal de Joinville/SC pode contribuir para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público alvo da Educação Especial?*

Para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada utilizou-se o método de abordagem qualitativo, por meio da pesquisa aplicada, exploratória que de acordo com Roesch (1999, p. 140) “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais”.

Também se caracteriza como uma pesquisa de caráter exploratório que de acordo com Gil (2008) tem como base desenvolver ou mesmo esclarecer, ideias ou conceitos, para que o pesquisador tenha condições de estabelecer com maior precisão o problema, e criar teorias que possam ser estudadas posteriormente.

Da mesma forma, se classifica como uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi; Lakatos (2008) abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros.

Por conseguinte, se classifica como pesquisa documental, conforme Marconi; Lakatos (2008) a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias, as quais podem ser recolhidas no momento em que, o fato ou o fenômeno ocorre, ou mesmo depois de sua ocorrência.

Utiliza a técnica de pesquisa de campo que segundo Ventura (2012), pois procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de questionários para captar as explicações e interpretações do que ocorre na realidade.

Inicialmente, realizou-se uma seleção de produções acadêmicas em dissertações de mestrado e teses de doutorados nas bases da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para esta seleção tomamos como critério o recorte temporal dos últimos 10 anos, aplicando os descritores “políticas públicas de inclusão escolar”, “práticas curriculares de Educação Especial”, “práticas pedagógicas inclusivas”, “metodologias inclusivas” e “educação inclusiva”. Por conseguinte, as buscas pelas fontes documentais que regulamentam as políticas de Educação Inclusiva ocorrerão no Projeto Político Pedagógico da escola.

O levantamento de dados sobre as possibilidades e dificuldades de desenvolver práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes da Educação Especial foram coletados por meio da aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, ao qual foi submetido à análise temática de Bardin (2016).

As inferências decorrente das análises realizadas possibilitaram desenvolver um produto educacional, como atividade obrigatória desse percurso de pesquisa, materializado por meio da produção de um vídeo, intitulado “Pistas e Dicas Pedagógicas”, com sugestões de práticas pedagógicas que poderão subsidiar e potencializar as ações dos professores, ao passo que também pode promover maior volume de conhecimentos, servindo de multiplicador para professores da rede municipal de ensino de Joinville, na diversificação das práticas curriculares dos

professores em sala de aula, com alunos público alvo da educação especial, impactando diretamente sobre a melhoria na qualidade do ensino voltado para os alunos de inclusão.

1.1 EXPERIÊNCIAS E MOTIVAÇÕES

A trajetória da acadêmica teve início no ano de 1999 com o ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Administração e Séries Iniciais pela Associação Catarinense de Ensino (ACE), na cidade de Joinville/SC. Após a conclusão da Graduação no ano de 2002, iniciou-se a trajetória profissional na área da educação no ano de 2004 atuando na docência do Curso Profissionalizante no Centro Educacional Dom Bosco, até janeiro de 2008. No período noturno, durante o ano de 2004, à docência também aconteceu no Curso Técnico de Gestão de Pessoas no Colégio Cenecista Elias Moreira na Disciplina de Treinamento e Desenvolvimento. Continuando as atividades no período noturno, nos anos de 2005 e 2006, como docente no Curso Profissionalizante no Centro Nacional Integrado de Cursos (CENAIC) nas disciplinas de Administração, Marketing e Gestão de Pessoas. Em fevereiro de 2008, houve o ingresso como Servidora Pública da Prefeitura Municipal de Joinville, iniciando as atividades nas séries iniciais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores atuando como Professora de Séries Iniciais e Professora Integradora de Mídias. No ano de 2013 lecionou disciplinas de Gestão e Inovação e Técnicas de Comunicação e Metodologia na Sociedade Educacional de Santa Catarina (UNISOCIESC) no período noturno.

Com o intuito de buscar maior especialização na área educacional e atualização mediante as novas exigências do mercado de trabalho, houve o ingresso no ano de 2003 no Curso de Pós-Graduação com Especialização em Pedagogia do Trabalho na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Visando crescimento profissional e ampliação dos conhecimentos na área Educacional, ampliaram-se saberes, no ano de 2008, por meio do Curso de Pós-Graduação com Especialização em Psicopedagogia pela Associação Catarinense de Ensino – ACE. Com o aprimoramento acadêmico, novos espaços no meio educacional motivaram a atuação como Professora Integradora de Mídias, na área de informática, adquirindo-se novas experiências sobre o uso de tecnologias na educação, que aprimoraram as

habilidades de proatividade e de liderança, de capacidade de trabalho em equipe, de comunicação e de atendimento ao corpo discente e formação do corpo docente.

Durante a vivência de 18 anos no meio educacional percebeu-se as dificuldades e obstáculos da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola pública, constatando aspectos que necessitam de aprimoramentos para que a inclusão ocorra de forma efetiva, sem discriminação, garantindo direitos iguais e ensino de qualidade a todos.

Mediante as experiências vivenciadas e as dificuldades encontradas para que a prática inclusiva ocorra na escola, optou pela realização do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI), objetivando adequação à nova realidade da Educação no Brasil que é pautada na igualdade de direitos e oportunidades a todos e para aprimorar os conhecimentos sobre a Educação Inclusiva, tendo em vista o aumento da demanda por profissionais especializados nesta área. Acredita-se que os conhecimentos assimilados durante a realização do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva trarão importantes contribuições para a atividade profissional, em especial na tratativa de alunos da Educação Especial.

A partir daí surgiu o interesse em realizar um estudo com a temática de pesquisa voltada à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde realizou-se uma ampla revisão bibliográfica com o intuito de analisar as práticas curriculares de inclusão escolar com o público da Educação Especial em uma escola da rede municipal de ensino de Joinville/SC. Através da pesquisa realizada levantando em conta as dificuldades encontradas pelo corpo docente com relação às práticas curriculares praticadas na escola, estabelecendo um comparativo dos dados levantados na bibliografia e os resultados encontrados com as respostas inseridas nos formulários, a intenção final da dissertação de mestrado foi de identificar as possíveis dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar da escola estudada, para que a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da Educação Especial realmente seja realizada e mediante esta análise formular um vídeo, com sugestões e dicas, o qual servirá como base para a realização de adequações e melhorias na escola pública onde trabalho, a fim de melhorar as Práticas Inclusivas utilizadas e garantir o acesso à educação de qualidade à todos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE INCLUSÃO

Na atualidade palavras como integração e inclusão estão sendo rapidamente difundidas por toda a sociedade, especialmente no meio educacional. A disseminação destes termos teve seu início a partir da década de 1950, quando os órgãos públicos passaram a ter maior preocupação com a igualdade de direitos e acesso à educação entre todas as pessoas (LIMA, 2017).

Januzzi (2006) ressalta que, perante essa nova realidade foram desenvolvidas novas políticas educativas, por meio da elaboração de propostas de ensino e aprendizagem inovadoras, voltadas especificamente às pessoas que apresentavam necessidades especiais. No entanto, para que estas propostas fossem corretamente interpretadas e compreendidas foi necessário um longo caminho passando por várias etapas.

Assim, pode-se identificar que a origem das ideias voltadas à igualdade de direitos e de acesso à educação na década de 1950, por meio do princípio da normalização. Este modelo tinha como base a crítica aos modelos tradicionais de ensino utilizados na época, os quais pregavam a segregação e tinha como prioridade disponibilizar às pessoas com necessidades especiais padrões, estilos de vida e condições de acesso ao ensino similares às pessoas consideradas normais pela sociedade (SEABRA JUNIOR, 2006).

Como exemplo da aplicação do princípio da normalização, cita-se a Campanha Nacional pelo Livro Didático. Pode-se dizer que essa campanha, realizada na década de 1950, está entre os primeiros programas de políticas públicas utilizado no Brasil, o qual incluiu em sua matriz norteadora o atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas de ensino regular tendo como foco a massificação dos livros em braile, para que as pessoas cegas tivessem melhores possibilidades de acompanhar as aulas em escolas públicas (DELEVATI, 2021).

Conforme Jannuzzi (2006), no fim da década de 1970 e início da década de 1980, foi inserido no Brasil o princípio de *mainstreaming*¹, o qual está relacionado à

¹ Grifo nosso: considera-se mainstreaming no contexto da educação, a prática de colocar os alunos com necessidades educativas especiais numa sala de aula do ensino geral durante períodos de tempo específicos com base nas suas competências.

integração, tendo como foco a deficiência mental. Este princípio foi criado na Dinamarca no ano de 1959 e foi incorporado na legislação do país, tendo como objetivo promover uma integração progressiva de pessoas com deficiência mental com as pessoas consideradas normais, tendo por finalidade promover a aceitação de deficientes no ensino regular e como na sociedade em geral. Para isso, esse princípio tinha como aspecto fundamental a integração dos alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular.

No entanto, conforme a visão de Seabra Junior (2006) este movimento de integração tinha como principal objetivo promover a inclusão social de pessoas com deficiência mental, para que estes atingissem um determinado grau de aprendizado.

Já nos anos iniciais da década de 1990 surgiu o princípio da inclusão, principalmente após a Declaração de Salamanca, a qual representou uma quebra de paradigma com relação aos métodos e instrumentos que visavam a igualdade educacional. O princípio da inclusão foi visto como uma superação ao modelo de integração, pois conforme esta declaração,

[...] em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 1994, p. 12).

Ao observar esta afirmação, entende-se que a visão sobre a inclusão pressupõe que as tarefas, investimentos e demais atividades necessárias para a adaptação não são mais dos alunos com necessidades especiais passando a serem incumbência da escola e da sociedade em geral. Desta forma, a busca pela normalização, não leva em consideração ou mesmo elimina as diferenças existentes dando lugar ao altruísmo. Assim, a escola não passa mais a ser vista como um lugar no qual prevalecem os padrões, ou seja, as características vistas como normais.

Ao considerar a observação feita por Carvalho (2006) constata-se que é de fundamental importância a advertência sobre qualquer tipo de mal-entendido. Ao se criticar a visão sobre a integração, não se está criticando o significado do termo integração, no entanto, as críticas estão relacionadas com a visão de normalização que está acompanhada dele. Da mesma forma, não se pode entender a ideia de integração como uma oposição direta ao conceito de inclusão.

Conforme Kuhn (2011), estes novos paradigmas relacionados à inclusão, ainda necessitam do auxílio dos antigos, tendo como vista que qualquer mudança de paradigma que não leve em consideração os conhecimentos e as técnicas já existentes podem retardar o desenvolvimento das ciências. Desta forma, o processo de inclusão precisa levar em consideração o máximo de conhecimentos possíveis que se viabilizem. Dentre estes conhecimentos, podem-se citar as estratégias utilizadas no modelo integracionista, as quais servirão como complemento ao ensino.

Inclusão é quando escola e todos os envolvidos se adequam para atender a criança com deficiência, inserida no ensino regular e a instituição educacional deverá também estar se adequando às práticas, conteúdos, e material específico para que a criança participe da aula dentro de suas limitações e potencialidades

Quando incluímos alunos no ensino regular é importante pensarmos que este estará sendo incluído no todo da escola, estará se relacionando como uma comunidade onde há limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos e externos e sua história. Quando o aluno está sendo incluído, há uma reforma radical em termos de currículo, avaliação e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Pois a escola deve estar preparada e deverá realizar algumas adaptações de acordo com o educando especial (SANTOS, 2015).

A educação inclusiva implica uma mudança radical de mentalidades e práticas pedagógicas. Como explica Freitas (2000, p. 38),

A inclusão se concilia com uma educação para todos e um ensino especializado ao aluno, mas não consegue programar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo inclusivo escolar de qualidade cedem um espaço de prioridade para o desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo uma nova postura de aceitação das diferenças individuais, da valorização de cada pessoa, da convivência na diversidade humana e da aprendizagem por meio da cooperação. Caracteriza-se, desse modo, o direito de ser no cotidiano da escola.

Portanto, para que a inclusão ocorra de forma adequada é preciso que as instituições de ensino atendam diversos requisitos que incorporem desde os recursos materiais e didáticos, adequações da estrutura física das instalações e principalmente o preparo e capacitação dos professores, os quais devem estar aptos a trabalhar com alunos com necessidades especiais (LIMA, 2017).

2.2 O AVANÇO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O tema inclusão é cada vez mais discutido, pois é muito importante que cada indivíduo tenha certa consciência do que é inclusão, como lidar com a inclusão e como fazer a diferença, fazendo com que nenhum ser humano seja excluído, por ser, digamos “diferente”. De acordo com Ferreira (1995, p. 355),

[...] a palavra inclusão tem o significado de: “ato ou efeito de incluir” ou “ato pelo qual um conjunto contém ou inclui outro”. Este processo apresenta uma construção de um novo tipo de sociedade, modificando ambientes sociais e a mentalidade das pessoas, portanto incluir não significa somente aceitar, mas sim criar condições para que a inclusão aconteça de forma agradável, sem constrangimentos.

Conforme Cavalcante (2005) o número de estudantes com algum tipo de necessidade especial cresce a cada ano na rede regular de ensino. Estudos feitos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) mostram que o movimento de inclusão no Brasil é irreversível.

Sobre as práticas de inclusão de alunos com necessidades especiais, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, no art. 208, “define que o atendimento aos deficientes deve ser dado, preferencialmente, na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, também prevê que a educação seja a mais reconhecida possível, apoiando a inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, nas escolas públicas e privadas (BRASIL, 2008).

É necessário sempre respeitar as diferenças entre cada indivíduo e aprender a conviver com suas dificuldades, tendo-se o privilégio de tê-las no meio em que se vive. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) veio subsidiar uma ação educativa compromissada com a formação de cidadãos, mostrando que a Educação Especial é parte integrante da Educação Geral, adotando o princípio da inclusão. Esse princípio defende que o ensino seja ministrado para todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, preferencialmente, no sistema comum de educação (RIBEIRO, 2003).

Ainscow (2004) sugere que a inclusão escolar deve ser ancorada em três aspectos inter-relacionados, a saber: a) a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente privado familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem; b) a sua participação efetiva em todas as atividades

escolares, a qual não depende apenas de "estímulos" de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola, e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão.

Para falar de inclusão é preciso falar sobre o educador, já que este é o instrumento principal do processo de educação. O educador precisa entender o preconceito e compreender que a criança, antes de vê-la como uma pessoa com deficiência é um sujeito com emoções, sentimentos e merece respeito como todas as crianças (MELO, 2019).

A prática pedagógica do educador no processo de inclusão de pessoas com deficiência nas aulas precisa possuir na sua prática paciência e amor, entre outras questões para conseguir romper as barreiras que irão surgir. Ao superar esses obstáculos o educador encontrará muita satisfação e contentamento ao participar do processo educativo destas crianças (DELEVATI, 2021).

Desta forma, a realização de uma pesquisa nesse sentido, apresenta uma importante contribuição para o âmbito escolar, possibilitando identificar as principais dificuldades existentes no processo de inclusão de alunos com deficiência (SANTOS, 2015).

No âmbito escolar encontram-se grandes problemas a respeito da inclusão devido a diversos problemas como: profissionais sem informações e mal preparados, escolas não adaptadas para receber pessoas com suas necessidades especiais, entre outros. Acredita-se que esses problemas somente serão solucionados quando o governo, a sociedade e as escolas agirem de forma conjunta, buscando medidas que garantam a igualdade de acesso à educação para pessoas com toda e qualquer deficiência (DELEVATI, 2021).

2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mesmo com muitos avanços no âmbito social e educacional, infelizmente existem pessoas que ainda possuem uma visão distorcida sobre o significado e a importância da educação especial, ou seja, pensam que esta modalidade consiste em um método educacional individualista, no qual as escolas devem ser adaptadas e direcionadas somente para o atendimento de alunos que apresentam necessidades especiais (LIMA, 2017).

Para que ocorram melhorias significativas na Educação Inclusiva nas escolas públicas brasileiras é preciso romper essas barreiras, por meio da conscientização de todos os envolvidos no meio educacional, expondo a importância da inclusão (RIBEIRO, 2003; OLIVEIRA, PAPIM, PAIXÃO, 2018).

A palavra inclusão está relacionada ao “ato ou efeito de incluir” ou “ato pelo qual um conjunto contém ou inclui outro”. Este processo apresenta uma construção de um novo tipo de sociedade, modificando os ambientes sociais e a mentalidade das pessoas. Portanto, a inclusão na escola não significa somente aceitar, mas sim criar condições para que a inclusão aconteça sem constrangimentos (BRASIL, 2008; KASSAR, REBELO, OLIVEIRA, 2019).

Sobre o conceito de inclusão pode-se dizer que abrange um conjunto de práticas, tendo como finalidade principal promover a normalização das condições de aprendizado às pessoas com qualquer tipo de deficiência e adequar os demais envolvidos no processo educacional com os preceitos apresentados nas políticas públicas de inclusão. No entanto, esse conceito apresenta múltiplas facetas e interpretações, envolvendo a ideia de participação. Assim, o conceito de inclusão visa romper com paradigmas tradicionais da escola e da sociedade como um todo que buscam sempre a homogeneidade, abrindo assim, espaço para equidade de oportunidades entre as pessoas, independentemente de aspectos como raça, cor, sexo, classe social ou algum tipo de deficiência, visando a aceitação das pessoas como elas são (LOPES; RECH, 2013; PEREIRA, 2019).

Diante da importância do assunto, Ribeiro (2003); Kassar, Rebelo e Oliveira (2019) afirmam que a educação inclusiva é cada vez mais discutida no meio acadêmico e educacional, pois é muito importante que cada indivíduo tenha consciência sobre o significado e a importância da inclusão, como lidar com as práticas inclusivas e as diferenças, fazendo com que nenhum aluno seja excluído do processo educacional, por apresentar algum tipo de necessidade especial.

Ao se aprofundar sobre o tema inclusão, é necessário primeiramente abordar sobre as deficiências e necessidades especiais, onde autores como Vygotsky (1997), defende que o desenvolvimento dessas crianças é similar às crianças consideradas “normais”, porém com algumas alterações estruturais nos processos de ensino – aprendizagem.

Desta forma, o desenvolvimento incompleto dos processos superiores não deve estar condicionado à deficiência em si, ou seja, no seu modo primário que diz

respeito aos aspectos biológicos, mas sim, aos aspectos secundários que estão relacionados à sua cultura e aspectos sociais. Assim, pode-se afirmar que o elo mais fraco para que haja a inclusão de uma criança com deficiência está relacionado aos aspectos culturais e sociais, aos quais os esforços para a educação inclusiva deverão ser dirigidos (VYGOTSKY, 1997; CHRISTO, 2019).

A quantidade de matrículas de alunos que apresentam algum tipo de necessidade especial é crescente a cada ano nas escolas públicas do Brasil. Estudos feitos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) evidenciam que o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no Brasil é irreversível (BRASIL, 2008).

Porém, mesmo com novas legislações e a necessidade crescente de acessibilidade para o atendimento de alunos com necessidades especiais, ainda é possível encontrar grandes problemas no âmbito escolar com respeito da inclusão devido a diversos problemas como: profissionais sem informações e mal preparados, escolas não adaptadas para receber pessoas com suas necessidades especiais, entre outros. De acordo com Oliveira, Papim e Paixão (2018) esses problemas somente serão solucionados quando o governo, a sociedade e as escolas agirem de forma conjunta, buscando medidas que garantam a igualdade de acesso à educação para pessoas com toda e qualquer deficiência.

Um aspecto importante que vem contribuindo positivamente para a melhoria e crescimento da educação inclusiva no Brasil são as publicações que apresentam experiências de sucesso e a importância da conscientização sobre as novas leis, o que tem reflexo positivo sobre as estatísticas educacionais, elevando a quantidade de crianças com necessidades especiais matriculadas nas escolas públicas. Mesmo diante de muitos avanços, ainda é possível constatar na prática que muitas crianças com necessidades especiais não têm seus direitos garantidos. Nessa realidade, é preciso que a educação especial promova a quebra de paradigmas que bloqueiam o pleno exercício da cidadania por parte destas crianças (GLAT; LIMA, 2002).

A educação especial tem como princípio destacar a possibilidade e a vantagem da convivência entre as pessoas, que tem direito a uma educação unificada para alcançarem a cidadania com qualidade de vida. Neste sentido, o movimento da inclusão busca demonstrar que a escola e a sociedade possuem um importante papel no processo educacional e no acolhimento de toda forma de diversidade humana (MANTOAN, 1997; RIBEIRO, 2003).

A escola inclusiva infelizmente ainda não é uma realidade com 100% de aceitação. Muitos pais ainda se deparam com preconceitos e despreparo por parte de muitas escolas e gestores educacionais que argumentam que a escola não está preparada para receber seu filho. É preciso enfatizar que essa realidade, muitas vezes, não é culpa dos gestores escolares, professores e funcionários, pois muitas dessas escolas não têm capacidade de manter os custos para a realização do atendimento educacional especializado, pois não recebem os recursos e a capacitação necessária para isso (BRASIL, 2008; OLIVEIRA, PAPIM, PAIXÃO, 2018).

Para que a inclusão efetivamente ocorra são necessárias diversas ações do poder público que, ao mesmo tempo em que beneficia a permanência do aluno na escola, garante o direito de acesso aos alunos com necessidades especiais, a partir do princípio básico de que a educação é um direito de todos (MANTOAN, 1997; BRASIL, 2008).

Com isso, a educação especial evidencia a necessidade de introduzir inovações aos processos educacionais por meio de novas práticas, metodologias e processos educativos, objetivando assegurar maiores possibilidades de integração/inclusão a todos os estudantes, particularmente, aos estudantes com deficiência (KASSAR, REBELO, OLIVEIRA, 2019).

2.4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico adentra-se no debate sobre o direito à educação, demonstrando sua importância para o pleno exercício da cidadania. Para evidenciar a importância da educação como um direito social foram consultados documentos que auxiliam no processo de fortalecimento da educação no Brasil, dentre os quais se podem destacar a Constituição Federal de 1988, a LDBEN nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

No âmbito internacional foram elaborados vários documentos que serviram como base para a elaboração de leis Brasileiras, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração de Salamanca (1994); a Declaração da Convenção Internacional da Guatemala, promulgada pelo Decreto Federal nº 3.956 de 2001 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007), promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949 de 2009 (SANTOS, 2015).

De acordo com Lima (2017), a Educação no Brasil é apresentada como um direito social, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/BRASIL, 1988), quando no Art. 6º, Seção I do Capítulo III, determina como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Ainda na CF/88, o acesso à Educação é ampliado ao determinar a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos e, cumprindo as premissas do que é dever do Estado, ordena que esse promova o acesso, também, aos que não o obtiveram na idade própria (Inciso I). A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009 torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Segundo Joslin (2018), na Constituição de 1988, na LDBEN N° 9.394/96 - e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, o discurso de acesso e de igualdade de oportunidades é dominante, como pode ser observado nos trechos a seguir, extraídos dos documentos legais supracitados

Conforme exposto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206 “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p. 137).

Já a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o Ensino Fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade. (BRASIL, 1996, p.278).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:

As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os estudantes de um ensino ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola. (BRASIL, 2013, p.17).

Santos (2012) enfatiza que em 1989 a Lei nº 7.853/89 regulamenta o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. Reforçando esses princípios e inaugurando a década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, estabelece, no § 1º do artigo 2º, que “a criança e adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado”.

O artigo 5º é contundente: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 2002, p. 11).

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, enfatizam que a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global (BRASIL, 2008; KASSAR, REBELO, OLIVEIRA, 2019).

Segundo Glat e Lima (2002, p.27)

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas de uma forma geral, a educação escolar como um todo (GLAT; LIMA, 2002, p. 27).

Constam na Constituição Brasileira de 1988, vários capítulos, artigos e incisos sobre educação, habilitação e reabilitação da pessoa deficiente, além da sua integração à vida comunitária. Porém, apenas no ano de 1996 que foi organizada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual traz inovações, não só para a educação em geral, como também para a educação especial (BRASIL, 2008).

A LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) veio subsidiar uma ação educativa comprometida com a formação de cidadãos, mostrando que a Educação Especial é parte integrante da Educação Geral, adotando o princípio da inclusão. Esse princípio defende que o ensino seja ministrado a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais preferencialmente no sistema comum de educação (RIBEIRO, 2003).

Lima (2017) cita que o Art. 59 da LDBEN/96, já na versão atualizada da redação do texto, rege sobre o trabalho pedagógico diferenciado para atender as necessidades educacionais dos estudantes da educação especial, garantindo-lhes o direito à flexibilização e acesso ao currículo, por meio de métodos, técnicas e outros recursos que se fizerem necessários. Há o destaque para a terminalidade específica, incluindo o processo de aceleração da série ou etapa escolar para alunos superdotados; o direito ao professor especializado; a formação profissional e os benefícios aos programas sociais.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, novas leis relacionadas aos processos de educação especial e inclusão de alunos com necessidades especiais vêm sendo elaboradas no Brasil. O Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamentou as leis da Acessibilidade - a Lei Federal 10.048 e 10.098/2000 - usa as definições apresentadas pelo Decreto n. 3.298, de 1999, acrescentando a consideração das definições apresentadas pela Lei Federal 10.690/2003 e ainda acrescenta uma redação nova para definição de pessoa com mobilidade reduzida, que é aquela que, “não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção (BRASIL, 2004).

Um passo importante para a melhoria do atendimento à pessoa com deficiência ocorreu no ano de 2008 com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz orientações referentes aos sistemas de ensino para que a Educação Especial seja desenvolvida de maneira complementar e suplementar, mas não mais substitutiva, reafirmando o sistema único de ensino (SALLES, 2013).

Neste entendimento, implementa-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, a fim de garantir aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, ações em prol das especificidades desses estudantes que garantam o direito de aprendizagem (DILL, 2019).

Entende-se por AEE:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p,15).

A PNEEPEI (BRASIL, 2008), embora trate-se de um documento orientador, trouxe mudanças significativas para a educação brasileira e para os encaminhamentos da educação especial uma vez que ressignificou suas diretrizes e ações. As modificações oriundas desta política referem-se primordialmente à concepção da educação especial no sistema de ensino, ao fim do caráter substitutivo, ao público-alvo da educação especial e ao financiamento desta modalidade de ensino. Tal política pauta-se na perspectiva dos direitos humanos, enfatizando o direito à educação de todos os estudantes público-alvo da educação especial nas salas de aula da escola regular (MELO, 2019).

Nesse sentido, é possível apontar que ocorreram muitos avanços nas políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da inclusão.

A legislação brasileira mudou radicalmente a abordagem do atendimento a essa população, inclusive tomando para si a responsabilidade de atendimento a esses alunos, pois a legislação atual privilegia o atendimento a alunos com deficiências nas escolas comuns públicas. Dessa forma, a incorporação e a efetivação dos direitos das pessoas com deficiências no país, seja por adesão a acordos internacionais, seja como decorrências de lutas internas de grupos organizados da sociedade civil brasileira, nos parecem um grande avanço. No entanto, esse avanço ainda encontra limites (KASSAR, 2012, 844).

Em todo o processo de formulação de políticas públicas há sempre um tempo de diálogo, de definição do arcabouço legal e de grandes diretrizes de ação que auxiliam na efetivação da política, para atingir os objetivos no desenho proposto. É importante destacar que a Constituição Federal aprovada em 1988 foi um importante referencial para as propostas inclusivas, sendo a educação concebida como direito de todos, ou seja, um direito social subjetivo (SANTOS, 2015).

Assevera Kassar (2011) que as políticas públicas brasileiras se fortalecem após a Constituição e as políticas voltadas para a Educação Especial tem adquirido contorno de política pública constituída por embates entre diversos setores da sociedade e das instâncias governamentais, afetada, muitas vezes, por determinações originariamente externas ao país.

Dessa forma o processo de constituição das políticas relacionadas com a Educação Especial no Brasil decorre de convenções internacionais, o que nos permite constatar o contexto da influência onde as políticas públicas são iniciadas e os propósitos para a educação são determinados, sendo nesse contexto que os discursos políticos adquirem legitimidade compondo a base para a política (BALL; BOWE, 1992).

A educação inclusiva propagada pelas políticas educativas e modificada por elas em âmbitos nacionais, ainda não se mostra capaz de alterar significativamente a prática pedagógica das escolas de ensino comum quando se trata da escolarização de alunos específicos com deficiência. A inclusão tem ocorrido muito mais pelos discursos propagados do que por mudanças efetivas no contexto das práticas escolares, e, quando por vezes, a atuação dessas políticas acaba atenuando práticas inclusivas precárias que mais tem excluído o aluno com deficiência pelo processo de homogeneização, sem levar em conta suas diferenças individuais (PATTO, 2008 *apud* PEREIRA, 2019).

2.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dentre os aspectos fundamentais para que a inclusão atinja seus objetivos pode-se ressaltar a formação dos professores, em que Pereira (2019) apresentou estudos que analisaram as tendências da formação de professores com foco nas políticas de educação inclusiva, perante as políticas públicas de inclusão brasileiras, avaliando aspectos como a formação acadêmica destes professores e suas práticas diárias no processo educacional dos alunos, em especial, aqueles que apresentam algum tipo de necessidade especial. Conforme os resultados obtidos, a autora constatou que a formação dos professores é superficial com relação às práticas de educação inclusiva, podendo identificar ainda muita resistência, conflitos de ideias e contradições, no entanto, também foram constatados importantes avanços.

Seguindo esta linha de pensamento, Pires (2018) explana que o entendimento e as adequações ao currículo são partes fundamentais para que a inclusão efetivamente ocorra. Nesse sentido, existe uma ampla discussão entre os teóricos sobre este assunto, variando de correntes tradicionais até pós-modernas. Com relação ao currículo na educação especial, observa-se que, muitas vezes, as práticas

curriculares são realizadas sem que sejam levadas em consideração a realidade de cada escola e sem que para isso, tenha ocorrido um debate de ideias antes que o currículo seja levado para a prática, o que traz à tona a necessidade de mudanças.

Com foco nas profundas e radicais mudanças necessárias aos aspectos culturais, sociais e a formação de professores para atuar na educação inclusiva, Mainardes (2006), enfatiza que o foco da análise das políticas públicas deve ter como foco a interpretação dos profissionais que atuam na prática sobre os textos e informações transmitidas por estas políticas. Assim, é preciso que sejam identificadas eventuais resistências, conflitos, comodismos e conformismos entre a prática realizada no cotidiano das escolas com o que efetivamente é apresentado no discurso das políticas públicas.

Nesse sentido, a legislação educacional, por meio da Lei nº 10.098 de 2000, prevê que o Poder Público deve tomar providências visando a eliminação de toda e qualquer barreiras para garantir o acesso de alunos com necessidades especiais à educação, incluindo a utilização de auxiliares na sala de aula. A inclusão recebeu um importante reforço por meio da Convenção da Guatemala ocorrida no ano de 2001, que proíbe qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada nas deficiências de uma pessoa. Desta forma, a manutenção de uma pessoa com necessidades especiais fora do sistema educacional é vista como uma forma de exclusão e consequentemente um crime (MANTOAN, 1997; RIBEIRO, 2003).

Ao se referir sobre as mudanças necessárias para a constituição da educação inclusiva, Salles (2013) cita que a partir da publicação do Decreto nº 6.571/2008 o Atendimento Educacional Especializado passou a vigorar através de salas de recursos multifuncionais com duas especificidades, tipo I e tipo II, ou seja, a primeira é direcionada aos alunos com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação e a segunda para os deficientes visuais. O referido Decreto aponta que o atendimento ao aluno deve ser oferecido no contraturno da escola comum, de maneira a complementar ou suplementar à escolarização regular, de forma a possibilitar a dupla matrícula no que se refere ao FUNDEB dos alunos matriculados no AEE no período oposto ao da escolarização em classe comum.

Para Melo (2019), o AEE efetiva-se no trabalho de um profissional especializado que visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de possibilitar a aprendizagem dos estudantes, independentemente de necessidades específicas. Outras políticas educacionais ainda

surgem com intuito de criar ferramentas cada vez mais eficazes neste processo de educação inclusiva, com a constituição de uma série de programas e ações do governo, que visam atender aos estabelecimentos de ensino em todo país.

Kassar (2011, p. 72), cita alguns destes programas e sua finalidade:

Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial” e “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”, que atente a formação continuada de professores, prioritariamente na modalidade a distância; “Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social” (BPC), que realiza acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência nas escolas dos alunos beneficiários do BPC, até 18 anos; “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”; “Escola Acessível”, para adaptação arquitetônica das escolas; “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”; “Programa Incluir”. Esses programas formam, hoje, um conjunto articulado que propõe a atingir os estabelecimentos de ensino dos diferentes municípios do país. Para mensurar a abrangência pretendida dessas ações, tomamos o Programa “Educação Inclusiva: Direito à diversidade” que, segundo a secretaria de Educação Especial do MEC, hoje atinge 5.564 municípios, que corresponde a 100% dos municípios brasileiros. Com esse Programa, o Governo Federal brasileiro se compromete a fomentar a política de construção de “sistemas educacionais inclusivos”, formando educadores num sistema de multiplicadores.

Lima (2017) ressalta que um ponto relevante no âmbito do direito à educação é o direito do público da educação especial ao profissional especializado e também destaca que o profissional que atua com estudantes da educação especial, nos atendimentos educacionais especializados, necessita de formação e conhecimento específico para atender demandas de acessibilidade, estratégias metodológicas dentre outras necessidades voltadas para suplementação e complementação do currículo.

Os recursos de acessibilidade aplicados no processo de ensino precisam ser previstos, também, durante o processo de avaliação. Pensando no simples cumprimento da lei para formação destes profissionais, algumas instituições passaram a promover oferta indiscriminada de cursos de especialização em educação especial que, em muitos casos, possuem uma organização precária de conteúdo, isso quando não são cursos aligeirados, cujos mecanismos de monitoramento e avaliação dos profissionais formados por estas práticas são considerados insuficientes para garantia da qualidade dos trabalhos realizados no atendimento especializado, comprometendo o direito à educação dos estudantes da educação especial (LIMA, 2017).

A formação continuada dos docentes brasileiros é uma temática relevante no atual cenário educacional, especialmente quando abordado na educação inclusiva de alunos com deficiência. A formação do docente para atuar na educação especial e inclusiva deve ser um processo contínuo, onde busque se aprimorar, focando em práticas pedagógicas inovadoras e de acordo com as especificidades de cada aluno, respeitando a adaptação deles em suas atividades, respeitando o desenvolvimento e estilos de aprendizagens desses alunos (BABOSA, 2015).

A formação de professores se caracteriza com uma posição de inacabamento, ou seja, o docente precisa atualizar-se constantemente no contexto e cotidiano escolar. Deve assumir uma contextualização histórica e política, devido ter uma conotação social, assumindo uma relação intrínseca nesse processo (OLIVEIRA, 2016).

Segundo Mesquita (2007), tanto a formação inicial ou continuada do docente deve ser uma temática inserida nas discussões educacionais, em vários segmentos das políticas educacionais nacionais e por diversos pesquisadores do assunto, nas organizações curriculares, identidades profissionais e todas as competências exigidas nesse contexto.

A formação continuada não é apenas um “estar na profissão”. Ela vai mais além, é desafio constante, pois é formação pessoal e profissional. Corroborando com Canen e Xavier (2011), a formação de professores é um lócus privilegiado, pois oferece espaço para refletir e discutir, criar e implementar proposições que trilham novos caminhos na direção da diversidade no contexto escolar.

Para atuar no AEE e mediar os processos pedagógicos, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na modalidade de Educação Especial. Esse profissional tem como atribuição realizar o atendimento de forma complementar e de suplementar a escolarização, considerando as necessidades específicas dos alunos que serão atendidos (SANTOS, 2015).

Delevati (2021) cita que entre os elementos constantes nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 foram normatizados na Resolução nº 4/2009, como a formação do professor para atuar no AEE.

Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de

acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 18).

Mantendo o texto genérico da Política de 2008, a Resolução não acrescenta especificidades quanto à formação de professor para atuar na Educação Especial. Em dois artigos da Resolução, no art. 1º e 5º, a sala de recursos multifuncional é destacada como o local prioritário para o AEE na escola regular, podendo ainda ser oferecido em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (DELEVATI, 2021).

Nesse contexto, pode-se dizer que educação especial se caracteriza na oferta de serviços que promovam o apoio pedagógico necessário para que os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades sejam atendidos em suas especificidades de aprendizagem. Dito isso, a disponibilização de profissionais como: tradutor intérprete de Libras, professor de apoio à tecnologia assistiva, leitor, redator, professor de apoio educacional especializado, guia-intérprete é essencial para que os estudantes que necessitam de apoio especializado participem da avaliação em larga escala, pois, sem o recurso humano especializado, não há como esse aluno responder, em igualdade de condições, uma prova ou teste, ou seja, não há como participar da avaliação em larga escala (LIMA, 2017).

Nesse sentido, evidencia-se o papel das instituições especializadas no contexto da perspectiva inclusiva da educação especial: ofertar serviços de apoio complementar ou suplementar à escolarização de alunos do público-alvo da educação especial. Para que o papel do docente na educação inclusiva tenha êxito, é fundamental que haja um processo reflexivo sobre as formações continuadas, se estão respondendo a todas as exigências das políticas nacionais em relação a qualificação profissional e a necessidade de renovar as práticas pedagógicas inclusivas.

2.6 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em suas pesquisas Veiga-Neto (2012), considera que atuar nessa área, é poder irmos aos porões, e com isso, poder ativarmos nossas indagações e atingirmos as práticas educacionais.

Ao realizar esse processo de indagação reflexiva, pode ser algo positivo, pois, os docentes podem facilitar uma conscientização de alguns desajustes das práticas pedagógicas, e superar limitações sociais, culturais e ideológicas. A mudança de atitude somente será possível, no momento em que os olhares dos docentes forem sobre sua própria prática em relação aos alunos deficientes, contribuindo para traçar novos caminhos didáticos nessa área (OLIVEIRA, 2016).

O princípio básico da Educação Inclusiva é de que os alunos, independente de suas condições sócio-econômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

Verifica-se que para uma escola realmente ter uma prática inclusiva, ela precisa rever toda a sua estruturação e organização escolar, e com isso, reformular seus segmentos e seu projeto político-pedagógico, como também, seus recursos didáticos, suas práticas pedagógicas, metodologias e referenciais de trabalho, e promovendo o desenvolvimento de respostas pedagógicas de todos os alunos inseridos nesse processo, independente das suas condições específicas ou mesmo de escolarização.

Nesse contexto, é importante ressaltar alguns aspectos sobre as mudanças necessárias para a educação inclusiva:

Buscar uma educação inclusiva é buscar uma proposta totalmente inversa da escola tradicional; deste modo, a escola tradicional exige a adaptação dos alunos às regras disciplinares da escola e principalmente a sua forma de ensino. Em contrapartida, a educação inclusiva preocupa-se em responder às necessidades apresentadas pelo conjunto de seus alunos e por cada um individualmente, assumindo o compromisso com o processo ensino-aprendizagem de todos (GLAT; BLANCO, 2007, p. 25).

Destaca-se que a proposta de uma educação inclusiva não pode jamais se restringir à matrícula do aluno em determinado espaço regular de ensino, ou seja, justamente, o processo de inclusão escolar, deve fundamentalmente proporcionar a permanência desse aluno no ensino regular de acordo com as especificidades de cada caso.

É importante salientar que um ferramenta fundamental na Educação Inclusiva, sem dúvida, é a mediação escolar, tendo como objetivo a adaptação desse aluno na educação regular e propondo a ele um trabalho diversificado que busque atender

à demanda dos alunos com necessidades educacionais especiais, dentro dessa proposta da mediação.

Segundo o dicionário, o conceito de mediar significa intervir ou interceder, com isso e levando este conceito para a educação, podemos compreender que a mediação escolar vem de encontro com a intervenção no processo de ensino aprendizagem. Desta forma, inicio meu diálogo a partir do conceito de Vygotsky (2005) sobre a ação de mediação na aprendizagem. De acordo com o autor, o professor tem papel fundamental na mediação da aprendizagem do aluno, proporcionando a sistematização do seu conhecimento, pois, assim, o professor torna-se o protagonista no processo de inclusão. Portanto, a flexibilização e o diferencial das práticas pedagógicas serão constituídas a partir da ação docente, transformando a relação professor-aluno e estabelecendo a qualidade desta mediação. (CHIANELLO, 2016, p.45)

De acordo com o Artigo 18, § 1º (BRASIL, 2001), são considerados professores aptos e devidamente capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, os que possam comprovar que possuem conhecimentos a respeito dos conteúdos metodológicos da Educação Especial que devem ser adequados ao desenvolvimento de competências e valores que capacitem para:

- I – Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- I – Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modoadequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III – Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV – Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p. 77-78).

Ainda no Artigo 18, § 2º (BRASIL, 2001) essa legislação definiu como os docentes que possuem especialização em Educação Especial podem utilizar suas competências e poder contribuir significativamente para liderar e apoiar os procedimentos didáticos pedagógicos e com isso, possibilitar práticas alternativas adequadas no atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Um aspecto importante é ressaltar a importância do trabalho em equipe e poder assistir o docente em classe comum, promovendo a inclusão desses alunos no ensino regular (FERREIRA, 2020)

Jesus (2015) em suas pesquisas, ressalta que a experiência do professor na educação especial é um importante aspecto que viabiliza a construção de espaços que promovem o diálogo e reflexão, de acordo com as diretrizes das políticas inclusivas,

podendo trazer para essa área, importantes considerações sobre a atuação dos docentes em serviço e a importância de lidar com as demandas inerentes à prática em sala de aula.

De acordo com Veiga (1992), a prática pedagógica se realiza através da compreensão de que não existe prática sem referenciais teórico e vice-versa, para conhecermos algo de forma mais precisa, é necessário que se tenha uma vivência, uma experiência anterior. Dessa forma, a prática pedagógica do docente vai se construindo e se reconstruindo mediante a aquisição de novos conhecimentos teóricos e novas experiências práticas, tanto na vida pessoal ou mesmo profissional. Essas experiências também não estão vinculadas a atuação do professor, mas principalmente, como essas experiências são vivenciadas pelo docente e como aplica as práticas pedagógicas e sua atuação em sala de aula.

Nesse sentido, ganham especial relevância os discursos e ações dos professores, porque, em última instância, são eles que, no meio de seus medos, dúvidas, ansiedades, disponibilidades, acolhimento e possibilidades, assumem os alunos em suas salas de aula. São as práticas pedagógicas aí desenvolvidas que podem contribuir ou não para a aquisição do conhecimento por todos os alunos (JESUS, 2015, p. 97).

Na concepção de Glat (2011), o grande problema da educação inclusiva no contexto educacional atual, consiste em ter mais referenciais metodológicos que relatem os procedimentos pedagógicos, recursos didáticos e metodologias de ensino em sala de qual, que desencadeiem um processo educacional eficaz de acordo com as novas diretrizes de inclusão.

Em relação a reestruturação das escolas inclusiva, é necessário transformá-las em espaços que busquem a formação social dos educandos. É necessário que haja uma ruptura dos pilares tradicionais que sustentam ações educativas segregadoras e essencialmente integradoras e que tragam dificuldades no desenvolvimento cognitivo e social desses alunos.

As diferenças dos sujeitos são como informações sobre eles, que devem ser consideradas no planejamento de atividades propostas em sala de aula, ou fora dela, levantando os recursos didáticos e humanos necessários para atender a todos os alunos, de modo a evidenciar suas potencialidades. Sobre a inclusão da pessoa com deficiência, a autora chama nossa atenção, portanto, ao fato de que a ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos (PRIETO, 2006, p. 40).

Ainscow (2009) em suas pesquisas relata que a educação inclusiva, ainda necessita de diretrizes com princípios e valores que possam embasar a prática docente, de forma que o desenvolvimento da inclusão se realize na medida em que esses valores se aproximem realmente dos valores inclusivos. Para esse autor, esses valores estão relacionados à igualdade, ou seja, promovendo a participação, à comunidade, à compaixão, e principalmente o respeito pela diversidade, à sustentabilidade e ao direito. Dessa forma, verifica-se que há grupos diferenciados que concebem a inclusão de várias maneiras e o princípio basilar devem estar voltados para os valores, este pode ser o primeiro passo para a inclusão educacional (XAVIER, 2019).

As discussões e debates sobre a inclusão escolar do aluno com deficiência, no decorrer das últimas décadas, está assumindo um papel relevante na educação brasileira, ou seja, ao caracterizar as práticas pedagógicas realizadas no espaço escolar brasileiro, tanto dentro e fora da sala de aula, podem oferecer condições efetivas e favoráveis para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que tenham qualidade e com resultados satisfatórios no âmbito inclusivo (XAVIER, 2019).

O movimento de inclusão social no cenário brasileiro, é o processo pelo qual a sociedade vem gradativamente tentando se adaptar para poder incluir esse educando nas normas estipuladas pelas legislações brasileiras. Essa prática da inclusão ainda é recente no país e infelizmente, ainda encontra muitas barreiras, principalmente o medo do novo e a insegurança de alguns docentes ao se questionarem se suas práticas pedagógicas são suficientes no processo de ensino-aprendizagem.

Não podemos deixar de considerar que a implementação da educação inclusiva demanda, por um lado, ousadia e coragem, mas, por outro, prudência e sensatez, quer seja na ação educativa concreta (de acesso e permanência qualificada, de organização escolar e do trabalho pedagógico e da ação docente) ou nos estudos e investigações que procurem descrever, explicar, equacionar, criticar e propor alternativas para a educação especial (BUENO, 1999, p. 9).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que ainda existem muitos desafios a serem transpostos, tais como: a capacitação de professores, a necessidade de gestores engajados e que preparem as escolas em seus diversos níveis de funcionamento como recursos materiais, físicos, humanos e acessibilidade.

O processo de inclusão educacional tornou-se no cenário brasileiro, o primeiro passo concreto para a inclusão social da pessoa com deficiência, garantido e

amparado por legislação específica. Embasado na acessibilidade à informação, e dessa forma, proporciona a democratização que possibilita a aprendizagem dos conteúdos informativos e pedagógicos, inclusive curriculares, fundamentais para a formação da cidadania do indivíduo – objetivo último da Educação (BRASIL, 1996).

É na convivência com a diferença que é possível entender a individualidade, e o docente deve respeitar o tempo e a forma com que o educando com deficiência constrói sua aprendizagem, aspecto importante para promover a inclusão escolar e com isso, melhorar a qualidade de vida deles, respeitando dessa forma, o exercício pleno da cidadania. Sendo contrário a este pensamento abrem-se margens para que se continue no processo excludente. Não há espaço para o modelo cartesiano, dominante e excludente.

O sistema escolar produziu e continua reproduzindo suas disciplinas, sua seriação, suas grades, e se limita a ensinar suas próprias produções e a aprovar ou reprovar com base em critérios de precedências. A escola não respeita a cultura do aluno, impondo a cultura dominante (ARAUJO, 2009, p. 40-41).

O professor deve ficar atento em como o aluno se conhece no contexto escolar, que pode ser interrompido em seu processo de aprendizagem, sem conseguir entender de forma clara, que ele se torna alvo de práticas pedagógicas previamente programadas para que ele não vença. Outras vezes, acaba se distanciando entre a real compreensão de cada sujeito e a consciência, predominantemente enquadrado no modelo cartesiano.

Porém, mesmo havendo esta dualidade, a estrutura educacional vivencia transformações paradigmáticas presentes nesse contexto. De acordo com Mantoan (2004, p. 14) a escola “[...] se entupiu de formalismo, da racionalidade e cindiram-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracias”. Desta forma depara-se com Políticas Educacionais Inclusivas, porém o chão da escola não se harmoniza com o solicitado.

Considera-se nesse cenário, que é fundamental reconhecer a existência de uma cultura própria desses educandos, a cultura que acaba conformando de uma maneira particular, com uma prática social própria e única (SILVA, 2006).

Conforme Pereira (2009) é importante dar ênfase ao currículo informal, presente na história de cada estudante, que constitui importante fonte de insumos para o planejamento, a seleção e a execução das atividades.

A escola inclusiva, precisa se organizar para oferecer infraestrutura e espaços adequados para que possam aplicar as metodologias para que os alunos se sintam acolhidos. Para ocorrer mudança é necessária uma nova didática, um currículo que aborde a diferença. Dessa forma, é importante verificar quais os reais desafios que a educação inclusiva brasileira encontra atualmente, e quais as estratégias utilizadas para superar a discriminação e aspectos que dificultam o aluno de estar incluso e ter o direito a ser humano. Há um caminho longo a ser percorrido, e que a própria população deficiente tem que superar a diversidade, iniciando o processo por eles.

A luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, não pode ser algo utópico, mas uma luta onde não haja uma fragmentação entre os próprios segmentos e destacando que se não se assumir o outro como ser humano, como autor e protagonista de sua vida, do direito individual e coletivo, são aspectos que devem ser vistos e vivenciado com um olhar inquietante (PEREIRA, 2016).

As pesquisas educacionais sobre inclusão, caracterizaram-se como um respaldo que oferece metodologias empíricas na área educacional e produzem “formas de ensinar pessoas que por muito tempo não foram sequer consideradas educáveis” (MENDES, 2006, p. 388).

A partir daí a constatação que eles poderiam aprender não era mais suficiente, e passou-se a ser uma preocupação adicional para a pesquisa investigar “o que”, “para que” e “onde” eles poderiam aprender”. Adicionalmente, a meta de desenvolver a independência ou autonomia, impulsionou a preocupação com a qualidade de vida e com contextos culturais mais normalizantes, a fim de maximizar as possibilidades de desenvolvimento interpessoal e inserção social futura (MENDES, 2006, p. 389).

A busca incansável e inesgotável de compreender a prática pedagógica eficaz, é o componente essencial do processo educativo. Esse aspecto está vinculado ao ensino e é devidamente constituído pela forma como o docente age em sala de aula. A prática educativa é sustentada pelo conjunto de componentes que caracterizam a ação educacional do docente.

Nessa perspectiva é fundamental que o docente busque formas diferenciadas de envolver o educando em tarefas, individuais ou mesmo grupais, respeitando as preferências e individualidades, onde alguns alunos se empolgam de forma espontânea. É necessário verificar o interesse de cada um, promovendo as atividades que os estimulem cognitivamente, reduzindo todos os aspectos que dificultam a aprendizagem (BARROS, 2021).

O fazer diário do docente, deve estar sempre sendo reavaliado de forma crítica, sendo que essa avaliação deve ocorrer quando ele faz uma auto reflexão sobre suas práticas pedagógicas. São necessários critérios essenciais para que se possa avaliar a prática docente e com isso, avalia-la de forma racional (ALONSO, 2016).

Segundo Moyles (2002) a prática pedagógica do professor pode ou não ajudar o aluno no seu desenvolvimento, sendo assim, o professor precisa rever constantemente suas impressões sobre os alunos para não deixar que o aluno tenha dificuldades de aprender.

Veiga (1992) concebe a prática pedagógica como uma prática social, ou seja, ela deve ser devidamente orientada por objetivos claros, finalidades e principalmente, conhecimentos. Essa pesquisadora enfoca que a prática pedagógica se caracteriza como uma atividade teórico-prática, na qual, o conhecimento é teórico e prático. Sendo que o lado teórico está presente num conjunto de ideias permeados pelas teorias pedagógicas, sistematizadas na parte prática.

O lado objetivo da prática pedagógica é constituído pelo conjunto de meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. O que distingue da teoria é o caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre o qual ela atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado como produto (VEIGA, 1992, p. 17).

Uma prática pedagógica que deve estar presente no cotidiano de docentes e discentes é a utilização da tecnologia. Ela possibilita aulas mais dinâmicas e prazerosas para os alunos. O uso das tecnologias na educação inclusiva, deve ser visto como uma metodologia de ensino, que buscará essencialmente facilitar a interação do aluno com diversas ferramentas diferenciadas. Portanto, conforme Souza (2020) é necessário que o docente possa reconhecer a importância das tecnologias no contexto escolar, principalmente, no aspecto da participação desses alunos no processo de ensino aprendizagem.

No cenário brasileiro, conforme Sabino (2016) o movimento pela inclusão escolar vem crescendo significativamente nas últimas décadas, tornando-se um processo de democratização do acesso à educação. Embora, tal assunto ainda preocupe muitos docentes, quando estes constatam a realidade da inclusão, das propostas inclusivas, o que impactam em várias discussões e polêmicas entre os educadores é o grande desafio de modificar aspectos tradicionais da prática pedagógica, inserindo novas práticas que proporcionem amplo conhecimento e que se preocupem em reduzir as diferenças.

2.7. METODOLOGIAS UTILIZADAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que as práticas de educação inclusiva atinjam melhores resultados no âmbito escolar é necessária a utilização de metodologias que possibilitem maior interação, socialização e participação dos alunos especiais na realização das práticas curriculares propostas. Nesse sentido, as tecnologias assistivas constituem uma importante ferramenta para auxiliar o professor no trabalho com alunos especiais, instigando a curiosidade deles por meio de atividades lúdicas como jogos, brincadeiras, entre outras formas de interação.

A relação entre a educação e as novas tecnologias no contexto educacional contemporâneo, é amplamente discutido, embora, seja ainda um grande desafio na estrutura educacional. Num cenário onde predomina um pragmatismo intelectual, em que a escola tem o papel fundamental de repassar informações, a tecnologia assistiva (TA) que caracteriza um contrapé, ou seja, pode ofertar aos alunos da educação inclusiva, o prazer de aprender por meio das atividades lúdicas destinado a resgatar, a possibilidade de aprender, e os alunos com deficiência interagirem neste processo de aprendizagem (SCHIRMER, 2010).

A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento que se propõe a promover e ampliar habilidades em pessoas com limitações funcionais decorrentes de deficiência (BERSCH, 2007).

A Tecnologia Assistiva é uma área de conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas, e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiências, incapacidades ou mobilidades reduzidas, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (LÉVY, 1999, p.12).

De acordo com Filho (2010), no campo educacional, a Tecnologia Assistiva vem se tornando cada vez mais, uma ponte para abertura de um novo horizonte nos processos de aprendizagens e desenvolvimento de alunos com deficiências. “A aplicação da Tecnologia Assistiva na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a “fazer” tarefas pretendidas. Nela, encontramos meios de o aluno “ser” e atuar de forma construtiva no seu processo de desenvolvimento” (BERSCH; TONOLLI, 2010, p. 92).

A Tecnologia Assistiva é em seu conceito um recurso facilitador, mais

precisamente um instrumento de promoção da inclusão, pois a sua falta pode comprometer o desempenho dos alunos com deficiência. Ainda, estes instrumentos podem contribuir substancialmente e ajudar na superação e realização de atividades dentro da rotina escolar dos alunos.

Verifica-se que a realidade educacional atual, ministra o ensino conteudista, ou seja, uma educação baseada na transmissão de conteúdo para os educandos, que já está há muito tempo ultrapassado. A sociedade evoluiu, se expandiu, e se transformou em todas as áreas nas últimas décadas, através das grandes transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas a nível mundial. No entanto, é claro que todas essas mudanças acabam impactando nos processos pedagógicos que de acordo com as políticas públicas, são revistos constantemente. Portanto, para acompanhar esse ritmo acelerado e conseguir atender às necessidades atuais, as práticas pedagógicas devem também, serem mudadas de acordo com o papel desses educandos na sociedade.

Todas as metodologias de ensino-aprendizagem devem ser sempre inovadoras, como as metodologias ativas, caracterizando de forma clara o movimento de migração do “ensinar” para o “aprender”, sendo que o desvio do foco do docente para o discente, deve assumir uma conotação de corresponsabilidade pelo seu aprendizado como um todo (SOUZA, 2014).

A metodologias ativas são ferramentas pedagógicas que tem a finalidade de criar oportunidades de ensino para que os discentes possam adotar um comportamento mais ativo, ou seja, eles devem ser envolvidos e engajados no processo do ensino aprendizagem, ressaltando o desenvolvimento de estratégias cognitivas e também, propiciar o processo de construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, as metodologias ativas vêm sendo palco de discussões na área da educação, pois estão ligadas aos discursos de inovação de processos educacionais, à reformulação de práticas pedagógicas, à formação de professores para uma educação transformadora e, principalmente considerando os alunos/estudantes como protagonistas, além de desenvolver sua autonomia no decorrer da escolaridade. Assim, as metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem em que os aprendizes fazem coisas, colocam conhecimentos em ação, pensam e conceituam o que fazem (GERALDINE, 2017, p. 463).

Com as metodologias ativas as formas de aprendizado e expressão são variadas, os alunos podem demonstrar habilidades de inúmeras maneiras ao terem

seus pontos fortes estimulados, sendo protagonistas na elaboração da lista de tarefas, estimulando a colaboração e o engajamento (FISCHER, 2019, p.139).

Um dos grandes desafios para a gestão da escola inclusiva deve ser aperfeiçoar as práticas pedagógicas por meio de amplas reflexões que tenha como finalidade compreender os problemas educacionais (SANTOS, 2011).

O trabalho de educação inclusiva, necessita impreterivelmente de ações ousadas docentes. “A proposta inclusiva diz respeito às famílias inclusivas, as escolas inclusivas e a uma sociedade inclusiva, capazes de acolher e reconhecer as diferenças individuais e oferecer respostas educativas” (CARVALHO, 2010, p. 101).

Destaca-se que a inclusão faz parte de um processo histórico que se concretizou após um processo de lutas contra as injustiças sociais, desigualdades e discriminações, como a de promover o acesso a bens e serviços, assim como o reconhecimento político e cultural. O desafio é fazer com que os alunos de inclusão se sintam realmente inseridos e acolhidos no contexto escolar e principalmente, usufruindo de uma aprendizagem de qualidade. Nesta perspectiva, a formação de professores ganha destaque, pois é por meio de professores devidamente capacitados e qualificados, com apoio das políticas públicas voltadas para as adaptações e de uma comunidade escolar comprometida com a educação de qualidade, será possível transformar a realidade da inclusão nas escolas do ensino regular no contexto brasileiro (OLIVEIRA, 2015).

3 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE PRÁTICAS CURRICULARES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao realizar este levantamento de produções acadêmicas objetivamos identificar possibilidades de avançar na pesquisa e dar relevância aos resultados que apontam práticas curriculares para a inclusão de estudantes da educação especial, a partir de políticas que regulamentam a educação inclusiva. A seleção das produções acadêmicas que serviram como fonte de dados para o presente estudo foi realizada em repositórios de grande circulação nacional e expressão de registros dos descritores eleitos na fase inicial, restringindo-se em trabalhos de dissertações e teses. Nessa direção, elegeu-se como fonte de pesquisa a BD TD e a CAPES.

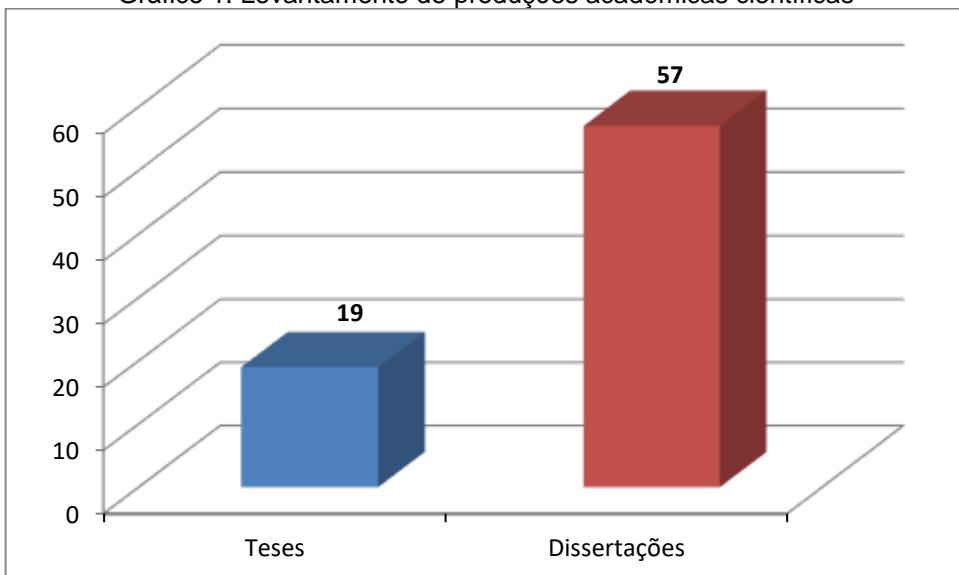
O processo de seleção das produções acadêmicas ocorreu, por meio da eleição de um conjunto de descritores que contemplam produções relacionadas ao estudo proposto: políticas públicas de inclusão escolar; práticas exitosas de educação especial, práticas pedagógicas inclusivas, metodologias inclusivas e educação inclusiva.

No entanto, o uso destes descritores teve como resultado um universo amplo de materiais empíricos e abrangeu diversas áreas e vários períodos de publicação que não apresentaram afinidade com objeto em estudo.

Com isso, delimitou-se o recorte temporal entre 2011 e 2021, para o processo de seleção dos descritores agrupados, para se obter um melhor refinamento de pesquisa visando a identificação dos materiais empíricos, conseguindo assim, um melhor mapeamento das produções acadêmicas.

Com a seleção dos materiais empíricos, resultante do uso dos descritores eleitos e delimitação dos períodos de publicação entre teses e dissertações foi necessário realizar a leitura dos resumos como último critério de seleção, visto que essa seleção possibilitou a eliminação daqueles que não se relacionavam com o objeto de investigação. Para concluir o processo de seleção das obras que serviriam como fonte de consulta fez-se a leitura do título, do resumo e palavras-chaves e introdução.

Gráfico 1. Levantamento de produções acadêmicas científicas



Fonte: BDTD, CAPES (2021)

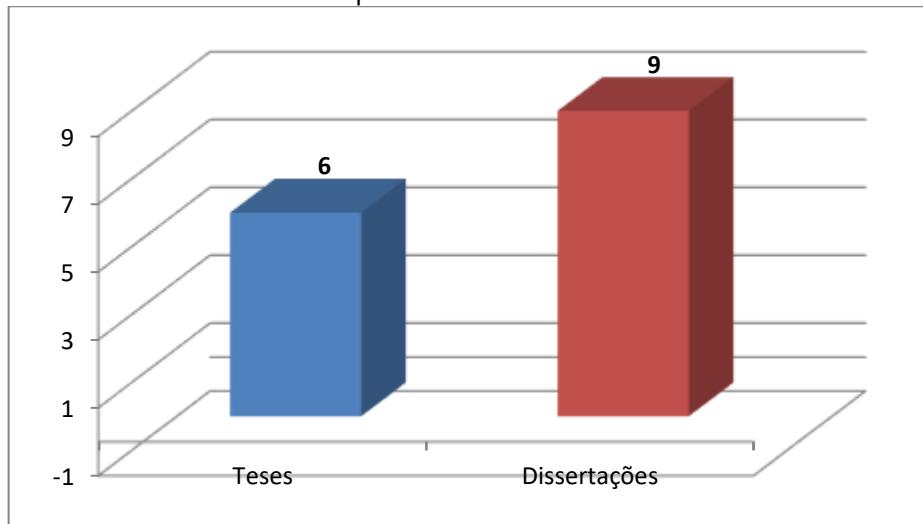
O gráfico 1 evidencia os dados quantitativos do mapa de produções acadêmicas científicas realizados nas fontes de dados em BDTD e CAPES após o uso dos recursos de busca, por meio dos descritores selecionados. Por meio desse processo de refinamento foram identificadas 76 produções acadêmicas, com relação direta ao tema de pesquisa, com foco na educação Inclusiva nas escolas públicas.

Vale destacar que as produções de dissertações de mestrado tiveram maior incidência, com 57 trabalhos selecionados, enquanto que as teses de doutorado tiveram um total de 19 obras, por meio da utilização dos descritores utilizados.

3.1 PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR

A seleção do material empírico a partir do descritor “políticas públicas de inclusão escolar” teve maior incidência nesse balanço, teses e dissertações identificando um total de 15 produções acadêmicas, as quais apresentaram maior ligação com o descritor “políticas públicas de inclusão escolar”. Dentre as seis teses selecionadas, quatro foram identificadas no repositório da BDTD e duas no banco de dados da CAPES com base neste descritor. Do total de nove dissertações selecionadas, seis foram identificadas no repositório da BDTD e três no banco de dados da CAPES.

Gráfico 2: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Políticas públicas de inclusão escolar”



Fonte: BD TD, CAPES (2021)

O Quadro 1 apresenta as dissertações de mestrado e teses de doutorado selecionadas em repositórios de consulta pelo descritor “políticas públicas de inclusão escolar”.

Quadro 1. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BD TD e CAPES com o uso do descritor “políticas públicas de inclusão escolar”.

Ano	Título	Autor/ Orientador	Instituição
2016	Educação Especial No Brasil: Contradições Nas Políticas De Inclusão (2003-2014)	Fabíola Borowsky Orientadora: Profa. Dra. Vera Maria Vidal Peroni Coorientadora: Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2019	Políticas Públicas Para Discentes Com Deficiência: A UTFPR	Gustavo Hamyr Chaiben Orientadora: Profa. Dra. Maclovia Correa Da Silva	Universidade Tecnológica Federal Do Paraná
2021	A Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (2007-2018): Desafios Para A Constituição De Sistemas Educacionais Inclusivos No Brasil	Aline De Castro Delevati Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista.	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2019	Educação Especial E Educação Integral: Um Estudo De Caso Sobre As Interfaces Em Uma Escola Pública	Juliana Kaefer Dill Orientadora: Dra. Jaqueline Moll	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

2011	Análise Da Política Do Estado De Santa Catarina Para A Educação Especial Por Intermédio Dos Serviços: O Velho Travestido De Novo?	Simone De Mamann Ferreira Orientadora: Profa. Maria Helena Michels, Dra.	Universidade Federal De Santa Catarina
2015	Inclusão Escolar: Um Olhar Na Especificidade Da Aprendizagem Do Aluno Com Deficiência Mental Incluso No Ensino Fundamental	Walquiria Onete Gomes Orientador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Ross	Universidade Federal Do Paraná
2018	Políticas Públicas De Educação Especial E A Perspectiva Inclusiva: O Impacto Em Escolas Da Rede Municipal De Ensino De Ponta Grossa – PR	Melina De Fátima Andrade Joslin Orientadora: Profa. Dra. Laura Ceretta Moreira	Universidade Federal Do Paraná
2016	A Concepção De Deficiência Na Política De Educação Especial Brasileira (1973-2014)	Roseli Terezinha Kuhnen Orientadora: Profª. Drª. Rosalba Maria Cardoso Garcia	Universidade Federal De Santa Catarina
2017	As Avaliações Em Larga Escala E A Construção De Políticas Públicas Para A Educação Especial No Paraná	Denise Maria De Matos Pereira Lima Orientadora: Profa. Dra. Laura Ceretta Moreira	Universidade Federal Do Paraná
2019	O Processo De Implantação Das Políticas De Educacão Inclusiva No Colégio Militar De Curitiba: O Olhar Dos Estudantes	Cheila Dionisio De Mello Orientadora: Profª. Dra. Sueli De Fátima Fernandes	Universidade Federal Do Paraná
2016	A Gestão Da Educação Especial Nos Municípios Da Área Metropolitana Norte De Curitiba: Uma Análise Decorrente Da Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva	Louize Mari Da Rocha Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sueli Fernandes	Universidade Federal Do Paraná
2013	As Políticas De Educação Especial No Estado Do Paraná E A Escola De Educação Básica Na Modalidade De Educação Especial	Liliane Eremita Schenfelder Salles Orientadora: Prof.ª Dr.ª Laura Ceretta Moreira	Universidade Federal Do Paraná
2012	A Política De Educação Especial, A Perspectiva Inclusiva E A Centralidade Das Salas De Recursos Multifuncionais: A Tessitura Na Rede Municipal De Educação De Vitória Da Conquista (BA)	Kátia Silva Santos Orientação: Prof. Dr. Claudio R. Baptista	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul – UFRGS
2015	Política De Educação Especial E O Atendimento Educacional Especializado: Uma Análise No Município De Araucária	Shirley Aparecida Dos Santos Orientadora: Profª. Drª. Laura Ceretta Moreira	Universidade Federal Do Paraná

2016	Políticas De Acessibilidade Para Surdos: Perfil E Condições De Trabalho Dos Tradutores Intérpretes De Língua Brasileira De Sinais (Libras) Das Escolas Da Rede Estadual De Ensino De Curitiba E Região Metropolitana	Danilo Da Silva Orientadora: Profa. Dra. Sueli Fernandes	Universidade Federal Do Paraná
------	--	---	--------------------------------

Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Ao avaliar a delimitação temporal das obras selecionadas observa-se que a seleção das teses de doutorado concentrou-se em: uma obra no ano de 2011, uma obra no ano de 2012, uma obra no ano de 2013, duas obras no ano de 2015, quatro obras no ano de 2016, uma obra no ano de 2017, uma obra no ano de 2018, três obras no ano de 2019 e uma obra no ano de 2021 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento de produções acadêmicas.

A obra de Borowski (2016) analisa a trajetória das políticas públicas de Educação Especial, no Brasil, no período 2003-2014, verificando as contradições, limites e avanços, assim como as concepções de inclusão dos sujeitos que interagem na formulação dessas políticas. A abordagem de pesquisa adotada foi análise documental, na perspectiva do materialismo histórico dialético, de publicações feitas pelos sujeitos coletivos envolvidos na passagem das políticas de Educação Especial para o campo das políticas de inclusão.

Também com foco na evolução histórica, de Delevati (2021) investiga uma política pública de educação que alterou a perspectiva historicamente associada à escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que foi divulgado em 2008, apresentando um conjunto de diretrizes objetivando a transformação dos sistemas de ensino brasileiros.

Na obra de Ferreira (2011) o debate foi referente a política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, especificamente aquela que organiza e implementa os serviços na área da Educação Especial, no período de 2006 a 2010. Para tanto, foram analisados os documentos da política estadual, buscando estabelecer relações entre esta e a política de âmbito nacional, examinando alguns conceitos presentes na documentação.

Já o estudo de Chaiben (2019) tem como foco os aspectos de políticas públicas para a entrada de pessoas com deficiência (PCD) em cursos de nível superior. Em específico, estuda-se a Instituição de Ensino Superior UTFPR juntamente com as

políticas nacionais e internacionais de discentes com deficiência para territorializar o espaço de inclusão no processo de entrada. O objetivo geral do estudo foi examinar as políticas públicas de entrada para discentes com deficiência promovidas no ambiente universitário.

O estudo realizado por Dill (2019) aborda o campo das políticas de educação integral e de educação especial e teve por objetivo compreender e analisar as interfaces entre a educação integral e a educação inclusiva em uma escola pública de Porto Alegre.

Joslin (2018) analisa os efeitos/resultados gerados pela atuação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 em escolas da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa - PR. Em uma perspectiva epistemológica pós-estruturalista, o autor analisa os efeitos e resultados da política em dois momentos distintos delineados, sendo os efeitos de primeira ordem, que envolveram transformações evidentes no contexto específico e os efeitos de segunda ordem sentidos nos padrões de acesso, oportunidade e justiça social.

O estudo realizado por Kuhnen (2011) aborda a política educacional, com um recorte na interseção entre as áreas de Educação Infantil e Educação Especial. A pesquisa foi desenvolvida com dois eixos centrais: sendo o primeiro as formas organizativas da Educação Infantil para atender os sujeitos da Educação Especial e o segundo os fundamentos psicológicos da Educação Infantil e da Educação Especial na organização da rede municipal de ensino da cidade de Florianópolis.

Na obra de Lima (2017) realiza a análise da implantação, a aplicação e os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), de estudantes da educação especial, para o encaminhamento e melhoria de ações e políticas públicas com vistas à efetivação do processo de inclusão, quanto ao acesso, permanência e qualidade com participação no ensino comum.

A pesquisa realizada por Melo (2019) teve como foco o estudo da política de educação especial pela perspectiva da educação inclusiva no Colégio Militar de Curitiba (CMC). A proposta investiga as atuais diretrizes legais acerca da educação inclusiva, observando a necessidade de reorganização dos sistemas de ensino.

No estudo de Rocha (2016) investiga sobre a atual PNEEPEI (2008) abordando sobre as mudanças decorrentes a partir da sua efetivação por meio das diretrizes que impactaram a gestão da educação especial dos municípios da Área Metropolitana

Norte de Curitiba, contribuindo com o campo da política educacional inclusiva para todos os alunos.

A pesquisa realizada por Salles (2013) analisa a política de implantação da escola de educação básica na modalidade de educação especial no estado do Paraná, tendo como foco quatro escolas jurisdicionadas aos Núcleos Regionais de Educação do município de Curitiba e região metropolitana norte e sul. Nesta pesquisa constatou-se que existem inúmeros desafios para a efetivação da política de inclusão, no Estado do Paraná, as políticas de implantação da escola de educação básica na modalidade de educação especial trouxeram mudanças quanto aos aspectos administrativos e que os aspectos pedagógicos ainda necessitam ser efetivados, principalmente no que tange a avaliação, currículo e projeto político pedagógico.

A obra de Santos (2012) busca compreender as configurações assumidas pela atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na Rede Municipal de Educação, dando ênfase aos possíveis efeitos do processo de implementação das Salas de Recursos Multifuncionais no interior das escolas.

Já Santos (2015) aborda as políticas de Educação Especial na efetivação do AEE, na área dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) ofertado pela Rede Municipal de Ensino de Araucária/PR, que a partir da PNEEPEI de 2008, deu início à reorganização das escolas públicas municipais, para atender ao dispositivo legal.

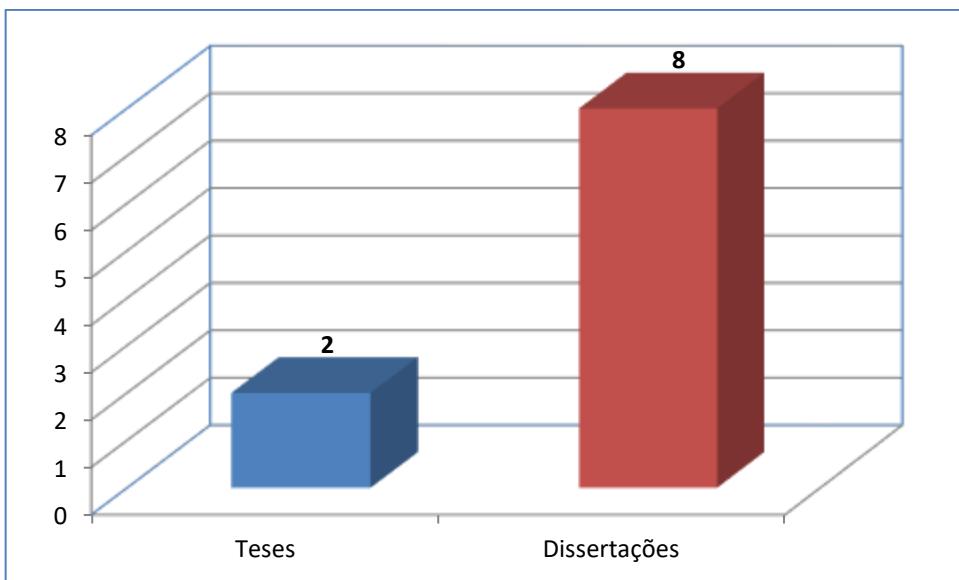
Em seu estudo, Silva (2016) tem como foco a importância da conquista da educação bilíngue para surdos (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa), a partir da década de 2000. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva ao reconhecer o direito à educação bilíngue apontou os profissionais tradutores intérpretes de Libras como o principal apoio especializado para garantir a acessibilidade aos estudantes surdos em escolas ditas inclusivas.

3.2 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “PRÁTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL”

A pesquisa utilizando o descriptor “práticas curriculares de educação especial” foi a que identificou o menor número de produções, entre os materiais selecionados para este balanço de produções. O Gráfico 3 expressa as produções acadêmicas identificadas por meio dessa seleção, evidenciando o número de teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Conforme exposto no Gráfico 3, por meio do uso do descritor “práticas curriculares de educação especial” foram identificadas 10 obras, sendo destas 2 teses de doutorado e 8 dissertações de mestrado. Dentre as duas teses selecionadas, uma foi identificada no repositório da BDTD e uma no banco de dados da CAPES com base neste descritor. Do total de 8 dissertações selecionadas, seis foram identificadas no repositório da BDTD e duas no banco de dados da CAPES.

Gráfico 3: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Práticas curriculares de educação especial”



O Quadro 2 apresenta as dissertações e teses de doutorado selecionadas em repositórios de consulta pelo descritor “práticas curriculares de educação especial”.

Quadro 2. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “práticas curriculares de educação especial”

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
2019	Educação Matemática Inclusiva – O Material Didático Na Perspectiva Do Desenho Universal Para Área Visual	Márcia Regina Silva Berbetz Orientador: Professor Dr. Anderson Roges Teixeira Góes	Universidade Federal Do Paraná
2016	A Sala De Aula De Química: Um Estudo A Respeito Da Educação Especial E Inclusiva De Alunos Surdos	Camila Aguilar Busatta Orientador: Prof. Dr. José Claudio Del Pino	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2017	Lazer, Inclusão E Autonomia De Pessoas Com Deficiência Intelectual Na Cidade De Curitiba, Pr: Entre A Cidade De Todos E A Cidade Para Todos	Vânia Lúcia Girardi Orientadora: Profa. Dra. Simone Rechia	Universidade Federal Do Paraná

2016	Educação Bilíngue Para Surdos: Um Estudo Comparativo Da Escola Bilíngue E Do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Na Escola Inclusiva	Jefferson Diego De Jesus Orientadora: Prof. ^a Dr ^a Sueli Fernandes	Universidade Federal Do Paraná
2017	Funcionalidade De Estudantes Com Deficiência Física: A Percepção Docente E Os Processos Inclusivos	Karla Costa De Liz Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Gelcemar Oliveira Farias.	Universidade Federal De Santa Catarina – Ufsc
2013	Poética Do Letramento: Problemas De Escrita Um Enfoque Da Psicopedagogia Na Educação Inclusiva	Elaine Milmann Orientadora: Profa. Dra. Simone Zanon Moschen	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2016	Ensino Colaborativo: Uma Estratégia Pedagógica Para A Inclusão De Alunos Com Deficiência Nas Aulas De Educação Física	Marília Garcia Pinto Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Gelcemar Oliveira Farias.	Universidade Federal De Santa Catarina
2012	Impasses E Passos Na Inclusão Escolar De Crianças Autistas E Psicóticas: O Trabalho Do Professor E O Olhar Para O Sujeito	Andressa Mattos Salgado Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Tamara Da Silveira Valente.	Universidade Federal Do Paraná
2015	Educação Bilíngue: Discursos Que Produzem A Educação De Surdos No Brasil	Ingrid Ertel Stürmer Orientadora: Adriana da Silva Thoma	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2018	Agora, Sim, O Sol É Para Todos: A Inclusão E A Música No Município De Cachoeirinha (RS)	Mara Eloisa Tresoldi Profa. Dra. Maria Nestrovsky Folberg	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Ao avaliar a delimitação temporal das obras selecionadas observa-se que a seleção das teses de doutorado concentrou-se nos anos de 2013 e 2016, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2013, 2014, 2015, 2017, 2018, 2019 e 2020 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento de produções acadêmicas. Com relação à delimitação temporal das dissertações de mestrado, observa-se que se concentram no ano de 2012 a 2019, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2013 e 2014 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento.

O estudo realizado por Berbetz (2019) apresenta como prática de educação especial a utilização de um material manipulável tátil na perspectiva do Desenho Universal para a área visual, visando o ensino da Álgebra do Fundamental II em uma escola pública de Curitiba. Conforme a autora, um produto, ambiente, programa ou serviço é concebido dentro do Desenho Universal se pode ser utilizado por todas as pessoas, não necessitando de um projeto específico conforme a necessidade especial, bem como, sem a necessidade de adaptação, sendo esta uma prática que obteve êxito em sua aplicação.

A pesquisa de Busatta (2016) tem como foco à prática da inclusão de alunos surdos em sala de aula comum da rede pública de ensino, voltado para a disciplina de Química, com o objetivo de avaliar se estão sendo atendidas as necessidades dos alunos surdos de uma escola pública, na cidade de Erechim/RS, com turmas do segundo e primeiro anos. Nessa pesquisa foi investigado se os profissionais envolvidos neste processo possuem formação para a realização da prática inclusiva com alunos com deficiência auditiva.

O estudo elaborado por Girardi (2017) tem como objetivo avaliar as práticas de inclusão direcionadas ao lazer da pessoa com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, PR, e verificar se repercutem nas atividades de lazer dos integrantes do grupo Amigos do Handebol. Por meio da pesquisa realizada a autora concluiu que o lazer, além de uma ferramenta para o processo de inclusão e autonomia da pessoa com deficiência intelectual, pode proporcionar o exercício da liberdade de escolha e o convívio com a diversidade.

A dissertação elaborada pelo autor Jesus (2016) tem foco no estudo do direito à educação bilíngue que é consenso em nível mundial e compreende o acesso à língua brasileira de sinais (Libras) como língua materna e o aprendizado do português como segunda língua na modalidade escrita para crianças e jovens surdos. O estudo busca compreender a importância do acesso a LIBRAS e a maior valorização dos surdos, de sua cultura e da Libras na escola bilíngue, demonstrando que o intérprete de Libras é o principal profissional da educação bilíngue.

Liz (2017) aborda a prática inclusiva de estudantes com deficiência física e a percepção docente e os processos inclusivos nas aulas de Educação Física. O objetivo desta pesquisa foi analisar a percepção dos professores de Educação Física acerca da funcionalidade e o desenvolvimento da sua prática pedagógica com vista à inclusão de estudantes com deficiência física.

A tese elaborada pela autora Millman (2013) investiga a utilização da escrita por crianças que atualmente frequentam escolas regulares e que tradicionalmente são consideradas incapazes de aprender a ler e escrever ou apresentam um “distúrbio” de escrita. O estudo demonstra a importância da psicopedagogia como ferramenta auxiliar nas práticas inclusivas, auxiliando nos processos de alfabetização e letramento de crianças com necessidades especiais.

O estudo realizado por Pinto (2016) aborda as práticas e estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores de Educação Física e segundos

professores, frente à inclusão dos alunos com deficiência, no ensino regular, a partir da perspectiva do ensino colaborativo em uma escola Municipal da cidade de São José/SC. As estratégias pedagógicas e práticas inclusivas utilizadas pelos professores tiveram como base a aplicação de alterações e adaptações de suas atividades desenvolvidas em aula, apresentando o ensino colaborativo como uma forma de atuação pedagógica inclusiva.

A dissertação elaborada pela autora Salgado (2012) tem como objetivo conhecer a percepção dos professores frente à inclusão escolar das crianças autistas, psicóticas ou com Transtornos Globais do Desenvolvimento (T.G.D), se propondo a investigar quais práticas inclusivas utilizadas no trabalho dos professores que atuam no processo educacional de crianças autistas ou psicóticas.

A pesquisa realizada pela autora Stummer (2015) aborda o campo de Estudos das práticas inclusivas para Surdos, entendendo os surdos como uma minoria linguística e cultural. A educação bilíngue para surdos constitui-se objeto de investigação da autora, a qual, após a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), passou a ser a maior pauta de reivindicações do movimento surdo.

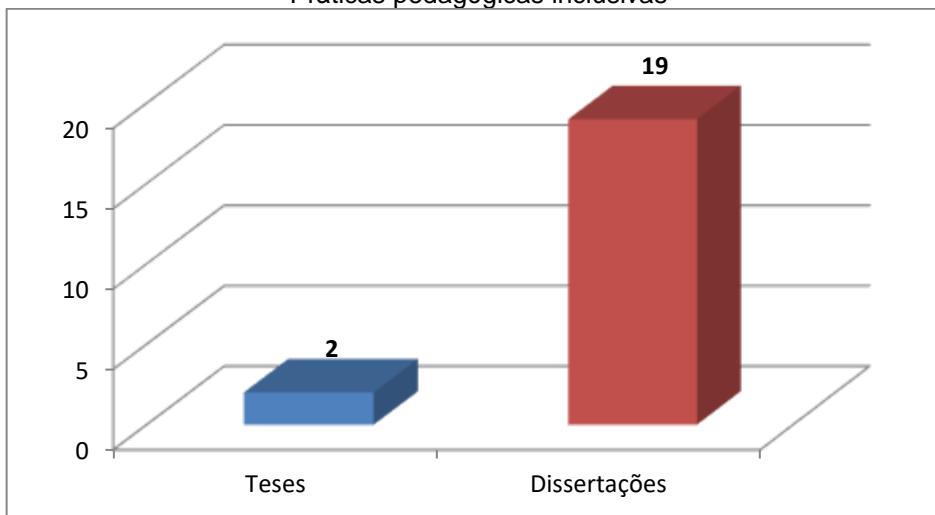
A dissertação elaborada por Tresoldi (2018) está alicerçada em três eixos: a inclusão, a música e a psicanálise. Em sua pesquisa, a autora demonstra que no contexto atual da educação a pessoa com deficiência têm reconhecido e assegurado por lei o direito de ser incluída numa sala de aula regular, com currículo e ambiente adaptados, a fim de atender à diversidade de necessidades. Nesse contexto, a utilização da música nos currículos escolares como prática promotora da inclusão pode acompanhar a renovação dos fazeres pedagógicos, trazendo benefícios para os alunos com deficiência.

3.3 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS”

A pesquisa utilizando o descriptor “Práticas pedagógicas Inclusivas” identificou um total de 21 produções, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado entre os materiais selecionados para este balanço de produções. O Gráfico 4 expressa as produções acadêmicas identificadas por meio dessa seleção, evidenciando o número de teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Conforme exposto no Gráfico 4, por meio do uso do descritor “práticas pedagógicas inclusivas” foram identificadas 21 obras, sendo destas 2 teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado. Dentre as 2 teses selecionadas, foram identificadas no repositório da BDTD. Do total de 19 dissertações selecionadas, 12 foram identificadas no repositório da BDTD e 7 no banco de dados da CAPES. O Quadro 3 apresenta as dissertações e teses de doutorado selecionadas em repositórios de consulta pelo descritor “Práticas pedagógicas inclusivas”.

Gráfico 4: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Práticas pedagógicas inclusivas”



Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Quadro 3: Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BDTD e CAPES com o uso do descritor “práticas pedagógicas inclusivas”

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
2019	Educação Matemática Inclusiva – O Material Didático Na Perspectiva Do Desenho Universal Para Área Visual	Márcia Regina Silva Berbetz Orientador: Professor Dr. Anderson Roges Teixeira Góes.	Universidade Federal Do Paraná
2016	A Sala De Aula De Química: Um Estudo A Respeito Da Educação Especial E Inclusiva De Alunos Surdos	Camila Aguilar Busatta Orientador: Prof. Dr. José Claudio Del Pino	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2017	Lazer, Inclusão E Autonomia De Pessoas Com Deficiência Intelectual Na Cidade De Curitiba, PR: Entre A Cidade De Todos E A Cidade Para Todos	Vânia Lúcia Girardi Orientadora: Profa. Dra. Simone Rechia	Universidade Federal Do Paraná

2016	Educação Bilíngue Para Surdos: Um Estudo Comparativo Da Escola Bilíngue E Do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Na Escola Inclusiva	Jefferson Diego De Jesus Orientadora: Prof. ^a Dr ^a Sueli Fernandes	Universidade Federal Do Paraná
2017	Funcionalidade De Estudantes Com Deficiência Física: A Percepção Docente E Os Processos Inclusivos	Karla Costa De Liz Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Gelcemar Oliveira Farias	Universidade Federal De Santa Catarina
2013	Poética Do Letramento: Problemas De Escrita Um Enfoque Da Psicopedagogia Na Educação Inclusiva	Elaine Milmann Orientadora: Profa. Dra. Simone Zanon Moschen	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2016	Ensino Colaborativo: Uma Estratégia Pedagógica Para A Inclusão De Alunos Com Deficiência Nas Aulas De Educação Física	Marília Garcia Pinto Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Gelcemar Oliveira Farias	Universidade Federal De Santa Catarina
2012	Impasses E Passos Na Inclusão Escolar De Crianças Autistas E Psicóticas: O Trabalho Do Professor E O Olhar Para O Sujeito	Andressa Mattos Salgado Orientadora: Prof ^a . Dr ^a . Tamara Da Silveira Valente.	Universidade Federal Do Paraná
2015	Educação Bilíngue: Discursos Que Produzem A Educação De Surdos No Brasil	Ingrid Ertel Stürmer Orientadora: Adriana da Silva Thoma	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2018	Agora, Sim, O Sol É Para Todos: A Inclusão E A Música No Município De Cachoeirinha (RS)	Mara Eloisa Tresoldi Profa. Dra. Maria Nestrovsky Folberg	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Ao avaliar a delimitação temporal das obras selecionadas observa-se que a seleção das teses de doutorado concentrou-se nos anos de 2011 e 2019, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2020 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento de produções acadêmicas.

Com relação à delimitação temporal das dissertações de mestrado, observa-se que se concentram no ano de 2014 a 2021, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2013, 2015 e 2017 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento.

A Dissertação elaborada por Tatiana Oliveira de Castro (2016), teve como pano de fundo a questão das práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano dos professores de Educação Infantil da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. A proposta foi abordar temas latentes da educação inclusiva, tais como: o processo de

inclusão educacional, a formação continuada e as práticas pedagógicas.

A dissertação elaborada por Nathália Wanderley Chianello (2016) pesquisou uma instituição particular de ensino, na zona Norte do Rio de Janeiro, localizada no bairro da Tijuca que abarca, em seu interior, possíveis interfaces que dialogam com a prática de uma educação inclusiva. O estudo contou com observações no cotidiano de duas turmas do ensino fundamental I, além de entrevistas com as professoras, tanto regentes quanto auxiliares e coordenadoras pedagógicas. Contando com uma inspiração etnográfica, procurou-se, num primeiro momento, compreender o conceito de educação inclusiva que rege as práticas da instituição em questão. No segundo momento, então, iniciou- se a observação das práticas pedagógicas que são direcionadas aos alunos com necessidades educacionais especiais, foco central desta dissertação.

A tese de Giselle Coutinho Ferreira (2020) teve como objetivo investigar os sentidos produzidos pelo trabalho da equipe de orientação educacional e pedagógica, no âmbito da formação continuada em serviço, e os efeitos desse trabalho no desenvolvimento de práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, no contexto da Educação de Jovens e Adultos, em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias/RJ.

Em sua dissertação Sheyla Alves Xavier (2019) relatou a inserção de Profissionais de Apoio tem se constituído como uma estratégia dos sistemas educacionais públicos e privados do Brasil para atender alunos com deficiência nas escolas. Na Rede Municipal de Ensino do Recife esse trabalho é atualmente desenvolvido por Estagiários de Apoio e Agentes de Apoio Educacional Especial (AADEEs). Diante disso, o objetivo dessa pesquisa foi caracterizar a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino do Recife

A dissertação elaborada por Marines Salviano Alves (2016) buscou compreender como o professor de Artes Visuais desenvolve suas práticas pedagógicas inclusivas com os estudantes com deficiência, regularmente matriculados nas escolas municipais de Cabedelo - PB. Objetivando investigar se existem dificuldades relatadas pelos professores de Artes Visuais e, consequentemente, como as práticas de Educação Inclusiva desses educadores estão sendo realizadas nas escolas municipais do Ensino Fundamental (MARINES ALVES, SAVIANO, 2016).

Em sua pesquisa Anderson de Araújo Reis (2016) objetivou compreender em que medida o processo pedagógico viabiliza as conexões entre a Educação Ambiental - EA e a Educação Inclusiva - EI sob a perspectiva dos professores e gestores. Neste sentido, buscou-se analisar as aproximações possíveis entre a EA e EI, tendo como base o Projeto Político Pedagógico; identificar como as questões ambientais e inclusivas estão inseridas nas práticas pedagógicas a partir das falas dos gestores e professores; identificar concepções de Educação Ambiental e Educação Inclusiva desenvolvidas pela escola; e verificar os efeitos da formação continuada no processo pedagógico. A pesquisa tem caráter exploratório e abordagem qualitativa por meio do Estudo de Caso.

A tese de Julieta Ricci (2019) teve como objetivo, identificar e analisar como se caracterizam as práticas pedagógicas para alunos com deficiência intelectual matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental sob o olhar de teses e dissertações a partir da referida política.

A Dissertação de Marcia Jerônimo de Souto (2018) investigou concepções dos docentes e da gestão sobre a cultura escolar no âmbito das práticas inclusivas desenvolvidas no Núcleo de Educação da Infância (NEI), a escola de aplicação do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Na tese de Andreia Cabral Colares Pereira (2016) a autora buscou compreender como o corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) vem atendendo à significativa demanda de estudantes com deficiência e como os docentes transpuseram suas lacunas de formação específica em seus currículos ao criarem práticas pedagógicas, estratégias e recursos para proporcionar aos discentes oportunidades de aprendizagem, organização de suas estratégias/práticas pedagógicas, desafios e oportunidades vivenciadas no seu cotidiano docente, apesar das múltiplas limitações identificadas, tanto em nível de políticas, infraestrutura ou ecossistema escolar.

A pesquisa elaborada por Rejane Souza Ribeiro de Cristo (2018) estudou a prática pedagógica de professores atuantes no AEE em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) da Rede Municipal de Educação, tomando como pressuposto as bases legais de implantação e funcionamento das SRM e os pressupostos teóricos da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva; o atendimento educacional especializado, os paradigmas da segregação, integração e inclusão e a prática pedagógica.

A dissertação de Jesse Silva Ribeiro (2021) relatou o ensino de Química na perspectiva inclusiva apresenta-se como um desafio para os professores desta disciplina, principalmente quando o professor não recebe formações inicial e continuada adequadas que o prepare para essa prática. As políticas públicas de inclusão e direitos humanos garantem a inclusão de alunos com deficiência nas salas de aula de ensino regular da educação básica e, portanto, exigem dos professores preparo para fazer este atendimento, sem permitir que os alunos se sintam apenas inseridos em sala de aula, mas não incluídos.

Em sua pesquisa Rosemeire Geromini Alonso (2021) investigou as práticas pedagógicas de professores da Educação Infantil que possuem em sua sala de aula comum, alunos Público Alvo da Educação Especial e como questão central: “Como se dá a prática pedagógica de professores da Educação Infantil que possuem em sua sala de aula comum, alunos Público Alvo da Educação Especial”.

Romina Karla da Silva Michiles (2018) destacou a educação inclusiva tem como princípio básico o reconhecimento das diferenças e igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência no contexto educacional. Como disciplina curricular obrigatória, houve a necessidade da Educação Física também se adequar a essa nova proposta educativa. Tendo os jogos e brincadeiras como parte de seus conteúdos, esta pesquisa objetivou analisar as práticas pedagógicas dos professores de Educação Física, nos anos iniciais do ensino fundamental, na rede municipal de ensino regular, relacionando suas concepções sobre o lúdico com o modo como desenvolvem suas práticas pedagógicas com vistas à educação inclusiva.

A pesquisa de Renato Pandur Maria (2019) relatou os Indicadores para a construção de REA na educação superior em uma perspectiva de inclusão. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, o objetivo principal foi analisar o processo de estruturação de indicadores para a construção de Recursos Educacionais Abertos visando o ensino e a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto do Ensino Superior, na perspectiva da inclusão. A utilização de TEA pode ser um caminho possível para a aprendizagem de estudantes com perfil de TEA. No entanto, a utilização de tais recursos pode e deve envolver não somente os estudantes com TEA, mas sim o processo de ensino e aprendizagem de todos os estudantes. Por isso, partimos da premissa de que é necessário desenvolver estratégias utilizando REA no contexto de

Educação Superior, considerando uma educação com o olhar nas potencialidades de todos e de cada indivíduo, em especial os com TEA.

A dissertação de Andréa Carla Bastos Pereira analisou (2020) como ocorria a prática docente na inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental público ludovicense. Caracterizou-se como uma pesquisa de campo, documental, descritiva, quantitativa e qualitativa com base em elementos do método dialético.

A pesquisa de Fabiana Darc Miranda (2020) buscou investigar e analisar a trajetória da educação inclusiva em um município do interior goiano, partindo das seguintes questões norteadoras: Como vêm acontecendo a educação inclusiva no município? Como ocorreu a trajetória do processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino municipal? Qual o olhar dos envolvidos nesse processo em relação à concepção e prática de educação inclusiva? O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino de um município do interior goiano, a partir de uma análise histórico cultural.

Em sua dissertação Cleusa Inês Ziesmann (2018) buscou compreender como os professores do município de Santa Rosa (RS), que trabalham nas salas de AEE e nas salas do ensino regular, entendem e efetivam a inclusão no espaço escolar. A partir disso, procura-se identificar as concepções dos professores das salas de AEE e das salas do ensino regular sobre inclusão e a importância das relações interpessoais entre os docentes e alunos para, assim, proporcionar práticas potencialmente eficientes na promoção da efetiva inclusão.

Em sua pesquisa Aline Sabino da Silva Paloschi relacionou a formação, as dificuldades encontradas e as práticas pedagógicas utilizadas para o processo de inclusão escolar dos professores titulares que atuam com alunos deficientes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais (1º ao 4º ano) em três escolas da Rede Pública de Ensino, de um município do Extremo Oeste de Santa Catarina.

Em sua dissertação Jordana Nogueira de Sousa (2020) entendeu como as tecnologias favorecem o desenvolvimento e sociabilidade de alunos surdos por meio do AEE. Como objetivos específicos pretende-se compreender como as tecnologias favorecem o desenvolvimento das habilidades acadêmicas e sociais em uma sala de AEE no município de Mossoró/RN com alunos surdos; identificar de que modo a

professora atuante no AEE percebe o processo de ensino-aprendizagem por meio das tecnologias e analisar as práticas pedagógicas realizada no AEE.

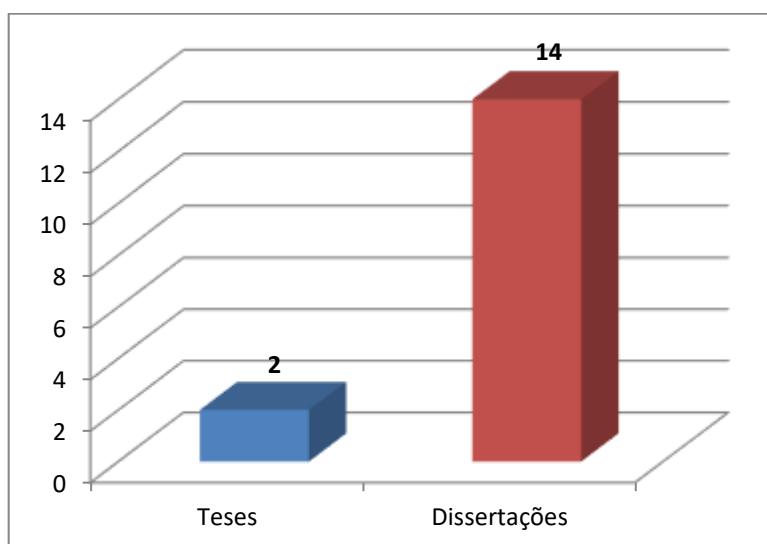
Tamires Carvalho Pereira (2016) analisou as teses e dissertações que utilizaram como método a pesquisa colaborativa visando formar os profissionais da educação para o processo de inclusão de alunos com NEE.

Em sua dissertação Sirlene Vieira de Souza (2020) caracterizou a prática pedagógica de uma professora da classe comum com alunos surdos inseridos e demonstra ações colaborativas que foram desenvolvidas para a superação de alguns entraves que se apresentavam no processo educativo, proporcionando reflexões sobre a prática pedagógica da professora. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola do município de Maceió.

3.4. PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “METODOLOGIAS INCLUSIVAS”

Conforme exposto no Gráfico 5, por meio do uso do descritor “metodologias inclusivas” foram identificadas 16 obras, sendo destas duas teses de doutorado e 14 dissertações de mestrado. Dentre as duas teses selecionadas, uma foi identificada no repositório da BDTD e uma no banco de dados da CAPES com base neste descritor. Do total de 16 dissertações selecionadas, 10 foram identificadas no repositório da BDTD e quatro no banco de dados da CAPES.

Gráfico 5: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “Metodologias Inclusivas”



Fonte: BD TD, CAPES (2021)

Quadro 4. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BD TD e CAPES com o uso do descritor “Metodologias Inclusivas”

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
2010	Metodologia Problematizadora Na Formação De Graduandos De Pedagogia Em Comunicação Alternativa.	Schirmer, Carolina Rizzotto. Tese (Doutorado Em Educação) Nunes, Leila Regina D'oliveira De Paula	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro
2020	O Corpo Ganha Lugar Na Educação Inclusiva: Um Olhar Para A Motricidade No Transtorno Do Espectro Do Autismo (TEA)	Pereira, Elizabeth Rodrigues De Oliveira-Fernandes, Edicleá Mascarenhas	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro
2014	O Ensino De Ciências E A Educação Inclusiva Nos Anos Iniciais: Práticas Pedagógicas A Partir Do Planejamento Cooperativo	Juliana Hartleben Da Costa Orientadora: João Alberto Da Silva	FURG – Universidade Federal Do Rio Grande
2022	O Uso Das Metodologias Ativas No Processo De Ensino De Crianças Com Deficiência Intelectual No Ensino Fundamental	Silva, Isabel Cristina Da Orientadora: Fonseca, Gessica Fabiely	UFRN
2016	Inclusão De Alunos Com Deficiência Na Educação Profissional E Tecnológica	Cardoso, Maria Heloisa De Melo Souza, Verônica Dos Reis Mariano	Universidade Federal Do Sergipe
2004	O Letramento Do Aluno Com Deficiência Mental No Contexto Da Escola Inclusiva Relato De Uma Experiência	Lorena Resende Carvalho Orientador Anneti Scotti Rabello	PUC – Goiás
2011	Gestão Escolar Para Uma Escola Inclusiva: Conquistas E Desafios	Santos, Regina Rita Da Silva Orientador: SCHMIDT, IVONE TAMBELLI	Unoeste
2019	Motivação Docente Para Educação Inclusiva	Homem, Mariangela Pozza Orientador: Betina Steren Dos Santos	Puc Rs
2021	Tabela Periódica Com Elementos Codificados: Auxílio Da Tecnologia Assistiva Como Ferramenta Para O Ensino-Aprendizagem De Conteúdos Químicos	Silva, Lucidleide Maria De Andrade Orientador: Dantas Filho, Francisco Ferreira	Universidade Estadual Da Paraíba, Campina Grande-PB
2019	A Influência Da Atuação Mediadora Do Intérprete De Língua De Sinais No Processo Educacional Inclusivo Do Estudante Surdo No Ensino Médio	Alessandra Marques Costa Servo Rocha Orientador: Geraldo Caliman	Universidade Católica De Brasília
2012	Educação Não Inclusiva: A Trajetória Das Barreiras Atitudinais Nas Dissertações De Educação Do Programa De Pós-Graduação Em Educação (Ppge/Ufpe)	Silva, Fabiana Tavares Dos Santos Orientador: Prof. Dr. Francisco José De Lima	Universidade Federal De Pernambuco
2021	Formação Docente E A Educação Especial Inclusiva: Estudo A Partir Das Publicações da Anped (2007-2017)	Leene Martins De Oliveira Orientador: Orientadora: Profª. Drª. Renata Machado De Assis	Universidade Federal De Goiás
2019	Gráfico Tátil: Uma Proposta Inclusiva Para Abordar Gráficos E Ajuste De Curvas No Ensino De Física	Silva, Gladiston Xavier Diniz Orientador: Pinto Neto, Antonio	Universidade Federal Do Maranhão
2019	Possibilidades Inclusivas Do Diálogo Entre Videntes E Alunos Com Deficiência Visual Em Uma Sequência Didática Sobre Função Afim	Lorenzini, Pricila Basilio Marçal Nogueira, Clélia Maria Ignatius	Unioeste

2021	Autismo E O Ensino De Potenciação E Radiciação: Um Estudo A Partir Da Resolução De Problemas	Ribeiro, Arly Leite Orientador: Fernandes, Alcione Marques	Universidade Federal Do Tocantins
------	--	---	-----------------------------------

Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Ao avaliar a delimitação temporal das obras selecionadas observa-se que a seleção das obras se concentrou da seguinte forma: uma obra no ano de 2004, uma obra no ano de 2010, uma obra no ano de 2011, uma obra no ano de 2012, uma obra no ano de 2014, uma obra no ano de 2016, quatro obras no ano de 2019, uma obra no ano de 2020, três obras no ano de 2021 e uma obra no ano de 2022 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento de produções acadêmicas.

A tese realizada por Carolina Schirmer (2010), apresenta a formação inicial de professores se constitui como objeto desta tese. O objetivo da pesquisa foi de planejar, implementar e avaliar a eficácia de um programa de formação inicial de professores para atuar com Tecnologia Assistiva, principalmente com a Comunicação Alternativa e Ampliada, por meio de metodologia problematizadora, favorecendo a modificação das preconcepções sobre deficiência e práticas desses futuros professores.

A dissertação da Elizabeth Rodrigues de Oliveira (2020), é concernente ao processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), com ênfase no potencial do aluno, e não o que lhe é deficitário. Os principais objetivos do estudo são analisar a importância da motricidade para o educando com TEA desenvolver-se, além de discutir a perspectiva inclusiva e refletir sobre o método do ensino tradicional e sobre um ensino que trate o corpo numa perspectiva vista sob uma linguagem mais ampla e menos estereotipada, remetendo às leituras de Henri Wallon, que orientam o trabalho com o ser humano de forma global, Vigotski e a concepção de homem como alguém que transforma e é transformado nas relações decorrentes de uma determinada cultura, respeitando e reconhecendo as diferenças, e Michel Foucault, no que concerne à noção da “disciplina e corpos dóceis”, devido ao fato da escola ser comparada aos quartéis, prisões, hospitais, por conta da hierarquização e das sanções normalizadoras empregadas.

A dissertação de Juliana Harteben da Costa (2014), detalha que o contexto educacional vivenciado hoje se defronta com debates significativos sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Desta forma, o seu trabalho tem como objetivo investigar como as atividades de Planejamento Cooperativo com

professores dos anos iniciais contribuem para propiciar práticas pedagógicas no ensino de Ciências inerentes ao processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

A dissertação da Isabel Cristina da Silva (2022) teve como objetivo geral analisar o uso das metodologias ativas no processo de ensino de crianças com deficiência intelectual. Visto que há necessidade de uma educação inclusiva que garanta não apenas a matrícula na escola, mas a validação da aprendizagem, por intermédio do uso das metodologias ativas, que são modelos de ensino que contribuem para o desenvolvimento da autonomia e a participação dos alunos, com ou sem deficiência, de forma integral, por meio do desenvolvimento da autonomia e engajamento no processo de ensino. Esses sujeitos se integram a diferentes possibilidades de aprendizagem, tendo o professor como facilitador da aprendizagem.

A dissertação de Maria Heloiza Cardoso (2016), teve como principal objetivo analisar os dispositivos para a inclusão do aluno com deficiência nos cursos de formação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Aracaju, no período de 2007 a 2016. Especificamente, buscou-se averiguar sua forma de ingresso na instituição, de modo a constatar se as propostas pedagógicas que ela adota possibilitam o acesso do aluno com deficiência aos conhecimentos necessários à sua formação profissional. Pretendeu-se, ainda, identificar as dificuldades e facilidades encontradas por esses alunos, por meio do procedimento de analisar as condições de acessibilidade pedagógica, arquitetônica e de comunicação situadas no ambiente institucional. Para tanto, a pesquisa orientou-se pela metodologia do estudo de caso, em cujo âmbito desenvolveu-se uma pesquisa de caráter qualitativo, que se efetuou com objetivo exploratório sob duas diferentes formas: a observação e a investigação de pessoas.

A dissertação de Lorena Rezende Carvalho (2004) é o resultado de um estudo que tem por tema o letramento do aluno com deficiência mental no contexto da escola inclusiva. Além do fato de a inclusão educacional ser uma proposta recente, a importância do estudo também se deve ao número restrito de trabalhos científicos nesta área e ao alto índice de pessoas com deficiência mental compondo a população brasileira. O estudo tem, portanto, como objetivo principal conhecer e refletir sobre o nível de letramento apresentado pelo aluno com déficit mental inserido em uma sala comum de uma escola de ensino regular.

A dissertação de Anneti Scotti Rabelo (2004) é o resultado de um estudo que tem por tema o letramento do aluno com deficiência mental no contexto da escola inclusiva. Além do fato de a inclusão educacional ser uma proposta recente, a importância do estudo também se deve ao número restrito de trabalhos científicos nesta área e ao alto índice de pessoas com deficiência mental compondo a população brasileira. O estudo tem, portanto, como objetivo principal conhecer e refletir sobre o nível de letramento apresentado pelo aluno com déficit mental inserido em uma sala comum de uma escola de ensino regular.

A dissertação de Regina Rita da Silva Santos (2011) tem por objetivo identificar as ações desenvolvidas pela gestão escolar com vistas a construir uma escola inclusiva, em uma escola pública da Diretoria de Ensino Região de Presidente Prudente. A metodologia proposta envolve a abordagem qualitativa e os sujeitos da pesquisa são constituídos por profissionais que atuam na escola, assim distribuídos: diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico do ensino fundamental e coordenador pedagógico do ensino do ensino médio.

A dissertação de Mariangela Pozza Homem propõe um estudo sobre motivação docente e Educação Inclusiva. A pesquisa apresentada justifica-se pela abrangência do tema e pelo fato de que muito se tem discutido a respeito dos direitos iguais para todos. O objetivo dessa proposta é, sobretudo, analisar de que maneira os efeitos da motivação docente repercutem no contexto escolar dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

A dissertação de Lucicleide Maria de Andrade Silva (2021), apresenta discussões a respeito não apenas da inserção de alunos com deficiência no ensino regular, mas também, da inclusão dos mesmos neste ambiente escolar. Neste cenário, o Ensino de Química torna-se preocupante, ao tratar da educação inclusiva, devido à ausência de um olhar adequado na formação inicial e continuada dos professores. Ressalta-se que, os conteúdos ensinados abrangem a linguagem científica, simbologias e fórmulas elaboradas que por vezes dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, especificamente, alunos com deficiência visual. O objetivo da pesquisa foi de adaptar a Tabela Periódica com os recursos QR Code e Podcast, para utilizar em uma sala de aula inclusiva do Ensino Médio.

Para Louize Mari da Rocha (2016), a educação é um direito constitucional garantido a todos, independentemente das peculiaridades de aprendizagem de cada

pessoa. Este estudo almejou contribuir com informações científicas que permitam refletir acerca da inclusão educacional de uma minoria identificada pela diferença da cultura e da comunicação – a minoria surda. A pessoa com surdez pode encontrar barreiras comunicativas no âmbito educacional, problema fulcral para o desenvolvimento de suas potencialidades. Para facultar a acessibilidade de comunicação ao estudante surdo e garantir-lhe a educação bilíngue, o poder público instituiu a contratação de Intérpretes de Língua de Sinais (ILS) para atuarem nas escolas.

Fabiana Tavares dos Santos Silva (2012) realizou uma pesquisa em que se investiga como as barreiras atitudinais aparecem no discurso das dissertações de mestrado sobre educação especial defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE/UFPE), no período de 1978 a 2002; bem como se discute o efeito das barreiras atitudinais no entendimento da sociedade para com as pessoas com deficiência. A análise das barreiras atitudinais existentes no discurso dissertativo é fundamentada na teoria da análise do discurso de Pêcheux, bem como, na teoria da inclusão social/educacional e mais especificamente no estudo sobre as barreiras atitudinais e sua taxonomia.

Na pesquisa de Leene Martins De Oliveira (2021) a formação docente e a educação especial inclusiva de alunos com deficiência ganham destaque e teve o objetivo geral analisar e sistematizar resultados de pesquisas publicadas nos anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre 2007 e 2017, que relacionem temáticas da educação especial inclusiva com a formação docente.

A dissertação de Xavier (2019), evidencia que o processo de ensino e de aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva é um dos temas mais relevantes para o ensino atual. Diante disto, as instituições de ensino precisam estar organizadas de modo a atender a legislação federal vigente, que garante o acesso de pessoas com deficiência nas escolas regulares. A dissertação tem como foco o ensino de Física sob a ótica inclusiva para os alunos com deficiência visual desenvolvendo uma metodologia que transpõe a informação visual de um gráfico em informação tátil, necessária para que pessoas com deficiência visual possam compreendê-la.

Pricila Basilio Marçal Lorencini (2019) enfatiza o discurso de uma educação que se pretende para todos, no direito de todos aprenderem juntos, sem discriminação. Uma sala de aula inclusiva busca superar as dificuldades oriundas das

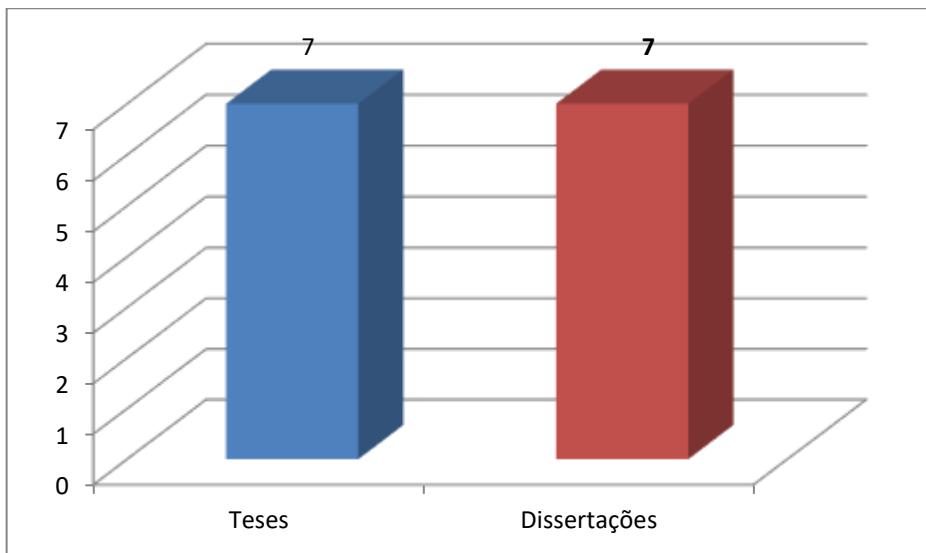
diferenças mediante a oferta de tarefas que possibilitem o acesso a vários grupos de aprendizagem, dentre os quais, o trabalho em duplas de alunos. O objetivo geral desta pesquisa-ação foi investigar as possibilidades inclusivas de uma sequência didática sobre Função Afim em que os procedimentos e representações gráficas são descritos em língua natural (oral ou escrita) por duplas de alunos, de uma turma do 2º ano do Ensino Médio, de um colégio da rede pública de ensino, no qual estuda uma aluna com baixa visão grave. As tarefas da sequência didática (instrumento de coleta de informações) foram elaboradas considerando aspectos conceituais da Função Afim, em particular as ideias base (variável, dependência, correspondência, regularidade e generalização) e suas diferentes representações, com contribuições da Teoria dos Registros de Representação Semiótica no que se refere às transformações (tratamentos e conversões).

Arly Leite Ribeiro (2021) aborda o tema Autismo e o ensino de potenciação e radiciação, a partir da resolução de problemas e apresenta uma proposta didática de ensino de Conceitos de Potenciação e Radiciação de Números Naturais aplicados em sala regular de ensino a partir do sexto ano do Ensino Fundamental, de forma que possa atender as particularidades das alunas e dos alunos autistas, utilizando a Metodologia de Ensino-Aprendizagem-Avaliação, através da Resolução de Problemas, seguindo as etapas do roteiro de ensino proposta por Allevato e Onuchic (2014), contemplando assim, o princípio fundamental de uma Educação para Todos. Esta pesquisa, no que se refere a sua natureza é totalmente teórica, e teve como objetivo propor a Metodologia de Resolução de Problemas, desenvolvida por Allevato e Onuchic (2014), no ensino de Potenciação e Radiciação, em sala regular de ensino.

3.5 PRODUÇÕES ACADÊMICAS COM O DESCRIPTOR “EDUCAÇÃO INCLUSIVA”

A pesquisa utilizando o descriptor “Educação Inclusiva” identificou um total de 14 produções, entre teses de doutorado e dissertações de mestrado entre os materiais selecionados para este balanço de produções. O Gráfico 6 expressa as produções acadêmicas identificadas por meio dessa seleção, evidenciando o número de teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Gráfico 6: Identificação das produções acadêmicas a partir do uso do descritor “educação inclusiva”



Fonte: BD TD, CAPES (2021)

Conforme exposto no Gráfico 6, por meio do uso do descritor “práticas exitosas em educação especial” foram identificadas 14 obras, sendo destas sete teses de doutorado e sete dissertações de mestrado. Dentre as sete teses selecionadas, cinco foram identificadas no repositório da BD TD e duas no banco de dados da CAPES com base neste descritor.

Do total de sete dissertações selecionadas, seis foram identificadas no repositório da BD TD e uma no banco de dados da CAPES. O Quadro 5 apresenta as dissertações e teses de doutorado selecionadas em repositórios de consulta pelo descritor “Educação inclusiva”.

Quadro 5. Obras selecionadas por autor e instituição de vinculação nos repositórios BD TD e CAPES com o uso do descritor “Educação Inclusiva”

ANO	TÍTULO	AUTOR/ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
2019	Educação Especial E Inclusiva: Saberes E Prática Dos Docentes Licenciados Em Matemática Do Município De Canoas	Andréia Borne Barreto Orientador: Prof. Dr. Diogo Losch De Oliveira	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2019	Um Olhar Para As Relações Na Introdução Da Educação Inclusiva No Colégio Militar De Porto Alegre: Reflexões A Partir De Buber	Caroline Becker Orientador: Prof. Dr. Alexandre Anselmo Guilherme	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul

2014	Formação Continuada Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Epistemologia E Prática	Maristela Ferrari Ruy Guasselli Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Diefenthaler Krahe	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2011	Os Fundamentos Psicológicos Da Educação Infantil E Da Educação Especial Na Organização Da Rede Municipal De Ensino De Florianópolis (2000-2010)	Roseli Terezinha Kuhnen Orientadora: Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia	Universidade Federal De Santa Catarina
2018	Formas De Conhecer Em Educação Especial: Discurso Médico E Vida Ordinária Na Escola	André Luís de Souza Lima Orientadora: Profa. Dra. Carla Vasques	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2013	O Atendimento Educacional Especializado (Aee) E Sua Repercussão Na Mudança Das Práticas Pedagógicas, Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre As Escolas Comuns Da Rede Municipal De Ensino De Florianópolis/SC	Rosângela Machado Profa. Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan	Universidade Estadual De Campinas
2015	Educação Inclusiva E Implicações No Currículo Escolar: A Invenção De Outros Processos De Ensinar E De Aprender	Maria Rosangela Carrasco Monteiro Orientador: Maria Luisa Merino De Freitas Xavier.	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2014	A Perspectiva Da Educação Integral Em Uma Escola Para Todos E Para Cada Um	Suzana Moreira Pacheco Profª. Drª. Maria Luisa Merino De Freitas Xavier	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2020	Desenho Universal Para A Aprendizagem Aplicado A Alunos Público-Alvo Da Educação Especial No Ensino Fundamental	Sabrina dos Santos Pires Orientadora: Profa. Dra. Iasmin Zanchi Boueri.	Universidade Federal Do Paraná
2020	Atendimento Educacional Especializado No Ensino Superior: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Em Foco	Barbara Miszewski Da Roza Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Rodrigues de Freitas	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2017	Atendimento Educacional Especializado Para A Educação Infantil Em Redes Municipais De Ensino Do Estado Do Rio Grande Do Sul: Caxias Do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana	Joseane Frassoni dos Santos Orientadora: Cláudia Rodrigues de Freitas	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2017	Alunos Negros E Com Deficiência: Uma Produção Social De Duplo Estigma	Danielle Celi dos Santos Scholz Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Freitas	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2015	Formação Continuada E Educação Especial: A Experiência Como Constitutiva Do Formar-SE	Mayara Costa da Silva Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Baptista	Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul
2017	O Projeto De Professor Para A Educação Especial: Demandas Do Capital Para A Escola Pública No Século XXI	Kamille Vaz Orientadora: Prof. Drª. Rosalba Maria Cardoso Garcia	Universidade Federal De Santa Catarina

Fonte: BDTD, CAPES (2021)

Ao avaliar a delimitação temporal das obras selecionadas observa-se que a seleção das teses de doutorado concentrou-se nos anos de 2011 e 2019, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2012, 2016, 2018 e 2020 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento de produções acadêmicas. Com relação à delimitação temporal das dissertações de mestrado, observa-se que se concentram no ano de 2015 a 2020, sendo que não foram encontradas obras nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2016 em consonância aos critérios utilizados para este mapeamento.

A Dissertação elaborada por Barreto (2019) teve como propósito verificar, junto aos professores de Matemática do Município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre do estado do Rio Grande do Sul, suas visões sobre a teoria e a prática da educação especial e inclusiva no município. A pesquisa realizada identificou a existência de relutância por alguns professores quando o assunto é inclusão dos seus alunos, falta de motivação de alguns profissionais, ausência de formação para entendimento e realização de um trabalho específico para alunos de inclusão.

A Tese elaborada por Becker (2019) investigou sobre o tema educação especial, na perspectiva da educação inclusiva no contexto da Educação Militar e para isso, aborda as percepções dos profissionais envolvidos no processo de introdução à educação inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), considerando as premissas educativas e militares do Sistema de Colégio Militar do Brasil. Para tanto, investiga a introdução à educação inclusiva no Colégio Militar de Porto Alegre.

Na tese de Guaseli (2014) tem como foco o estudo da formação continuada no campo da formação de professores, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para isso, a pesquisa analisou uma interface entre a produção de conhecimento na universidade e a prática na escola de ensino regular, com foco na formação continuada em educação especial e a relação com o trabalho docente na educação básica.

A tese elaborada pela autora Kuhnen (2016) teve como objetivo identificar e analisar a concepção de deficiência e os fundamentos teóricos que embasam as políticas públicas de educação especial no Brasil (1973-2014) para os alunos do ensino fundamental. Para tanto, a autora realizou a análise de documentos normativos e orientadores das políticas de educação especial identificando a forma como é definido o público alvo nas políticas, bem como, as justificativas técnicas, teóricas e políticas para essa definição.

Na dissertação elaborada pela autora Lima (2018) tem início com a realização de oito pequenos ensaios, os quais têm como finalidade questionar a pertinência e a preeminência do discurso médico em relação ao saber do professor e ao trabalho em sala de aula. O estudo demonstrando que o conhecimento médico é distinto das maneiras tradicionais de conceber o que é conhecimento na educação especial e nos processos inclusivos.

A tese elaborada pela autora Machado (2013) aborda sobre a experiência do AEE na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, que, a partir de 2001, quando deu início à discussão sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Para isso, a rede descontinuou esse novo tempo, abrindo espaços, investindo em novas propostas, reinventando a formação e o AEE nas escolas comuns. Por meio do estudo realizado foi possível constatar que a nova perspectiva e a prática da Educação Especial provocaram mudanças nas percepções e atuações dos gestores e professores das escolas municipais de Florianópolis.

A tese de Monteiro (2015) discute as implicações que a proposta de Educação Inclusiva pode produzir nas formas de organização do currículo escolar. O estudo está inserido no campo dos Estudos Culturais em Educação, em uma perspectiva pós-estruturalista. Esta pesquisa realizou a análise de que modo a proposta de Educação Inclusiva, defendida no Plano Político Pedagógico de uma escola pública municipal de Porto Alegre, vem operando mudanças na organização curricular das turmas dos diferentes Ciclos de Formação do Ensino Fundamental.

O estudo elaborado por Pacheco (2014) teve como objetivo compreender as bases de um projeto político e pedagógico, desenvolvido em uma escola pública municipal de Porto Alegre/RS, buscando analisar de que forma se evidenciam, articulam, sustentam e são postos em funcionamento os princípios do público e do popular, respectivamente, do para todos e do para cada um, na perspectiva da Educação Integral.

A dissertação de Pires (2020) demonstra que o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é uma ferramenta instrucional utilizada para minimizar as barreiras do processo de ensino-aprendizagem dentro das salas de aula regulares, bem como se apresenta como um facilitador no processo de inclusão escolar de alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). A autora buscou descrever o processo de implementação de um programa educacional de intervenção a partir da proposta do DUA para alunos PAEE e com desenvolvimento neurotípico inseridos no

Ensino Fundamental de uma escola localizada em um município da Região Metropolitana de Curitiba.

A dissertação elaborada por Roza (2020) tem como foco o processo de inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Para isso, a pesquisa feita por Roza (2020) analisou como são atendidos os estudantes público-alvo da Educação Especial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), visando estabelecer conexões que permitam compreender sobre o que seria Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior.

Na pesquisa realizada por Santos (2017) foram analisadas as práticas do Atendimento Educacional Especializado para a educação infantil nas Redes Municipais de Ensino (RME) de quatro municípios do estado do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana, apontando aspectos específicos da oferta desse serviço de apoio na primeira etapa da educação básica.

Em sua pesquisa Schilz (2017) investiga sobre a produção de estigma em alunos negros e com deficiência no espaço escolar. Para isso, a autora indaga sobre a relação entre o aluno negro e as políticas públicas para as relações étnico-raciais na educação, o aluno com deficiência e as políticas públicas em Educação Especial Inclusiva e sobre o processo inclusivo do aluno negro e com deficiência.

Em sua dissertação Silva (2015) tem como foco a análise dos elos existentes entre formação de professores, pesquisa acadêmica e contextos de inclusão escolar na Educação Básica, considerando predominantemente a educação infantil e o ensino fundamental. Foram investigadas, ainda, as características de um processo formativo instituído com base na ação de professores envolvidos em uma proposta que busca valorizar a inovação, a experiência docente e a reflexão pedagógica.

A tese elaborada por Vaz (2017) tem como base a realização de análises a respeito do projeto de professor de Educação Especial para atender ao projeto de escola pública brasileira para o século XXI no escopo das reformas educacionais realizadas no Brasil a partir de 1990, que em sua perspectiva inclusiva ganha maior expressão com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O percurso metodológico deste estudo realizou-se numa abordagem qualitativa, que segundo Lüdke e André (2013), focalizando a discussão no campo da educação, atrelada às reflexões analíticas de se pensar em questões locais, em diálogo com o objeto estudado, as quais podem contribuir para a formulação descritiva de novos conhecimentos.

O tipo de pesquisa foi bibliográfico, com o balanço de produções realizadas nas plataformas da BDTD e CAPES e documental, considerando que foi realizada a pesquisa do Projeto Político Pedagógico da escola. Por meio da pesquisa documental também serão detalhadas as políticas de educação inclusiva e a proposta curricular/documento que direciona a prática inclusiva no município de Joinville.

O estudo bibliográfico que foi feito por meio da consulta em obras publicadas nos últimos 15 anos em plataformas como a BDTD e CAPES, buscando identificar práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial, sendo também exploratória, por se constituir em uma das etapas iniciais que contribui no levantamento de materiais que se aproximam do objeto de pesquisa, nesse caso, o quadro teórico e levantamento de produções acadêmicas.

A segunda etapa se deu com base na pesquisa documental, por se tratar uma das “fontes de coleta de dados que está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 63).

O percurso metodológico escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa inicia com um estudo exploratório que segundo Gil (2008) tem como base desenvolver ou mesmo esclarecer ideias ou conceitos, para que o pesquisador tenha condições de estabelecer com maior precisão o problema, e criar teorias que possam ser estudadas posterioridade. Possui natureza qualitativa e aplicada que segundo Barros e Lehfeld (2000, p. 78) “[...] tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade”.

Na sequência, o levantamento dos dados empíricos ocorreu por intermédio do estudo de caso, por ser um método qualitativo que busca conhecer uma unidade mais específica, contribuindo para a compreensão de fenômenos individuais, processos organizacionais e políticos da sociedade, dentro das suas complexidades, sendo necessário manter o foco da pesquisa dentro do contexto específico, de forma natural (YIN, 2001).

4.1 CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto escolar da pesquisa conta com um total de 1145 estudantes, dos quais 25 constituem o público da educação especial. A contribuição fundamental do estudo consistiu em realizar uma análise tendo como ponto de partida as produções científicas avaliando as prescrições das práticas de educação especial apresentadas nas obras que serviram como base de consulta.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

4.2.1 A Pesquisa bibliográfica

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa terá como base o estudo bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações e recursos audiovisuais como filmes e televisão. (LAKATOS, 2008, p.71)

O estudo bibliográfico buscou um levantamento de produções acadêmicas sobre as práticas curriculares que contribuem para a inclusão de estudantes considerados públicos da educação especial. Inicialmente foi realizado uma seleção de produções acadêmicas em dissertações de mestrado e teses de doutorados nas bases da BDTD e na Base de dados da CAPES. Após a seleção através dos descritores ficamos com um total de 76 obras que serão utilizadas como fonte de referência para a elaboração da pesquisa.

4.2.2 A Pesquisa Documental

Esta pesquisa também se caracteriza como documental, sendo realizada junto ao Projeto Político Pedagógico e demais documentos normativos da escola, alvo deste estudo. Por meio da pesquisa documental serão detalhadas as políticas de educação especial e a proposta curricular/documento que direciona as práticas curriculares para o público da educação especial na escola, lócus desta pesquisa.

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, p.62-3)

A pesquisa documental é de fundamental importância para a obtenção de um embasamento sólido sobre o tema de pesquisa, possibilitando o uso de informações de comprovada validade científica, evitando assim, o uso de informações equivocadas que podem prejudicar o desenvolvimento do estudo.

4.2.3 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo teve o objetivo de analisar as práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial em uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC.

O levantamento dos dados empíricos ocorreu por intermédio do estudo de caso, por ser um método qualitativo que busca conhecer uma unidade mais específica e contribui para a compreensão de fenômenos individuais, processos organizacionais e políticos da sociedade, dentro das suas complexidades, sendo necessário manter o foco da pesquisa dentro do contexto específico, de forma natural (YIN, 2001).

Na pesquisa de campo foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, que foi realizado em formato online, pelos professores que tiveram interesse em contribuir para a pesquisa. “A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto” (GONSALVES, 2001, p. 67).

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

4.3.1 Levantamento das produções acadêmicas

Para mapear as produções acadêmicas relacionadas ao tema de estudo foi feita a consulta em obras publicadas nos últimos 10 anos nas bases de dados da BDTD e da CAPES. Este mapeamento de produções acadêmicas foi o primeiro exercício da pesquisa realizada com o uso dos seguintes descritores: “políticas públicas de inclusão escolar, práticas curriculares de educação especial, práticas pedagógicas inclusivas, metodologias inclusivas e educação inclusiva” que nos levaram à identificação final do material selecionado.

4.3.2 Questionário como instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o preenchimento de um questionário organizado em formulário online, acessado por uma plataforma disponibilizada pela pesquisadora, durante um período previamente determinado, onde foram aplicadas perguntas abertas e fechadas.

O formulário foi disponibilizado aos participantes, por meio de um questionário online, enviado via *e-mail*, visando obter maior índice de dados juntos a população da pesquisa, tendo como objetivo analisar as práticas curriculares pedagógicas de inclusão escolar e identificar possíveis dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da educação especial em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC. Importa destacar que o questionário possibilita ao pesquisador coletar dados com maior exatidão em relação as respostas que pretende obter junto aos informantes (CERVO, 2012) .

Antes de responder à pesquisa os participantes foram informados que se tratava de uma pesquisa de caráter acadêmico e assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE).

4.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Os participantes do estudo de caso desta pesquisa são constituídos pelos docentes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, sendo no total 31 professores da Rede Municipal de Ensino de Joinville, da escola definida como estudo de caso, que tiveram disponibilidade e interesse em contribuir com a pesquisa, pois atuam diariamente com alunos considerados público alvo da educação especial.

O lócus da pesquisa é uma escola pública municipal de Joinville/SC que faz parte de um universo de 172 escolas pertencentes à rede municipal de ensino. O contexto escolar da pesquisa conta com um total de 1145 estudantes, dos quais 25 constituem o público da educação especial.

4.5 ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Classifica-se como pesquisa bibliográfica o intenso processo de captação que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Os procedimentos de análise de dados também ocorrem por meio da análise de conteúdos e de documentos, que segundo Bardin (2016, p. 44), se caracterizam como a descrição de um conjunto de técnicas de análises das comunicações, a fim de “[...] obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”

Utilizamos a técnica de pesquisa de campo que segundo Ventura (2012) procura o aprofundamento de uma realidade específica, tendo como finalidade obter informações empíricas a serem avaliadas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o preenchimento de um questionário online, envolvendo ambientes virtuais e o formulário foi disponibilizado aos participantes via e-mail.

As informações coletadas foram gravadas e armazenadas em dispositivo eletrônico local, HD externo da pesquisadora, após a realização do download dos dados, que serão arquivados por um período de tempo de cinco anos. Haverá a garantia e a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa.

4.6 O PRODUTO EDUCACIONAL

O Mestrado Profissional de Educação Inclusiva em Rede (PROFEI), estabelece a criação de um produto educacional que seja passível de aplicação na área da educação e atenda às reais necessidades de sala de aula e/ou outros espaços. Dessa forma, o produto pode se constituir como

[...] uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas [sic], um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (BRASIL, 2019, p. 15).

O produto educacional resultante do presente estudo responde o problema de pesquisa e espera-se contribuir para a melhoria das práticas curriculares inclusivas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Joinville/SC, auxiliando os docentes a ressignificar as práticas pedagógicas e transformar, positivamente, a realidade da comunidade escolar na qual estão inseridos. Assim, a proposta de produto educacional para esta pesquisa considerou três pontos importantes: a) as práticas curriculares que contribuem para a inclusão escolar de estudantes considerados o público da educação especial; b) as dificuldades e fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da educação especial; c) documentos normativos que regulamentam as práticas curriculares para a educação especial em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC.

Deste modo, trabalhou-se na elaboração e criação de um vídeo de curta duração. Os indicadores para esta produção são oriundos dos dados empíricos levantados no decorrer da pesquisa de campo, por meio das informações obtidas através da aplicação de um questionário online junto ao corpo docente e será desenvolvido a partir dos resultados da análise dos dados, pois o foco é que o vídeo atenda às reais necessidades dos docentes, por meio da associação entre as informações coletadas com as possíveis fragilidades e dificuldades descritas pelos professores na efetivação das práticas curriculares inclusivas na escola onde foi realizado o estudo de caso.

O Produto Educacional apresentará pistas, dicas e sugestões que poderão subsidiar e potencializar as ações dos professores que atuam com o público da

educação especial, tendo como objetivo promover um maior volume de conhecimentos, servindo de multiplicador para professores da rede municipal de ensino de Joinville, buscando diversificar as práticas curriculares dos professores em sala de aula, com alunos público alvo da educação especial, impactando diretamente sobre a melhoria na qualidade do ensino voltado para os alunos de inclusão.

O vídeo será completamente acessível, contando com legendas, narrativas, áudio descritivos e interprete de libras e sua sequência de imagens e conteúdo será planejado através de um roteiro previamente elaborado. Para cada dificuldade e fragilidade encontrada, será criada uma pista e consequentemente para cada pista será criada uma dica, para fornecer aos professores alternativas de superar as dificuldades encontradas.

Este vídeo será divulgado na escola lócus da pesquisa e em toda a rede municipal de ensino de Joinville, sendo compartilhado através de ambiente virtual através da divulgação nos grupos de Whatsapp e redes sociais. Ainda contará com a criação de um canal do Youtube intitulado “Pedagogiando Lacy Flores” destinado como fonte de formação para os professores da Escola Municipal Prof^a Lacy Luiza da Cruz Flores. Este canal será divulgado e terá muitos inscritos, pois a escola tem bastante visibilidade perante a comunidade escolar e os inscritos poderão assistir ao primeiro vídeo postado, o que tratará do assunto “Pistas e Dicas” de forma leve, despertando o interesse de quem assiste e facilitando a compreensão de todos os envolvidos, visando a modificação das práticas pedagógicas do corpo docente aplicadas ao público alvo da educação especial.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da aplicação do questionário junto aos docentes da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores que é integrante da Rede Municipal de Ensino da cidade de Joinville/SC.

Em conformidade com os objetivos propostos, as respostas foram categorizadas em três grupos, a saber:

Grupo 1: práticas curriculares que contribuem para a inclusão escolar de estudantes considerados o público da educação especial.

Grupo 2: dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da educação especial.

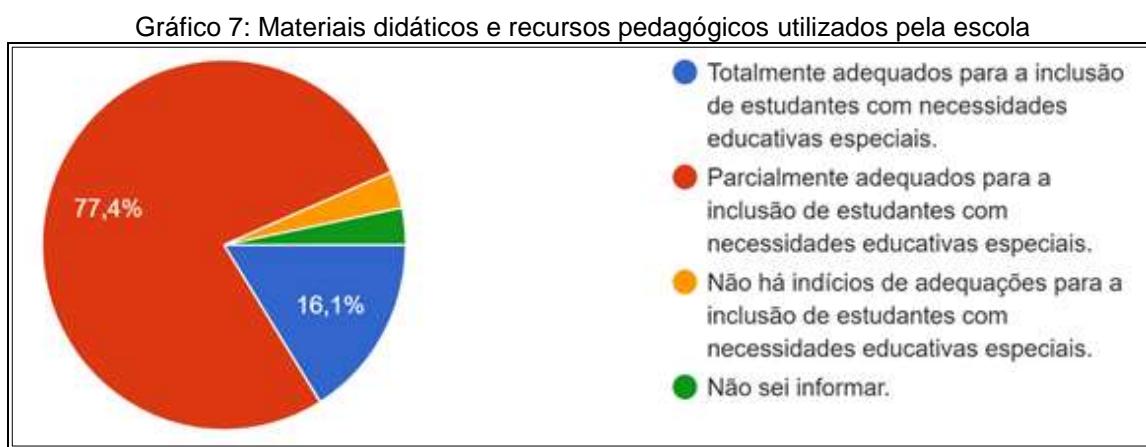
Grupo 3: documentos normativos que regulamentam as práticas curriculares para a educação especial em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC.

No que se refere a população da amostra, participaram da pesquisa 31 docentes, sendo 58,1% do Ensino Fundamental I e 41,9% do Ensino Fundamental II, nesse universo, 80,6% são professores estatutários (efetivos) e 19,4% em regime de caráter temporário (contratados por tempo determinado). Para garantir e preservar a confidencialidade das informações obtidas, classificam-se os participantes da Pesquisa como Participante 1 (P1), Participante 2 (P2) e assim sucessivamente.

5.1 PRÁTICAS CURRICULARES QUE CONTRIBUEM PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES CONSIDERADOS O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As práticas curriculares são essenciais para que a inclusão dos estudantes público alvo da educação especial ocorra de forma efetiva. Assim, quanto maior for a eficácia destas práticas, maiores são as possibilidades de aprendizado e de desenvolvimento educacional por parte dos alunos, público da educação especial. As práticas curriculares são alicerçadas por diversos elementos que incluem desde os materiais didáticos, os recursos pedagógicos, a formação e a capacitação docente, a estrutura física da escola, a atuação da gestão escolar, a participação da família entre outros aspectos. Inicialmente os docentes participantes da pesquisa foram questionados sobre os materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pela

escola e seu nível de adequação para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais. A síntese das respostas é apresentada no Gráfico 7.



Fonte: A autora (2022)

De acordo com o exposto no Gráfico 7, verifica-se que 77,4% dos entrevistados consideram parcialmente adequados os materiais didáticos e os recursos pedagógicos para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais, e 16,1% consideram totalmente adequados para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

Esse percentual de 77,4% aponta que os alunos com necessidades educacionais especiais, precisam fundamentalmente de didáticas, práticas pedagógicas específicas e adaptadas de acordo com suas necessidades individuais, para um bom desempenho da aprendizagem, corroborada pelas considerações de Glat (2002). Assim, destaca-se a importância da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento visando proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico.

Os materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados na escola para o ensino de alunos especiais são elementos fundamentais para o desenvolvimento das práticas curriculares inclusivas, pois auxiliam diretamente na assimilação de conteúdos e no processo de ensino aprendizagem destes alunos. Verifica-se a importância de a escola possuir o maior número possível de materiais didáticos e recursos voltados ao público da educação especial, porém, é importante qualificar as práticas dos professores para o trabalho com estes materiais. De nada adianta ter os materiais didáticos na escola e os docentes não terem conhecimento de sua utilização ou até mesmo de sua existência.

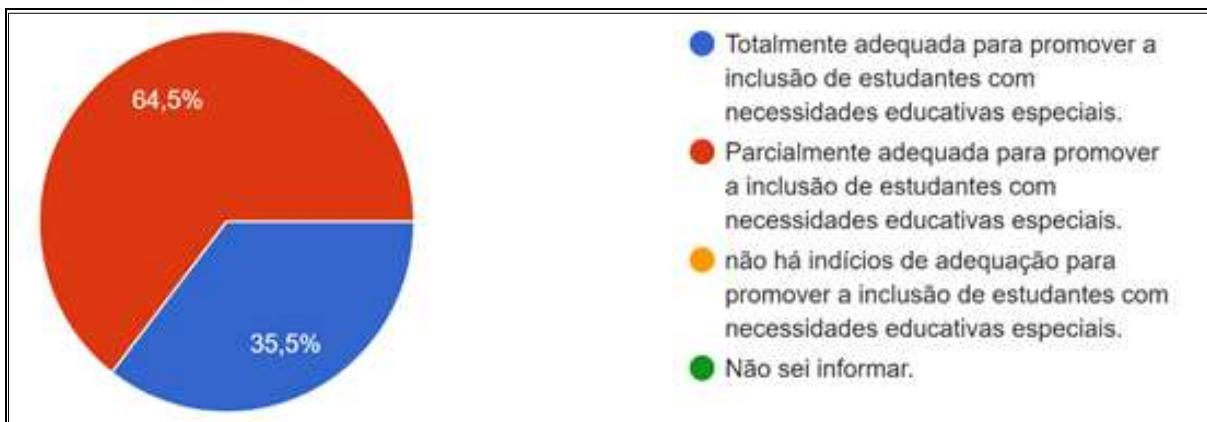
Para 16,1% dos participantes a escola está totalmente adequada. Nesse contexto é necessário frisar que a adequação total de uma escola abrange uma série de aspectos relacionados aos materiais didáticos e recursos pedagógicos, incluindo desde equipamentos como computadores, recursos audiovisuais diversos, alfabeto Braille, brinquedos, entre outros recursos que permitirão a inclusão de alunos com os mais diversos tipos de necessidades especiais, desde deficiência intelectual e cognitiva, deficiências físicas, entre outras.

A elaboração de materiais simples, tanto quanto possível, deve ser feita com a participação do próprio aluno. É importante ressaltar que materiais de baixo custo ou de fácil obtenção podem ser frequentemente empregados, como: palitos de fósforos, barbantes, cartolinhas, botões entre outros. Para atingir um desempenho eficiente, o aluno com deficiência precisa dominar ter a sua disposição alguns materiais básicos, indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. Entre esses materiais podemos citar, por exemplo o reglete e punção, soroban, textos transcritos em Braille, entre outros.

Os materiais didáticos e recursos pedagógicos são de fundamental importância para a educação de alunos especiais, pois um dos problemas básicos é a dificuldade de contato com o ambiente físico, bem como a carência de material adequado pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente a um mero verbalismo, desvinculado da realidade. Nesse sentido, enfatiza-se que alguns recursos podem suprir as lacunas na aquisição de informações pela criança da educação especial, pois o manuseio de diferentes materiais possibilita o desenvolvimento da percepção, o que facilita a verificação de detalhes e suscitando a realização de movimentos e a sensibilidade em geral (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Posteriormente, os docentes foram indagados a respeito das instalações, estrutura física e acessibilidade da escola, conforme ilustra o Gráfico 8.

Gráfico 8: Instalações, estrutura física e acessibilidade da escola



Fonte: A autora (2022)

De acordo com as informações expostas no gráfico 8, verifica-se que 64,5% dos entrevistados responderam parcialmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais e 35,5% totalmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

Ao avaliar a necessidade de adequação das escolas para receber alunos com necessidades educativas especiais, constata-se que muitos profissionais envolvidos no meio educacional consideram que as escolas ainda carecem de adequação com relação à estrutura física, uma vez que este aspecto é muito abrangente, envolvendo desde rampas de acesso, adequação de banheiros, necessidade de elevadores em muitas escolas, sinalização nas paredes e no chão por meio de lajotas padronizadas, além de alterações nas salas de aula para possibilitar o pleno acesso de alunos com necessidades especiais.

Conforme Pires (2018) existem escolas que possuem uma boa infraestrutura física para receber alunos com deficiência, porém ainda há muito por fazer. O contraste é entre as escolas mais novas e as escolas antigas, enquanto algumas foram projetadas para a inclusão de alunos deficientes, outras continuam da mesma forma que foram construídas.

Acredita-se que o investimento do poder público em adequação das estruturas e qualificação dos professores para o trabalho com alunos deficientes será um passo essencial para o sucesso da escola inclusiva, pois esta é uma alternativa, todavia, necessita de investimentos e pessoas qualificadas para que realmente atinja seus objetivos.

Santos (2015) comenta que existem problemas estruturais nas escolas quando se refere ao recebimento de alunos com necessidades especiais. Alguns dos problemas encontrados são banheiros inadequados, que não possuem espaço para cadeira de rodas, falta de rampas de acesso aos lugares mais elevados, falta de elevadores, o que impossibilita o deficiente físico de chegar a alguns ambientes dentro da escola.

Verifica-se que a adequação as escolas para o recebimento de deficientes é um desafio a ser vencido pelo poder público. Somente com investimentos em massa para reforma e adequação das escolas poderá mudar essa realidade. Acredita-se que, é impossível, promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas, se não for dada toda a estrutura para que este trabalho consiga se desenvolver, aprender e se sentir bem na escola.

A formação profissional e experiências docentes, conforme exposto no Gráfico 9, influenciam nas práticas curriculares do corpo docente.



Fonte: A autora (2022)

Verifica-se que 54,8% dos professores concordam que a formação e a experiência influenciam totalmente para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas. Outros 38,7% que influenciam parcialmente para que as práticas curriculares se tornem eficientes. No entanto, para 6,50% sinalizam que não há indícios de influências para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.

Conforme a opinião de uma parcela dos entrevistados, pode-se afirmar que a formação docente e a experiência profissional do professor envolvido no trabalho com alunos especiais têm grande influência para que as práticas curriculares sejam bem-sucedidas. Isso se deve ao uma série de fatores, como por exemplo, o conhecimento

prévio sobre cada tipo de deficiência e necessidade especial do aluno, onde um professor com formação específica poderá identificar o perfil de cada aluno e assim, desenvolver metodologias e estratégias de ensino adequadas para o trabalho especializado com o aluno deficiente, adequando os conteúdos curriculares conforme suas necessidades específicas.

Outro aspecto importante é a experiência profissional, pois o trabalho prévio com alunos especiais é importante para o aperfeiçoamento contínuo da práxis, tendo em vista que experiências anteriores servem como uma forma de aprendizado, evidenciando ao educador as melhores práticas de educação especial, demonstrando quais práticas são mais eficazes para cada tipo de aluno e para cada tipo de necessidade especial, fazendo com que o professor evite resultados indesejados e o uso de metodologias que demonstraram ser ineficazes e passe a adotar estratégias de ensino que comprovadamente já deram certo.

A este respeito, Kassar (2013) sinaliza que a aprendizagem está relacionada com as oportunidades que são oferecidas aos sujeitos. Isto é, mesmo quando consideramos determinadas aprendizagens elementares, primárias ou repetitivas, elas podem envolver processos psicológicos complexos para estes ou aqueles sujeitos dependendo das suas condições concretas de existência. No entanto, não podemos esquecer que “o ser humano não apenas é ou está, mas se constitui como um vir a ser” (PLETSCH, 2015, p. 22).

Para que os professores que atuam com alunos especiais atinjam seus objetivos e proporcionem uma educação de qualidade e com condições de igualdade, as atividades propostas recomenda-se contemplar referenciais didáticos e práticas curriculares que estejam articuladas com o currículo. É necessário que a instituição escolar apresente novas “formas de participação e de interação com o meio social onde estão inseridas para que, dessa forma, desenvolvam novas formas de ser e de agir” (PLETSCH, 2014, p.13).

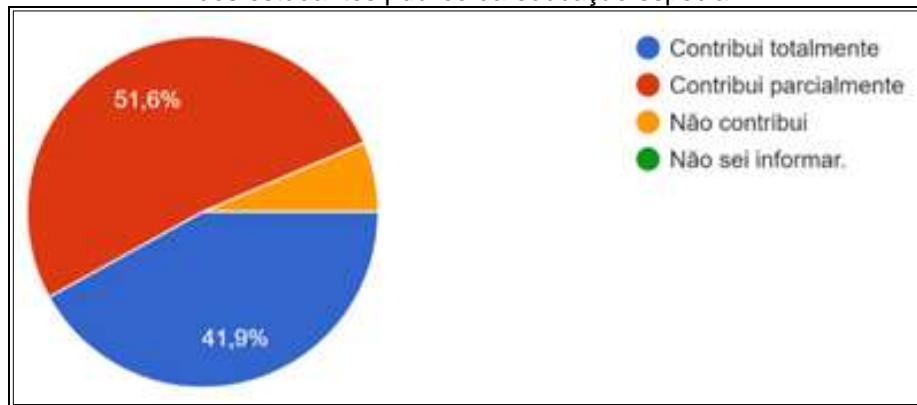
A atuação do professor possui vital importância para o cumprimento das metodologias e práticas curriculares inclusivas expostas no Projeto Político Pedagógico da escola, uma vez que o professor tem a responsabilidade de interpretar e aplicar os conteúdos por meio de estratégias e de processos de ensino aprendizagem que não somente estimulem a participação e integração dos alunos especiais, como também seja capaz de proporcionar um aprendizado de qualidade.

A influência do professor para o sucesso das práticas curriculares no processo de inclusão está muito relacionada a capacidade do educador em realizar a análise do perfil dos alunos especiais, por meio de seus laudos e, assim, aplicar os conteúdos apresentadas na grade escolar de acordo com o nível de assimilação e entendimento de cada aluno, fazendo com que este consiga acompanhar as disciplinas ministradas e assim, possa se desenvolver de forma contínua.

No entanto, essa capacidade de analisar, interpretar e formular o perfil de cada aluno tem relação direta com o nível de conhecimento, formação e experiência do professor com alunos especiais, o que se adquire não somente em âmbito acadêmico, por meio de cursos de formação continuada, mas, por meio da experiência profissional, tendo o contato direto com alunos especiais por meio do convívio diário em sala de aula e pelas vivências adquiridas (KASSAR, 2013).

Em seguida, os docentes foram questionados sobre a atuação do profissional no AEE da sua escola e sua contribuição para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial. As respostas obtidas são expostas no Gráfico 10.

Gráfico 10: Atuação do profissional no AEE da sua escola contribui para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial



Fonte: A autora (2022)

De acordo com as informações expostas no gráfico 10, verifica-se que 51,6% dos entrevistados consideram que a atuação do profissional do AEE contribui parcialmente, para 41,9% contribui totalmente e para outros 3% não contribui.

No contexto da Educação Especial, o profissional do AEE, deve sempre preocupar-se em desenvolver práticas pedagógicas condizentes com as necessidades de seus alunos, ou seja, uma proposta de um atendimento educacional

especializado, que utilize instrumentos pedagógicos que complementem a escolarização dos alunos público alvo da educação especial.

Sobre as especificidades do Atendimento Educacional Especializado na Educação cabe ao professor deste atendimento “identificar barreiras e implementar práticas e recursos que possam eliminá-las, a fim de promover ou ampliar a participação da criança com deficiência em todos os espaços e atividades propostos no cotidiano escolar” (BRASIL, 2015, p. 5).

A contribuição do profissional do AEE é essencial para que as práticas de educação inclusiva obtenham êxito e atinjam os objetivos da educação especial, tendo em vista que estes profissionais são habitados e preparados para o trabalho com alunos especiais e têm a função de interligar as práticas e conteúdos lecionados, ou seja, adequar as metodologias e estratégias pedagógicas do professor conforme o perfil e o ritmo de aprendizagem do aluno especial.

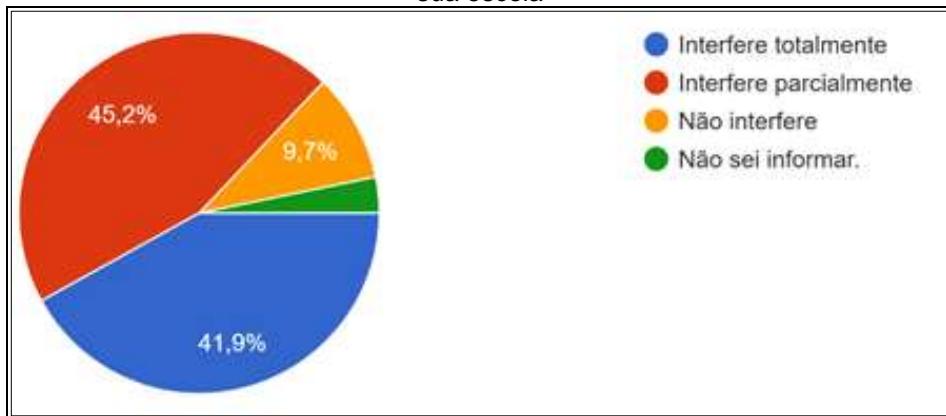
Assim, a finalidade básica do Atendimento Educacional Especializado ao aluno é buscar proporcionar condições de liberdade, para que ele por si próprio possa de forma gradativa construir o seu conhecimento numa perspectiva que lhe é disponível, para torná-lo capaz de produzir significados e de aprimorar os conhecimentos conforme seu ritmo de aprendizagem.

Para que o atendimento especializado cumpra seu papel, é salutar pensarmos na teia de sustentação que possibilita o acesso e a permanência das crianças com deficiência. Esta deve ser constituída por distintas instâncias como a família, a professora especializada e a professora da sala de aula comum, os demais profissionais da educação, os setores da saúde e da assistência social. É na multiplicidade de ações, onde os unos se entrelaçam para formar os múltiplos que a teia se fortalece para abarcar os processos inclusivos desde a educação infantil (SANTOS, 2017, p.91).

Por meio da atuação do profissional do AEE os docentes podem ter subsídios para realizar a adequação dos conteúdos e contextualizar as atividades descritas no currículo, assim o aluno especial consegue assimilar com maior facilidade aquilo que lhe é exposto, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a presença e o papel dos profissionais que atuam no AEE é essencial para que as práticas inclusivas sejam bem-sucedidas na escola, uma vez que estes profissionais devem estar devidamente preparados para desenvolver a inserção e integração dos alunos especiais nas escolas regulares.

Posteriormente os docentes são indagados a respeito da atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola, os resultados são apresentados no Gráfico 11.

Gráfico 11: A atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola



Fonte: A autora (2022)

Conforme as informações expostas no gráfico 11, verifica-se que 45,2% dos entrevistados consideram que a atuação da gestão escolar interfere parcialmente nas práticas curriculares inclusivas. Para 41,9% a atuação da gestão escolar contribua totalmente, para 9% essa atuação não interfere e 3% afirmaram que não sabem informar.

Para que haja realmente uma consolidação da atual proposta de educação inclusiva, são necessários vários aspectos, iniciando com o envolvimento de todos os membros da equipe escolar interagindo no planejamento dos programas a serem implementados com eficácia. “Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT’ANA, 2005, p. 228).

De acordo com Amaral (2017) toda e qualquer prática inclusiva não possui relação direta apenas com o trabalho dos professores nas salas de aula. É preciso levar em consideração que existe uma estrutura formada por profissionais que auxiliam diretamente na elaboração e desenvolvimento de planos pedagógicos, bem como, na administração institucional, resolução de processos burocráticos, entre outros, visando manter a instituição escolar em perfeito funcionamento.

A área de gestão escolar é muito abrangente, e suas contribuições incluem desde a supervisão de currículos, programas, livros didáticos, planejamento e

métodos de ensino, avaliação, recuperação, projeto da escola e pesquisas. Tudo isso faz com que o gestor escolar seja um grande convededor dos pressupostos teóricos, fundamentos pedagógicos e legislações que abrangem o ensino e o aprendizado na escola

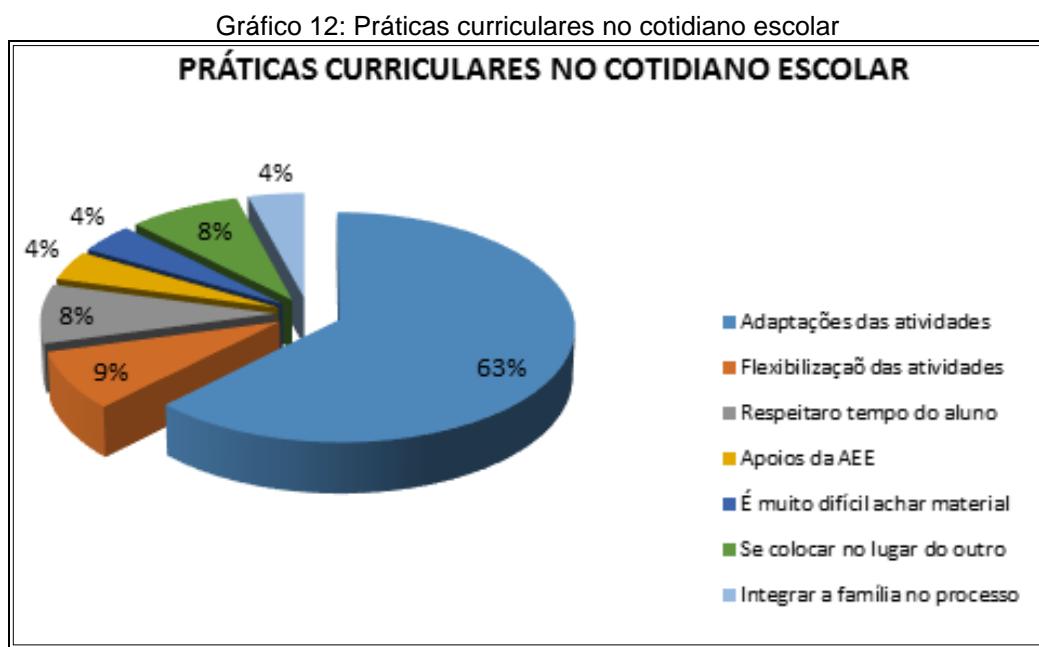
Nesse contexto, o gestor escolar possui participação direta sobre os resultados da instituição escolar e para o êxito das práticas inclusivas, tendo em vista que é o responsável pela integração entre a diretoria, a supervisão, o corpo docente, os alunos, os pais e sociedade em geral. Assim, entende-se que o modo como o gestor escolar conduz as ações e atividades e práticas curriculares inclusivas desenvolvidas no âmbito escolar tem influência direta sobre o nível de qualidade educacional da instituição de ensino.

Desta forma, o gestor escolar possui um papel fundamental na organização da escola, motivação de professores e alunos, bem como, sobre os processos inclusivos, relacionamento e atendimento aos familiares dos alunos especiais. Entre as atribuições do gestor escolar está a tarefa de proporcionar a constante atualização do ensino e das práticas inclusivas da escola, a partir de estudos em grupos, com os professores, bem como por meio da interação com alunos especiais e suas famílias, ouvindo suas opiniões, necessidades e curiosidades, além de prestar orientações, acompanhamentos, assessoria e interações visando à melhoria da aprendizagem como um todo (ROCHA; HAMMES, 2018).

Os gestores exercem papel fundamental ao tomar as providências de caráter administrativo que são cabíveis e necessários na implementação do projeto de educação inclusiva e cabe ao gestor se propor a trabalhar na perspectiva inclusiva, de assiduamente se envolver na organização técnicas das reuniões pedagógicas juntamente com os docentes, desenvolvendo ações impreteríveis voltadas para a inclusão, identificando e motivando a realização de adaptações curriculares para conseguir eficácia, fornecendo suporte ao corpo docente e toda comunidade escolar.

Portanto, cabe à escola, na figura do seu gestor, repensar a cada dia o seu contexto para o aprimoramento dos meios educacionais e do educador em uma visão ampla e diversificada que torne possível a melhoria das práticas educacionais para o aprendizado dos alunos especiais. Estes, diante das inovações oferecidas, lutam e buscam conhecimentos para enriquecer seu intelecto e se desenvolver como pessoas e como cidadãos.

Em seguida, os docentes foram indagados a respeito das práticas curriculares realizadas no seu cotidiano escolar que contribuem para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais, conforme exposto no Gráfico 12.



Fonte: A autora (2022)

Com o gráfico 12, verifica-se que 63% dos entrevistados fazem adaptações das atividades, 9% realizam flexibilização das atividades, 8% respeitam o tempo do aluno, 8% tem empatia, 4% precisam do apoio do AEE, 4% afirmam que é muito difícil achar materiais e 4% gostam de integrar a família no processo.

Ao analisar as práticas curriculares no cotidiano escolar constata-se que significativa parcela dos professores realiza adaptações nas atividades curriculares para melhorar aspectos como a participação e a socialização dos alunos da educação especial, conforme sinalizam os participantes que seguem:

"Adapto o conteúdo ou as atividades para que os alunos consigam interpretar e fazer a questão proposta" (P4).

"Explicações diferentes, atividades adaptadas, seleciono alunos para auxiliar os alunos de inclusão (lembrando que isso não é sempre) depende muito do assunto e conteúdo abordando em sala" (P1).

Me coloco no lugar do aluno... trazendo mais de uma maneira de explicação do conteúdo para que ele possa ter entendimento (P9).

Estas adaptações têm como foco promover com mais eficiência a integração destes alunos, fazendo com que participem ativamente dos trabalhos propostos e assim, obtenham um nível significativo de aprendizagem, conseguindo evoluir juntamente com os demais alunos da turma, conforme relato de uma docente no questionário:

“O educando deve sentir-se como um membro integrante ativo dentro da sala de aula, perante os demais colegas, respeitando seu ritmo na aprendizagem, pois é num desafio trabalhar com tanta diversidade. Resgatar sua autoestima valorizando o que sabe e não focar só nas dificuldades, buscando alternativas onde todos tenham acesso ao ensino-aprendizagem. Criar estratégias para que o aluno tenha autonomia em resolver as atividades, outros necessitando da mediação do professor. Capacitação dos professores para que possam trabalhar as especificidades de cada aluno de acordo com suas necessidades. A família também precisa de informações para que possam lidar com as situações e problemas decorrentes das necessidades” (P5).

As adaptações aos conteúdos ministrados são essenciais para cadenciar o ritmo das aulas e proporcionar maior facilidade ao aluno especial para que este possa acompanhar os demais alunos. Conforme proposto pelo MEC:

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos (BRASIL, 1998, p. 33).

Para isso, é preciso associar a flexibilização dos trabalhos com a autonomia dos alunos, ou seja, de um lado trabalhar alternativas para facilitar sua integração e por outro lado, dar autonomia para que o aluno especial desenvolva as atividades propostas com o mínimo de auxílio possível, pois assim, poderá se tornar independente e apresentar melhor aprendizado.

Segundo Lopes (2010), não é tarefa simples realizar as adaptações curriculares, é um trabalho complexo de compreensão:

Flexibilizar, adaptar, adequar, diferenciar ou diversificar ou qualquer outro termo que venha ser acrescentado na intenção de acessar caminhos para que o aluno com deficiência obtenha êxito ao ser incluído na escola regular quer nas estratégias, nos métodos, nos recursos, nas formas e quer ainda nos instrumentos de avaliação não pode significar simplificação do currículo, mas garantia que as necessidades, desse aluno, sejam atendidas em nível de igualdade com os demais companheiros da sala de aula (LOPES, 2010, p.45).

A seguir apresentam-se alguns relatos dos docentes a respeito das práticas curriculares no cotidiano escolar:

Adaptação de material pedagógico (P3)

Adaptação de atividades e inclusão dos estudantes ao grupo (P4)

Flexibilizações das atividades (P7)

Adequar, se necessário, as atividades curriculares, favorecer a socialização e integração (P8)

Adaptação de aulas, sociabilidade (P10)

Respeitar o tempo do aluno e tentar conhecê-lo ao máximo, analisando seu conhecimento e estruturando o caminho para sua aprendizagem (P11)

Procuro conhecer as dificuldades do aluno para tentar incluir, o que é ineficaz, pois há número excessivo de alunos por turma, o que torna impossível tratar com atenção as dificuldades particulares (P12)

Fazer atividades em grupos e jogos didáticos (P15)

Realizar atividades adaptadas de acordo com as necessidades de cada estudante (P16)

Dependendo das necessidades para este aluno é preciso adaptar as atividades respeitando os limites do aluno, com apoio do AEE (P18)

Atividades em grupo, como: pesquisa na internet, confecções de cartazes, socialização da aprendizagem, entre outras (P21)

Buscar pela participação dos alunos em todas as atividades. Adaptar atividades escolares, nas quantidades e no tipo de desafio de acordo com a necessidade de cada aluno respeitando o currículo. Promovendo a interação social, durante as atividades e possibilitando que os alunos colaborem com o grupo na solução de problemas (P22)

Adaptação de atividades e incremento de metodologias, variando entre abstrato e concreto, buscando identificar as potencialidades do aluno (P23)

Eu acredito que todos podem aprender e essa tem que ser a primeira prática. Após isso, oferecer variedade de materiais e atividades (P30)

Usar vários instrumentos e recursos no processo de construção do conhecimento desses alunos. Avaliações que respeitem o ritmo individual de aprendizagem de cada aluno (P31)

Entre os termos mais utilizados pelos docentes para definir suas estratégias e metodologias de ensino voltadas ao público da educação especial podemos citar: adaptação, adequação e flexibilização. Isso evidencia que os professores buscam adequar suas aulas às necessidades específicas de cada aluno visando oferecer maiores condições de aprendizado e assimilação de conteúdo.

A seguir apresentam-se alguns relatos dos docentes a respeito dos aspectos do contexto escolar que podem ser alterados para que se efetivem as práticas curriculares inclusivas:

Acredito que investir mais em cursos de capacitação com especialista na área (P10).

A limitação do número de alunos na sala de aula onde tem aluno (s) de inclusão; adequação das práticas pedagógicas e principalmente a presença do professor auxiliar (P20).

Investir em tecnologias; incentivar que o aluno desenvolva a sua autonomia; formação de profissionais capacitados (P21).

Recurso humano é o mais valioso e complexo, precisamos nos adaptar, nos preparar melhor. Cada dia temos um novo desafio, com necessidades diferentes, rever as próprias práticas é bastante difícil (P22).

Criação e prática de projetos onde esses alunos tenham protagonismo (P23).

Deveria ter mais palestras para os pais e professores para que entendam a deficiência e queiram ajudar seus filhos e alunos (P24).

Formações para que possamos atender melhor a clientela inclusiva. O currículo escolar deve atender as necessidades de forma integral, mas como fazer isso? Essa é uma questão pertinente na prática da maioria dos profissionais da educação (P25).

Precisa ter mais formações, principalmente para os professores regentes, pois muitas vezes a formação vem apenas para os professores auxiliares (P27).

Diminuir a quantidade de estudantes em sala, quando houver casos de inclusão (P28).

Algo que atrapalha muito são as salas de aula superlotadas, por vezes em ambientes e condições adversas. Lecionamos para estudantes com diversos perfis, cada um segundo suas necessidades e realidades, sendo assim se faz necessário capacitação específica para todos os envolvidos, pois existe a necessidade de adequar procedimentos de ensino às competências e habilidades individuais e coletivas de cada criança, refletindo sobre as limitações e ritmos de aprendizagem de cada estudante. Uma abordagem maisativa, que se utilize de novas experiências trazendo para os alunos novas vivências de conteúdos apresentados em sala (P30).

Segundo Fonseca (2011) é possível realizarmos a articulação dos três conceitos mais relevantes e delimitar os significados que têm sido adotados pelos pesquisadores sobre adaptação curricular e terminologias semelhantes.

- Flexibilização - Programação das atividades elaboradas para sala de aula diz respeito a mudanças de estratégias em âmbito das práticas pedagógicas que não consideram mudanças no planejamento curricular de ensino.
- Adequação - Atividades individualizadas que permitem o acesso ao currículo que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento às

necessidades acadêmicas de cada aluno – dizem respeito a adequações ao planejamento curricular de ensino, considerando a necessidade de determinados alunos, prevendo mudanças em objetivos, conteúdos, recursos e práticas pedagógicas.

- Adaptação - Focaliza, sobretudo, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no planejamento curricular da sala de aula atendendo às diferenças individuais – diz respeito à mudança do próprio planejamento curricular, propondo um currículo alterado para determinado aluno, que poderá se beneficiar de um modelo de planejamento diferente do trabalhado com os demais alunos (FONSECA, 2011, p. 136).

Com o desenvolvimento e ampliação da educação especial nas escolas de ensino regular, os alunos, público da educação especial, passam cada vez mais tempo no ambiente escolar, fazendo com que a relação entre a escola e a família seja ainda mais importante, para que haja um intercâmbio de informações entre a diretoria escolar, pais e professores, possibilitando um acompanhamento direto do desempenho e evolução do aluno especial, tanto no ambiente familiar como no âmbito escolar (SALLES, 2013).

Com a interação de todos os envolvidos é possível traçar metas e objetivos educacionais, propor melhorias nos métodos e práticas pedagógicas inclusivas, bem como, conhecer as dificuldades individuais dos alunos especiais e realizar uma educação individualizada para este público, visando suprir necessidades específicas de cada aluno, fazendo com que este possa se desenvolver e superar as dificuldades impostas pela deficiência.

Observa-se que a troca de informações entre a escola e a família tem grande importância no contexto educativo inclusivo, pois estreita os laços entre pais, professores e diretoria, trazendo benefícios para ambos os lados, pois os pais terão um maior conhecimento sobre a vida escolar de seus filhos e a escola poderá identificar eventuais dificuldades de seus alunos e assim, adequar suas práticas curriculares de ensino para suplantar tais dificuldades.

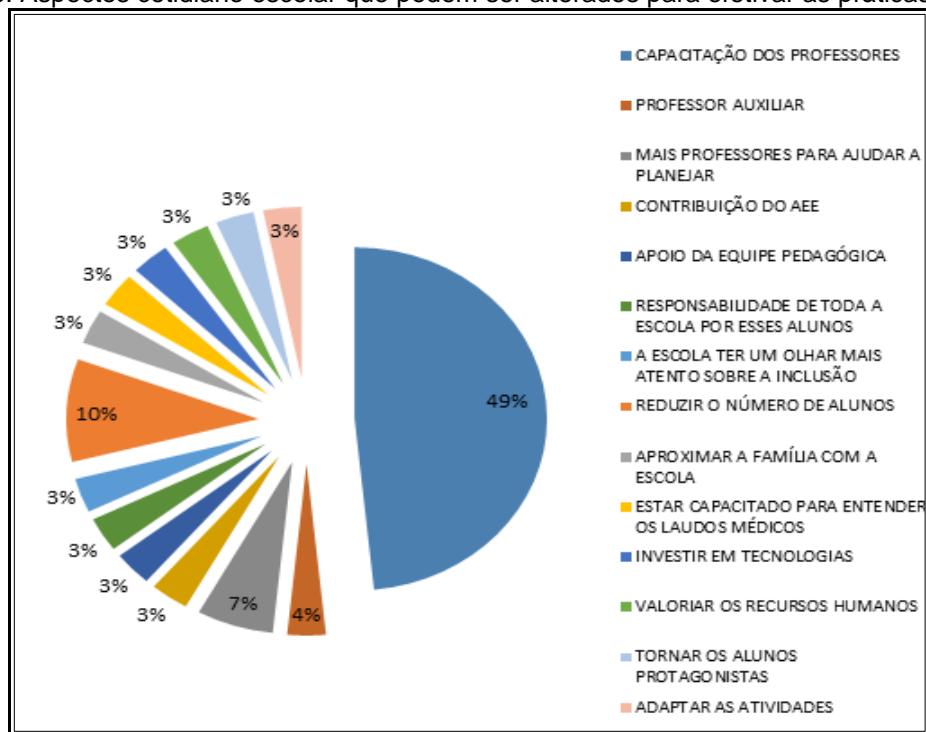
5.2 DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES NO CONTEXTO ESCOLAR PARA A EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS CURRICULARES INCLUSIVAS COM O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Quando se trata dos aspectos do contexto escolar que podem ser alterados para que se efetivem as práticas curriculares inclusivas, constatou-se que o corpo

docente acredita que a formação e o preparo dos professores são fundamentais para que se efetivem as práticas inclusivas em uma escola, tendo em vista que o docente representa a ligação entre as práticas curriculares inclusivas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola com os alunos especiais e seus familiares.

Nesse sentido, os docentes foram questionados sobre quais aspectos do contexto escolar podem ser alterados para que se efetivem as práticas curriculares inclusivas, conforme ilustra o Gráfico 13.

Gráfico 13: Aspectos cotidiano escolar que podem ser alterados para efetivar as práticas inclusivas



Fonte: A autora (2022)

Conforme exposto no gráfico 13, verifica-se que 49% dos entrevistados consideram que os aspectos do cotidiano escolar que podem alterar as práticas inclusivas são a capacitação dos professores, 10% consideram essencial reduzir o número de alunos por sala de aula, 7% gostariam de mais professores para ajudar a planejar, 4% que tivessem mais professores auxiliares e outras parcelas de 3% cada, consideram que podem ser alterados as seguintes questões: adaptar as atividades, tornar os alunos protagonistas, estar capacitado para entender os laudos médicos, aproximar a família da escola, ter de olhar mais atento sobre a inclusão, investir em tecnologia, apoio da equipe pedagógica, responsabilidade de toda a escola, contribuição da AEE.

De acordo com as respostas do corpo docente, verifica-se que são unâimes em descrever a importância da formação de professores e investir na capacitação de professores. Para que haja uma melhoria sólida e consistente em todo o sistema educacional brasileiro e efetivação das práticas curriculares inclusivas é preciso que seja aprimorado o processo de formação inicial e qualificação de professores, uma vez que eles são os agentes fundamentais para a promoção da educação e transmissão de conhecimentos, ou seja, os educadores podem ser vistos como a engrenagem central de todo o sistema educacional, tendo em vista sua importância dentro do contexto educativo.

Segundo Mesquita (2007), tanto a formação inicial ou continuada do docente devem ser uma temática inserida nas discussões educacionais, em vários segmentos das políticas educacionais nacionais e por diversos pesquisadores do assunto, nas organizações curriculares, identidades profissionais e todas as competências exigidas nesse contexto.

A formação continuada não é apenas um “estar na profissão”. Ela vai mais além, é desafio constante, pois é formação pessoal e profissional. Corroborando com Canen e Xavier (2011), a formação de professores é um lócus privilegiado, pois oferece espaço para refletir e discutir, criar e implementar proposições que trilham novos caminhos na direção da diversidade no contexto escolar. Portanto, “não há práticas prontas e acabadas, mas práticas construídas de acordo com as demandas, carências e necessidades que são postas socialmente” (PEREIRA; MARTINS 2002, p.121).

Um aspecto importante para o trabalho com alunos especiais diz respeito à formação continuada, na qual os professores já formados e que atuam por muitos anos na área devem estar sempre buscando novos conhecimentos por meio de cursos de especialização específicos que ampliam as atribuições e possibilidades de atuação do docente dentro do contexto educacional.

A formação continuada dos docentes brasileiros é uma temática relevante no atual cenário educacional, especialmente quando abordado na educação inclusiva de alunos com deficiência. Em suas pesquisas Veiga-Neto (2012), considera que atuar nessa área, é poder ir aos porões, e com isso, pode ativar as indagações e atingir as práticas educacionais.

Assim, a qualificação do corpo docente pode ser entendida como parte fundamental para que haja uma melhoria efetiva no processo de ensino aprendizagem

e aperfeiçoamento das práticas inclusivas nas escolas. Para que haja o aprimoramento da formação docente é preciso investir não somente na formação de novos professores por meio de instituições de ensino superior de qualidade, mas também na formação continuada para a qualificação de professores já formados e atuantes na área, os quais precisam estar sempre se atualizando, por meio de cursos de especialização específicos para o trabalho com alunos especiais.

Ao realizar esse processo de indagação reflexiva, pode ser algo positivo, pois, os docentes podem facilitar uma conscientização de alguns desajustes das práticas pedagógicas, e superar limitações sociais, culturais e ideológicas. E a mudança de atitude somente será possível, no momento em que os olhares dos docentes forem sobre sua própria prática em relação aos alunos deficientes, contribuindo para traçar novos caminhos didáticos nessa área (OLIVEIRA, 2016).

O princípio básico da Educação Inclusiva é de que os alunos, independente de suas condições sócio-econômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

Verifica-se que para uma escola realmente ter uma postura inclusiva, ela precisa rever toda a sua estruturação e organização escolar, e com isso, reformular seus segmentos e seu projeto político-pedagógico, como também, seus recursos didáticos, suas práticas pedagógicas, metodologias e referenciais de trabalho, e promovendo o desenvolvimento de respostas pedagógicas de todos os alunos inseridos nesse processo, independente das suas condições específicas ou mesmo de escolarização.

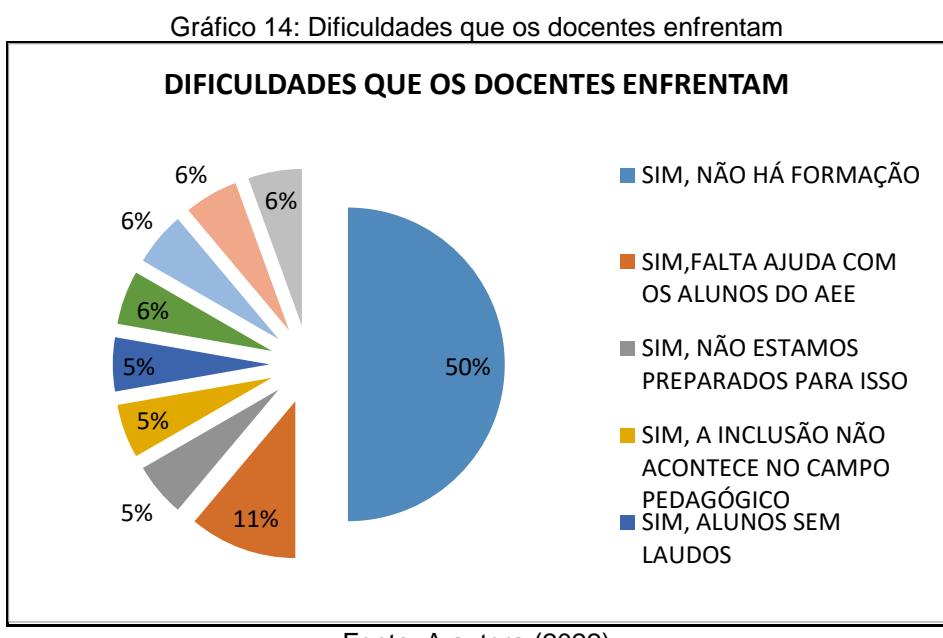
Para o aprimoramento das práticas inclusivas nas escolas é importante a disponibilização de recursos pedagógicos e materiais didáticos para a realização de atividades com alunos que apresentam necessidades especiais, o que abrange, tecnicamente desde recursos visuais, máquinas de escrever em braile, bem como, materiais que possibilitem a adaptação das atividades ministradas aos demais alunos para o aluno com necessidade especial, de acordo com seu tipo de deficiência.

Nesse contexto é necessário que seja feita uma reformulação nas práticas curriculares inclusivas para alunos especiais nas escolas regulares do ensino público, visando aprimorar a qualidade do ensino prestado. Para que haja esse

aprimoramento é preciso que sejam feitos investimentos nas várias esferas que formam o sistema educacional, incluindo desde a infraestrutura física de escolas, materiais didáticos, recursos pedagógicos e, em especial, o corpo docente (MELO, 2019).

Por meio da evolução de conceitos e inserção de novas práticas e metodologias inclusivas no ensino regular, observa-se que a formação docente deve ser cada vez mais abrangente para suprir todos os conteúdos curriculares contidos na grade de ensino, o que inclui as práticas curriculares relacionadas à inclusão e ao ensino de alunos com necessidades especiais (MAINARDES, 2006).

Posteriormente os docentes foram questionados se em sua atuação docente encontram alguma (s) dificuldade (s) para atender as necessidades educativas de estudantes com necessidades educativas especiais em sala de aula, e quais figuram-se no Gráfico 14, a seguir:



O gráfico 14 demonstra que para 50% dos entrevistados não há formação continuada na área da inclusão, 11% enfatizam que falta ajuda com os alunos público da educação especial, outras quatro parcelas de 6% cada, afirmam que não estão preparados, pois faltam orientação e tempo para a flexibilização e adaptação de atividades e outras três parcelas de 5% não se sentem preparados e que a inclusão não acontece efetivamente no campo pedagógico e que os alunos precisam de um olhar especial.

Significativa parcela das respostas emitidas pelos professores é clara em afirmar que a maior dificuldade encontrada para atender as necessidades educativas de estudantes com necessidades educativas especiais em sala de aula está relacionada à formação dos professores.

A formação e qualificação dos professores para o trabalho com alunos especiais é fundamental para garantir que as práticas inclusivas sejam devidamente efetivadas no âmbito escolar, pois são muitas crianças que necessitam de acompanhamento especializado e os professores devem estar preparados para trabalhar com estes alunos. Assim, a formação continuada, nesse contexto, é fundamental para o acolhimento e integração de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares de educação, conforme alguns relatos de docentes:

Sim. Encontro dificuldades na aplicação do conteúdo e na adaptação de atividades para o público alvo da educação especial (P1).

Sim, muitas. Até mesmo em nossas graduações não se discutia ou tivemos algum preparo para trabalhar com tantas crianças de inclusão ao mesmo tempo (P2)

Sim. Não tenho preparo e formação com eles (P3).

Elaborar atividades diferentes para cada laudo. Tenho muitos alunos com laudo (P4).

Sim. Falta de tempo para flexibilizar as atividades pois o currículo é extenso, sala lotada e falta ajuda para aplicar as atividades com os alunos da educação especial (P6).

Sim, falta de orientações específicas sobre patologias e melhor maneira de adaptar atividades relevantes para contribuir com a aprendizagem do estudante com necessidades educativas especiais (P7).

Sim. Primeiramente a falta de conhecimento ao lidar com as diferentes deficiências existentes, em segundo a falta de tempo para o planejamento de práticas efetivas (P10).

Muitas, não tenho competência. Faço o melhor que posso, mas tenho plena consciência de que é muito pouco. A inclusão não acontece no âmbito pedagógico, somente os alunos com necessidades especiais se beneficiam da questão social (P12).

Sim. A falta de informação de como trabalhar com aqueles alunos que necessitam de auxílio (P13).

Sim, a falta de cursos sobre inclusão e material didático específico (P14).

Sim, pois nunca sei ao certo como trabalhar com cada dificuldade apresentada. Falta um preparo especial (P16).

Sim. Tenho uma aluna em outra escola que não tem coordenação motora e tem problemas na fala. Por isso fico sempre na dúvida de como trabalhar nessa situação (P19).

Sinto a necessidade de capacitação e formação continuada para atender o aluno em sua necessidade específica. Acredito que todos os anos deveríamos ter um suporte especializado direcionado aos alunos com quem vamos trabalhar. Outro ponto importante seria a reformulação do currículo (P20).

A LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu Art. 59, inciso III, preconiza que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação devem ter a garantia de matrícula de preferência nas escolas de ensino comum devem ter assegurados os seus direitos de ter seus “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p.37).

A lei refere-se a dois perfis de profissionais, o professor da classe comum e o professor especializado com formação em educação especial para atendimento às pessoas com deficiência. Professores da classe comum são os profissionais que durante a formação inicial tiveram a oportunidade de terem incluído no currículo disciplinas ou conteúdos relacionados à educação especial ou inclusiva, e os professores especialistas são aqueles que realizaram a complementação dos estudos com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu (BRASIL, 1996, p. 38)

Embora, a educação especial seja ofertada de preferência no ensino regular, ainda assim, deve apresentar um cenário em que possa proporcionar a todos, sem distinção, possibilidades de acesso, como também, de desenvolvimento dos múltiplos saberes, podendo possibilitar aos seus alunos, a garantia integral do cumprimento do papel do cidadão nesse contexto (BRASIL, 2004).

Para esse trabalho possa ser realmente realizado, é preciso que haja um currículo a ser seguido de acordo com a legislação vigente, a BNCC, tendo princípios iguais para todos, embora cada instituição escolar seja flexível para fazer suas adaptações.

Para que ocorra o processo de inclusão escolar é necessário que a escola passe por um processo de transformação e buscar se adaptarem às necessidades dos alunos não somente no aspecto da acessibilidade, mas principalmente no currículo e na sua proposta pedagógica. Dessa forma, verifica-se que a inclusão exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino até então utilizado e precisa de mudanças de posturas de conduta de todos os atores sociais que compõe a estrutura educacional. Ao discorrer sobre as dificuldades encontradas no cotidiano escolar para a efetivação das práticas curriculares inclusivas:

Toda esta discussão teórica nos leva a algumas reflexões: estará o professor de ensino regular da rede pública de ensino preparado para trabalhar com essa nova realidade da educação inclusiva? Estará este ambiente escolar com condições para receber estes alunos que tem necessidades educacionais especiais? Estará o currículo das escolas aberto à ressignificações e adaptação em função dessa nova demanda? E como deverá ser a formação inicial e continuada dos professores para suprir as necessidades educacionais destes alunos com deficiência? Que apoio adicional, tanto humano como material, os professores necessitam para trabalhar bem em uma perspectiva inclusiva? (OLIVEIRA, 2008, P. 6)

A escola inclusiva deve fundamentalmente respeitar a diversidade inerente à espécie humana. Outro aspecto que deve incorporar em suas práticas curriculares, é buscar atender as necessidades educativas especiais de todos esses alunos, que estão inseridos em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino público, de forma que promova a aprendizagem e possa estimular o desenvolvimento pessoal de todos os alunos, independentemente de suas deficiências ou diferenças. Fica evidente que, a perspectiva da inclusão acaba ultrapassando a dimensão das pessoas com deficiência e incluindo todos aqueles que acabam sofrendo processos de exclusão durante o seu processo escolar. Acredita-se que somente depois que as práticas inclusivas estiverem devidamente implementadas e aprimoradas dentro do âmbito escolar será possível disseminar estas práticas para todas as demais áreas, pois da escola partirão todos os conceitos e práticas norteadoras para implementação das práticas curriculares inclusivas. Assim, é imprescindível a formação e capacitação dos professores para atuar junto aos alunos com necessidades especiais, visando garantir uma educação de qualidade e a perfeita integração e participação destes alunos nas atividades realizadas junto aos demais colegas de classe, fazendo com o conceito de inclusão seja aplicado na prática e a educação especial atinja seus objetivos, conforme (BÜTTENBENDER, 2017).

Um aspecto levantado por alguns docentes foi a falta de apoio e participação da família no processo educacional do aluno especial. Acredita-se que a participação da família é fundamental para que as práticas inclusivas atinjam seu objetivo, uma vez que todo o processo educacional de uma criança deve ter início no âmbito familiar, no qual os pais são os responsáveis pela transmissão de conceitos fundamentais para a vida e todos os valores éticos e morais que deverão acompanhar a criança por toda a sua vida. A escola tem o papel de ensinar conceitos e transmitir conhecimentos interdisciplinares, sendo de fundamental importância para que a criança tenha plena

cidadania e possua condições básicas para entrar no mercado de trabalho e exercer uma determinada profissão.

O relato de alguns docentes discorre sobre a participação da família:

Algumas situações demandam de atendimentos multidisciplinar, que a família não frequenta. A Família deve ser orientada e estar atenta aos seus direitos e participar dos serviços prestados disponíveis. E um outro ponto seria ter na escola, mais pessoas especializadas, preparadas para orientar professores e pais (P22).

Falta de auxiliares, por ter muitos alunos com falta de laudo. A Psicóloga escolar deveria ser liberada para fazer alguns laudos como TDAH, pois tem crianças que os pais não aceitam ou não entendem o que o filho tem, tornando as aulas complicadas para os mesmos e para seus professores (P24).

Em alguns casos falta de apoio familiar. Uma maior participação da família no processo de ensino-aprendizagem e que reconheçam os estudantes como pessoas de potencialidades diferenciadas. A família precisa aceitar, reconhecer que existe uma necessidade especial para sua criança (P30).

Sobre os diferentes papéis da escola e da família Szymanski (2007) diz que a escola e a família apesar de terem objetivos comuns, atuam em áreas diferentes na formação de novos cidadãos e na sua preparação para sua vida social e exercício pleno da cidadania. Assim, a escola e a família possuem um papel fundamental para no contexto educacional de um indivíduo, desde a sua fase infantil até a fase adulta.

Surgem as reflexões de como se dá o desenvolvimento da escola em relação às famílias, acreditando que uma complementa a outra, escola e famílias poderiam, e, deveriam se unir para conseguir um bom desempenho a cerca dos indivíduos que estão inseridos na instituição educacional, afim de, tornarem-se seres crítico e social. Nesse sentido, há uma necessidade da instituição conhecer o processo histórico da família dos educandos para assim tomar alguma decisão, no sentido de contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos, entendendo que o professor tem esse compromisso e ao mesmo tempo esse apoderamento de informações para conhecer as limitações de cada sujeito (COSTA; CERON, 2014, p.10).

A escola atua no ensino e educação bancária de conhecimentos específicos que serão empregados durante a vida social e profissional do aluno especial, buscando o conhecimento interdisciplinar. Já a família deve atuar no provimento de um ambiente saudável e acolhedor o qual oferece uma estrutura física e mental adequada para que o aluno aprenda os valores sociais e morais que a acompanharão por toda a vida e são de fundamental importância para formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Muitos relatos de docentes têm como foco dificuldades que incluem a falta de tempo para adaptação de conteúdo, falta de preparo e métodos de ensino adequados,

desconhecimento sobre as melhores práticas de trabalho com os alunos especiais, entre outras:

Sim. Tempo para adaptar o conteúdo e atividades para a quantidade de estudantes com necessidades educativas especiais (P5).

As vezes a forma de como explicar para o aluno efetivamente aprender (P8).

Sim, pois há uma diversidade muito grande de inclusões e não estamos preparados para todos (P9).

Principalmente na adaptação das atividades (encontrar e perceber atividades que façam com que o aluno aprenda). Porém, outra dificuldade está em incluir realmente esses alunos nas turmas, fazendo com que eles interajam satisfatoriamente com os demais alunos (P11).

Sim, recebemos alunos sem laudos e não sabemos ao certo qual a necessidade de cada aluno e como atuar diante de cada necessidade. Mesmo adaptando as atividades de inglês sinto que não consigo atingir totalmente os meus objetivos (P15).

Ainda precisa ter um olhar especial para esta questão de atender o aluno especial, materiais de apoio, número menor de alunos em sala, falta de auxiliar para aluno especial, a falta de apoio das famílias, a dificuldade de retornos de especialistas (P17).

Sim, normalmente na adaptação de atividades (P23).

Sim. Não tenho conhecimento para atender a clientela com necessidades especiais, preciso ir em busca de conhecimento, pairam algumas incertezas, estou no caminho certo, como agir, que atividades o ajudam desenvolver suas habilidades e competências para que se tornem indivíduos atuantes na sociedade (P25).

Sim, por não conhecer muito bem as necessidades de cada aluno e pela grande quantidade de alunos em sala. Sentimos dificuldades em saber mais sobre as necessidades de cada aluno em especial (P28).

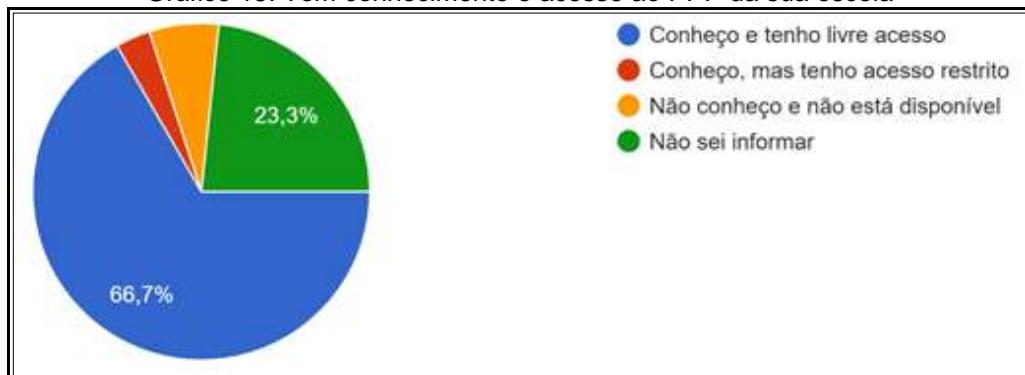
No início, quando ainda não conhecemos o aluno, a dificuldade é adaptar às atividades e o planejamento de acordo com as necessidades deles (P31).

Os relatos docentes evidenciam a necessidade de maior suporte para o trabalho com alunos especiais, desde a interpretação do diagnóstico de cada aluno, bem como, sobre as melhores formas de adequar o conteúdo e as atividades a estes alunos. Outros fatores estão relacionados à falta de materiais adequados para o desenvolvimento das atividades e falta de apoio e participação dos familiares.

5.3 DOCUMENTOS NORMATIVOS QUE REGULAMENTAM AS PRÁTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA CIDADE DE JOINVILLE/SC

O principal documento normativo que regulamenta as práticas curriculares para a educação especial é o Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual contém todas as diretrizes e práticas a serem realizadas pelos professores no trabalho com os alunos especiais. Desta forma, o conhecimento sobre o PPP da escola torna-se imprescindível para que o professor desenvolva seu trabalho em conformidade com o projeto estabelecido pela escola. Nesse sentido, os docentes foram questionados sobre o conhecimento e acesso ao PPP da sua escola, conforme o Gráfico 15.

Gráfico 15: Tem conhecimento e acesso ao PPP da sua escola



Fonte: A autora (2022)

De acordo com as informações contidas no gráfico 15, verifica-se que 66,7% dos entrevistados conhecem e tem livre acesso ao Projeto Político Pedagógico, 23,3% não sabem informar, 6% não conhecem e não está disponível e 4% conhecem e tem acesso restrito.

No contexto das políticas públicas é fundamental que a escola possua conhecimento amplo em relação a inclusão de pessoas com deficiência, o que torna o Projeto Político Pedagógico fundamental para a disseminação do conceito de inclusão e para a elaboração de atividades e práticas curriculares inclusivas que deverão ser aplicadas pelos professores e profissionais do Atendimento Educacional Especializado no trabalho com alunos especiais (DENARI; SIGOLO, 2016).

Entretanto, além de garantir o acesso e a permanência de estudantes na escola, é importante que o processo de desenvolvimento e aprendizagem aconteça de forma significativa, eficaz, tendo como parâmetro as especificidades e limites de cada estudante. Isso pressupõe a importância de uma “preparação mínima do ambiente escolar para receber esses estudantes que possuem demandas de ordens físicas, sensoriais e cognitivas” (BRASIL, 2015, p. 4).

Dessa forma, o PPP da escola é uma aliança essencial onde se estabelece os princípios norteadores para melhor organizar e dessa forma, sistematizar o currículo para esse público (SILVA; COSTA, 1994).

Nesse sentido o conhecimento sobre as diretrizes contidas no PPP da escola é essencial para que o professor possa direcionar suas atividades e balizar o trabalho com alunos especiais, tendo em vista que o ele apresenta todas as estratégias e objetivos de ensino, bem como, as melhores práticas a serem utilizadas pelos professores para atingirem estes objetivos.

Posteriormente, os docentes foram indagados a respeito de sua participação na elaboração do PPP da sua escola, conforme exposto no Gráfico 16.

Gráfico 16: Participação na elaboração do PPP da escola



Fonte: A autora (2022)

De acordo com as informações expostas no Gráfico 16, verifica-se que 48,4% dos entrevistados participaram parcialmente da construção do PPP, 38,7% não participaram da construção do PPP, 9,7% participaram ativamente da construção do PPP e 3,2% não sabem informar.

Ao construir o projeto político pedagógico em uma escola, é necessário que haja um planejamento minucioso especificando o que se deseja fazer e os objetivos a serem atingidos. E com isso, buscar almejar um futuro diferente do presente. Todo projeto “supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 1994, p. 579).

Assim, ao construirmos o projeto da escola, lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. Nele são registrados o que se planeja, o

que se define como objetivos, bem como as ações e os métodos necessários para atingi-los.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, contribuindo assim para uma escola ativa, uma escola democrática. (DENARI; SIGOLO, 2016, p. 45).

É fundamental que o professor tenha acesso ao PPP porque uma instituição educacional deve essencialmente oportunizar a sua comunidade uma gestão democrática, ou seja, buscar à participação da comunidade escolar de forma direta ou efetiva, principalmente na elaboração do planejamento do PPP e das suas ações educacionais.

Nessa perspectiva, a utilização do Projeto Político-Pedagógico torna-se um instrumento de planejamento estratégico cuja importância está centrada na eficiência, e com isso, alcançando o nível de pactos políticos e democráticos, pois, possibilita a participação de todos docentes com igual responsabilidade e também, espírito e cooperação.

Pensar a escola e a construção de seu projeto educacional perpassa conceitos que fundamentam o PPP, pois a gênese desse projeto deve estar pautada na visão de sociedade, nos paradigmas educacionais e no entendimento da escola como espaço de decisão e de gestão democrática. O PPP é um dos documentos de maior importância na escola, pois diz respeito à própria organização do trabalho pedagógico que está intimamente ligada à concepção, realização e avaliação do projeto educativo. O PPP vai além de um agrupamento de planos de ensino e atividades, passando a ser uma ação intencional com um compromisso definido coletivamente, construído e vivenciado em todos os momentos (VEIGA, 2007, p. 12)

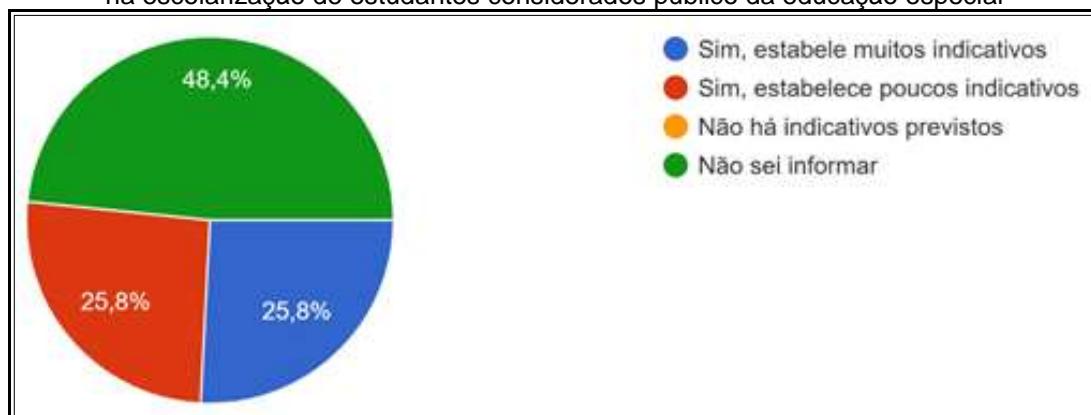
A troca de ideias entre o corpo docente e os gestores escolares é de fundamental importância para o aprimoramento das práticas educativas, especialmente quando se trata de práticas voltadas à inclusão de alunos especiais, onde os professores vivenciam diariamente as dificuldades deste processo de ensino aprendizagem e, por isso, estão aptos a contribuir na formulação de políticas e estratégias de ensino que irão direcionar as práticas curriculares inclusivas a serem utilizadas na escola.

A participação do corpo docente na formulação de políticas e regulamentos é fundamental para a descentralização dos processos de gestão escolar e tomada de decisão em educação. Assim, a democratização dos processos de gestão da escola,

estabelecida na Constituição Nacional, e a consequente construção da autonomia da escola demanda o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino em todos os níveis. Nesse contexto, o papel do gestor escolar resume-se em ser um articulador, um líder, um coordenador, um integrador das atividades escolares com a família, sem deixar de compreender e tentar transformar o problema da escola que temos hoje não é simplesmente técnico, na administração de recursos, mas também político, na falta de recursos suficientes por omissão do estado (LOMBARDI, 2006).

Em seguida, os docentes foram questionados se o PPP da sua escola estabelece indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes considerados público da educação especial. O Gráfico 17 apresenta os resultados.

Gráfico 17: PPP da escola estabelece indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes considerados público da educação especial



Fonte: A autora (2022)

De acordo com as informações descritas no Gráfico 17, verifica-se que 48,4% dos entrevistados não sabem informar, 25,8% afirmam que o PPP estabelece muitos indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas e outros 25,8% afirmam que estabelece poucos indicativos.

Portanto, os gestores enquanto atores sociais que exercem papel relevante, que regem o desdobramento do processo de construção do PPP, devem ser dinâmicos em sua práxis e reunir continuamente em torno de uma prática que busque realizar um fazer pedagógico reflexivo, que terão como resultado propostas com novas formas de organizar, voltado para a inclusão dos alunos com deficiência.

Nessa perspectiva, é importante salientar que deve haver um entendimento da organização do trabalho escolar, no sentido de que as funções de organização são

estruturadas, mas não fragmentadas, pois “a construção do projeto político pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho e sua otimização” (VEIGA, 1995, p.22).

As organizações educacionais contemporâneas, devem ser construídas e de forma contínua serem reconstruídas socialmente. E nesse processo de construção, execução e avaliação a instituição deve promover um cenário em constante evolução, promover sua autonomia tanto nos aspectos administrativos, financeiros, jurídicos e pedagógicos, e todos esses aspectos devem fazer parte do cotidiano do gestor. O Gestor ao trabalhar com o PPP está atuando com um documento que propõe basicamente uma direção política e pedagógica voltada o trabalho escolar, formulando metas, prevendo ações, instituindo procedimentos e instrumentos de ação.

Em seguida, apresenta-se o PPP da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores, demonstrando especificamente sobre o capítulo que trata de Educação Especial, conforme exposto a seguir:

- a) Atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, prestados de forma complementar à formação dos alunos público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular;
- b) Articulação e interface entre os professores das salas de recursos multifuncionais e os demais professores das classes comuns de ensino regular;
- c) Plano de AEE: identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; planejamento das atividades a serem realizadas, avaliação do desenvolvimento e acompanhamento dos alunos; oferta de forma individual ou em pequenos grupos; periodicidade e carga horária; e outras informações da organização do atendimento conforme as necessidades de cada aluno;
- d) Existência de espaço físico adequado para a sala de recursos multifuncionais; de mobiliários, equipamentos, materiais didático-pedagógicos e outros recursos específicos para o AEE, atendendo as condições de acessibilidade - PPP Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores (JOINVILLE, 2021, p. 64).

Em seguida demonstra-se a definição de Qualidade da Escola:

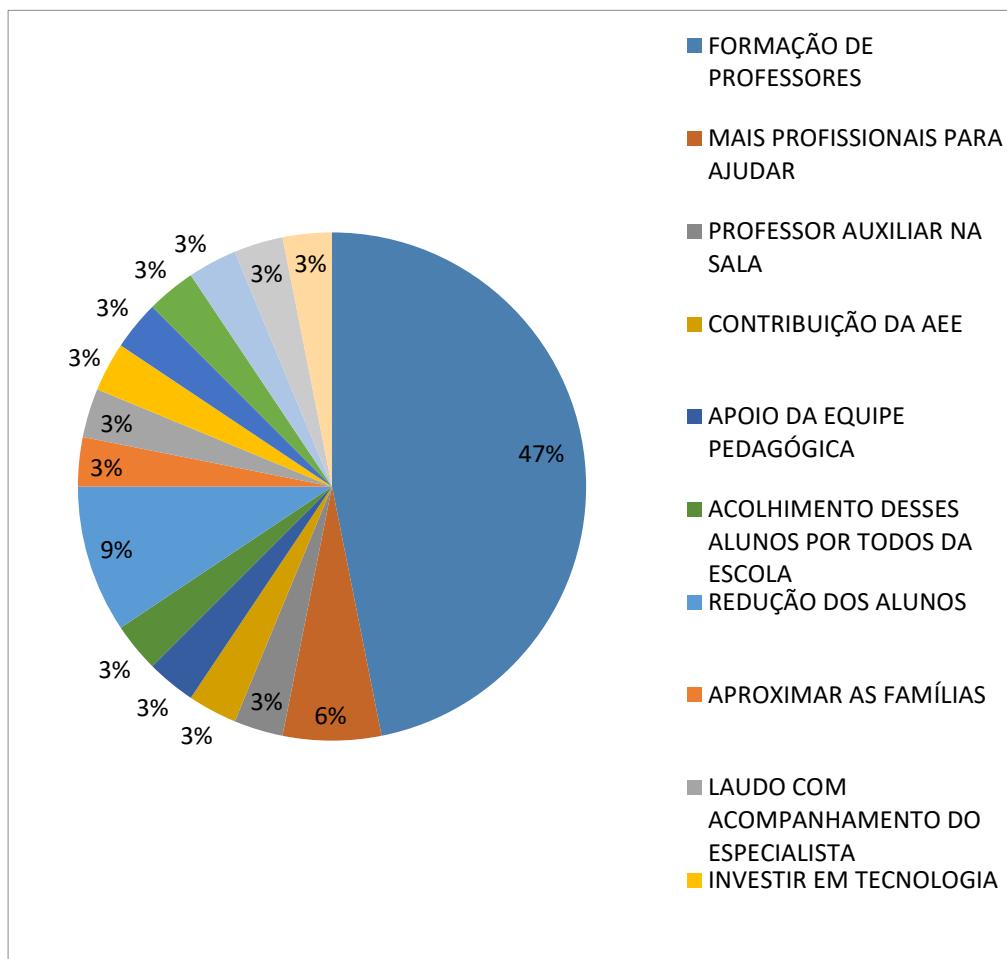
1. remete a uma determinada ideia de qualidade de vida na sociedade e no planeta Terra.
 2. inclui tanto a qualidade pedagógica quanto à qualidade política, uma vez que requer compromisso com a permanência do estudante na escola, com sucesso e valorização dos profissionais da educação.
 3. é uma conquista por meio de acordo coletivo.
 4. abrangem modos avaliativos comprometidos com a aprendizagem do estudante, interpretados como indicações que se interpenetram ao longo do processo didático-pedagógico, o qual tem como alvo o desenvolvimento do conhecimento e dos saberes construídos histórica e socialmente.
- (JOINVILLE, 2021, p. 65)

Assim entendida, a qualidade na escola exige de todos os sujeitos do processo educativo:

- I – A instituição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação (Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009);
 - II – Ampliação da visão política expressa por meio de habilidades inovadoras, fundamentadas na capacidade para aplicar técnicas e tecnologias orientadas pela ética e pela estética;
 - III – Responsabilidade social, princípio educacional que norteia o conjunto de sujeitos comprometidos com o projeto que definem e assumem como expressão e busca da qualidade da escola, fruto do empenho de todos.
- (JOINVILLE, 2021, p. 65)

Os docentes foram convidados a indicar os aspectos políticos, pedagógicos e/ou administrativos que consideram fundamentais estar inseridos no PPP, para a efetivação de práticas curriculares inclusivas no contexto de sua escola. O Gráfico 18 ilustra a síntese das respostas obtidas.

Gráfico 18: Aspectos políticos, pedagógicos e/ou administrativos que consideram fundamentais estar inseridos no PPP



Fonte: A autora (2022)

De acordo com o Gráfico 18, verifica-se que 47% dos entrevistados consideram que para efetivar a inclusão é necessário a formação de professores, outros 6% gostariam de mais profissionais para ajudar, 9% citaram a redução dos alunos, e outras parcelas de 3% afirmaram a necessidade de haver laudo com acompanhamento do especialista, contribuição da AEE, aproximar as famílias, acolhimento desses alunos por todos da escola, investimento em tecnologias, adaptações curriculares, protagonismo dos alunos, entre outros.

Entre os aspectos mais pautados pelos docentes, se destaca a formação dos professores, conforme exposto nos relatos a seguir:

É fundamental estar incluso no PPP os ajustes e necessidades de adaptação do currículo escolar para favorecer a aprendizagem do aluno, a presença de diálogo e interação entre docente, equipe pedagógica, equipe gestora e família, a importância da capacitação docente, a colaboração do profissional da AEE, a acessibilidade, as metodologias e avaliação do aluno de inclusão (P1).

Uma formação obrigatória para todo o grupo docente da escola (P2).

Aprimorar o atendimento através de capacitações, preparando bem o professor para que realize um trabalho com segurança, responsabilidade e competência, ciente de seu compromisso em favorecer uma educação de qualidade, que leve o estudante com necessidades educativas especiais a sentir-se parte integrante do processo e tendo acesso às ferramentas necessárias para desenvolver o ensino-aprendizagem (P4).

Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino de língua inglesa. Ser capacitada para auxiliar no desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem (P10).

Capacitar os profissionais e disponibilizar recursos pedagógicos para atendê-los (P11).

Definir objetivos, ações e metas relacionados à inclusão e à formação continuada dos professores, e estabelecer direitos de igualdade na aprendizagem (P15).

Proposta curricular inclusiva; formação de professores (P25).

A principal atribuição ao construir o PPP, é possibilitar a sua construção passando pela relativa autonomia da estrutura escolar, como a importância de o docente traçar sua própria identidade, e isso reflete no resgate da escola como espaço público, ou seja, um local de amplos debates reflexivos coletivamente.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando

impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. (VEIGA, 2007, p.13)

A abordagem do PPP como organização do trabalho pedagógico escolar está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita, entre eles destacamos a gestão democrática que exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, a compreensão dos problemas postos pela prática pedagógica e a participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e nas ações administrativas e pedagógicas.

Outro aspecto importante destacado pelos docentes está voltado aos Atendimento Educacional Especializado, conforme exposto:

Que o professor da turma onde há um aluno do AEE tenha apoio e auxílio no momento da flexibilização das atividades para garantir que o aluno participe melhor das aulas (P3).

Acesso a todas as áreas da escola sem restrição...a atuação da professora do AEE dando suporte ao professor (P5).

Contratar professor para trabalhar com o aluno, adaptar conteúdos com base no professor regente (P12).

A qualificação das práticas inclusivas com apoio do AEE para que diminuam as dificuldades através de recursos diferenciados e não só visto como sendo um reforço na tentativa de superar essas deficiências. Investir em recursos físicos, tecnológicos e humanos e as discussões sejam coletivas na realização do PPP para que o trabalho seja em conjunto visando superar os desafios, visando um ensino de qualidade, envolvendo todos os integrantes da equipe administrativa e pedagógica. Questões avaliativas, projetos, objetivos a serem atingidos (P19).

O aperfeiçoamento das escolas, para a oferta do ensino; o apoio e parceria da educação especial e a promoção do trabalho em equipe (P22).

Portanto, é responsabilidade do professor de atendimento especializado realizar a identificação de todos os recursos necessários para que sejam produzidos materiais, tais como brinquedos adaptados conforme as adaptações de cada aluno. Além disso, esse profissional é incumbido de acompanhar os recursos e realizar a assessoria dos professores e dos familiares dos alunos especiais. Deve atuar em parceria com outras áreas, tais como a assistência social e a saúde, visando fornecer todos os subsídios necessários para o atendimento do aluno especial (BRASIL, 2015).

O desenvolvimento do tratamento de atendimento especializado pode ser realizado nos mais diversos espaços da escola, incluindo desde refeitórios, pátio e salas de aula, buscando favorecer o processo de inclusão, por meio da realização da intervenção nos diversos espaços escolares frequentados pelos alunos, indo além da

sala de recursos audiovisuais. Assim, pode-se dizer que o atendimento educacional especializado possui características peculiares, em especial, com relação aos espaços em que o professor especializado atua (SANTOS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a inclusão na educação escolar ganha visibilidade no contexto brasileiro no final da década de 1990, embasado na premissa da democracia, com objetivos pautados de que todas as pessoas têm direito ao conhecimento, sendo valorizado e principalmente, respeitando as suas diferenças, com a finalidade de efetivar a participação das pessoas com deficiência no processo de escolarização no cenário educacional.

Considerando a importância dos processos de inclusão e sua relevância para o contexto educacional atual, realizou-se um levantamento de produções acadêmicas sobre as práticas curriculares pedagógicas que contribuem para a inclusão de estudantes considerados públicos da educação especial, com a finalidade de conhecer pensamentos de diversos pesquisadores sobre o referido tema e para identificar a realidade dos processos de educação especial nas mais diversas localidades do Brasil.

As produções selecionadas desse levantamento evidenciam que o processo de ensino-aprendizagem inclusivo, caracteriza-se como uma temática ampla e que instiga à investigação científica sob diversas perspectivas. Embora essa área não apresente conclusões definitivas, a intenção foi de oferecer uma contribuição para que docentes possam refletir sobre o processo inclusivo dos alunos público alvo da educação especial. Essa contribuição ocorreu por meio do estudo de vários procedimentos, metodologias e experiências de outros pesquisadores no mundo da educação especial, evidenciando as principais dificuldades existentes em escolas de todo o Brasil e as melhores práticas utilizadas para superá-las.

A perspectiva política apresentada no processo de inclusão escolar pressupõe que todos os estudantes participem e se apropriem de conhecimentos escolares, questões que se consideram decisivas para a promoção e o desenvolvimento de ações que realmente buscam a efetivação de uma educação para todos, como prevê a legislação brasileira.

A partir da pesquisa realizada localmente, verifica-se por meio dos dados coletados junto aos professores, que a escola vem gradativamente buscando ser uma instituição inclusiva, por meio da implementação de novas práticas educacionais inclusivas, investimentos em adequação estrutural e pedagógica e capacitação do corpo docente. Portanto, pode-se dizer que houve avanços significativos na escola,

nas salas de aula, nas atitudes das pessoas, dentre outros aspectos. No entanto, verificou-se que ainda há lacunas que carecem de atenção, como por exemplo, a qualificação de todos os professores para a atuar na educação especial, a presença de professores de AEE em todas as salas e maior conscientização dos pais e da sociedade como um todo sobre o que é inclusão, visto que, a educação inclusiva caracteriza-se como um processo complexo e lento, mas que envolve uma conquista diária de todos os profissionais envolvidos na escolarização dos estudantes.

No decorrer dessa pesquisa, buscou-se o aprofundamento sobre o processo inclusivo, restringindo-se as práticas curriculares utilizadas para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência matriculados no Ensino Regular, no Ensino Fundamental I e II, da Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores e as dificuldades encontradas pelos docentes frente ao processo de inclusão.

Dentre os objetivos propostos buscou-se identificar documentos normativos que regulamentam as práticas curriculares para a educação especial em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC, aos quais, verifica-se que houve uma reorganização do currículo, de acordo com PPP, por meio de novas diretrizes que apontam a necessidade de qualificação do corpo docente e de mudanças estruturais na escola.

Em relação às práticas pedagógicas inclusivas os professores da escola pesquisada ressaltam e apontam para a compreensão de educação inclusiva devendo ser incorporada por todos os atores sociais da escola, que deve buscar superar a mera socialização do aluno com deficiência e dificuldade de aprendizagem. Portanto, na perspectiva da efetivação da inclusão somente ocorrerá mediante a garantia do acesso, participação e principalmente da aprendizagem com qualidade do educando no seu processo educativo.

O aspecto principal levantado pelos professores a respeito do PPP está pautado na formação dos professores que necessitam de preparo, cursos de formação continuada e recursos específicos para realizar o trabalho com alunos especiais. Os dados obtidos pelo questionário aplicado aos professores pesquisados incidem na necessidade de prever formação em serviço descrita no PPP da escola, como uma atividade inerente e obrigatória, a fim de criar condições para que o professor faça uso de todos os recursos didáticos necessários, identificar e conhecer diferentes estratégias consideradas inclusivas para atuar com os estudantes com segurança, confiança e competência.

Outro ponto relevante a ser destacado sobre o PPP diz respeito ao planejamento das atividades curriculares, devendo envolver a equipe pedagógica e o profissional do AEE, considerando o uso dos recursos pedagógicos das salas de AEE. Fica evidente que o ato de planejar as práticas pedagógicas deve caracterizar-se como uma ação voltada para um conhecimento significativo no âmbito escolar, sendo um momento rico e importante, pois é o momento de pensar e organizar os processos formativos desenvolvidos com os estudantes no processo escolar inclusivo. É fundamental que neste momento se considere também a diversidade de estudantes inseridos no contexto da escola, priorizando as necessidades específicas dos estudantes, bem como de orientação e apoio aos professores neste processo de educação inclusiva.

Em relação as evidências das práticas curriculares que contribuem para a inclusão escolar de estudantes considerados o público da Educação Especial, ganham visibilidade a adaptabilidade de conteúdos conforme o perfil de cada aluno, o uso de Tecnologias de Comunicação e Informação como forma de interatividade e socialização, uso de materiais e recursos pedagógicos voltados ao público da educação especial e o estímulo à socialização e participação do aluno especial em todas as atividades propostas.

Nessa perspectiva, considera-se necessário que haja um sistema de ensino que invista na formação continuada na educação numa perspectiva inclusiva. Esta formação deve, também, partir de situações vivenciadas pelos professores, nos diversos níveis de ensino, visando uma coerência maior com as experiências educacionais de cada escola. Para tanto, há necessidade de maior discussão das práticas curriculares empreendidas no contexto escolar, o que implica numa reorganização dos fazeres pedagógicos.

A adaptação dos conteúdos para a mediação pedagógica do trabalho escolar foi um ponto relevante para a consolidação da educação inclusiva. Conhecer o perfil, interesses e aspectos cognitivos dos estudantes contribui em grande medida para o planejamento direcionado às suas especificidades especiais e estabelecer diferentes estratégias que contribuem para o sucesso na apropriação das aprendizagens.

Nesse contexto, é importante frisar que um ponto relevante no âmbito do direito à educação especial é o direito desse público ao profissional especializado que também se destaca. O trabalho com alunos especiais necessita de um segundo professor, no entanto, deve-se salientar que o município de Joinville ainda não possui

legislação específica para regulamentar a obrigatoriedade deste profissional. Nesse sentido, enfatiza-se a questão do profissional do AEE que necessita de formação e conhecimento específico para atender as demandas de acessibilidade, estratégias metodológicas dentre outras necessidades voltadas para suplementação e complementação do currículo.

Quanto a identificação de possíveis dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas com o público da Educação Especial, verificou-se que os professores se mostram mais abertos para a proposta da inclusão, para a questão da diversidade, embora sinalizam também limitações que dificultam o processo inclusivo e o trabalho com estes estudantes, tais como: salas superlotadas, ausência de mais um profissional em sala para auxiliar nas mediações pedagógicas. Verifica-se uma constância nas respostas da necessidade de cursos formativos na área da educação inclusiva.

Outras dificuldades levantadas pelos professores incluem desde a falta de recursos didáticos e pedagógicos adequados para o trabalho, a falta de tempo para realizar e planejar as adaptações/adequações necessárias aos conteúdos a ser colocado em movimento no processo de ensino e aprendizagem, além da ausência de participação da família.

Embora se constate que a escola pesquisada não proporciona práticas sistematizadas para a realização de estudos e pesquisas, com objetivo de formação continuada em serviço, ainda assim, verifica-se interesse eminente dos professores que essa prática seja incorporada no cotidiano da escola. Desse modo o estudo mostra a necessidade de fundamentar cada vez mais as práticas pedagógicas e metodológicas em cursos de formação continuada, aspecto que se constitui em um bom indício de que estão buscando o caminho em direção à educação inclusiva.

É necessário, também, realizar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas inclusivas para que haja a compreensão de que as práticas pedagógicas metodológicas, devem acima de tudo, serem pensadas em um espaço coletivo, considerando que a diversidade deve ter uma conotação ampla, não abarcando apenas, alunos da Educação Especial, mas com o envolvimento dos demais alunos da sala, enquanto pertencentes a um mesmo grupo que é constituído socialmente, apresentando suas próprias especificidades e necessidades.

Para suplantar as dificuldades existentes é imperativo que uma escola inclusiva deva adotar uma nova postura frente as exigências desse processo, pois, a chegada

do novo, subentende-se, entre outros aspectos: mudanças de concepções tradicionais e atitudes de ensino; preparação de recursos humanos adaptados; orientação pedagógica do processo inclusivo, aos docentes; realização de modificações na infraestrutura e nos recursos materiais existentes na escola; e de acordo a pesquisa apresentada sobre as práticas curriculares e metodológicas reestruturação das formas de organizar as práticas na escola; parceria com a família, equipe pedagógica, gestão e com todos os que fazem a comunidade escolar para que os alunos que façam parte da inclusão tenham uma educação com qualidade e com respeito a suas diversidades.

Por fim, avalia-se que em grande parte da discussão predominou a necessidade da formação docente para trabalhar com os estudantes considerados público da educação especial.

Considera-se importante registrar que as práticas já utilizadas pela escola apresentam um saldo muito positivo em relação à inclusão de estudantes público da educação especial. Assim, a formação continuada de professores, aliada ao suporte da gestão escolar e da família e o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem as práticas inclusivas são pontos fundamentais para que a ocorra a inclusão, seja promovida e as práticas curriculares tenham êxito.

O vídeo produzido como Produto Educacional e a criação do canal do Youtube voltado para a formação do corpo docente da escola e divulgação da compilação dos dados da pesquisa, representam o resultado final, concluindo os objetivos propostos. O conteúdo apresenta pistas, dicas e sugestões que poderão subsidiar e potencializar as ações dos professores que atuam com o público alvo da educação especial, tendo como objetivo promover um maior volume de conhecimentos, servindo de multiplicador para professores da rede municipal de ensino de Joinville, buscando diversificar as práticas curriculares dos professores em sala de aula, impactando diretamente sobre a melhoria na qualidade do ensino voltado para os estudantes considerados público da educação especial.

Como resultado final deste pesquisa esse produto final pode contribuir significativamente com os docentes que atuam com inclusão escolar, promovendo amplas discussões sobre a temática nas instituições educacionais, além de subsidiar reflexões para melhorar a práxis dos educadores da classe comum do ensino regular.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Rosemeire Geromini. Práticas pedagógicas na educação infantil: possibilidades e desafios frente à inclusão escolar. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.
- AMARAL, Breno Brício. **A Influência da Gestão Escolar na motivação dos professores do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo-Brasil.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p. 409-431, maio-ago/2017.
- BALL, Stephen John; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias.** Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, Stephen John. **Education reform; a critical and post structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen John; BOWE, Richard. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum Policy: an overview of the issues.** Journal of Curriculum Studies, London, v.24, n.2, p. 97 – 115, 1992.
- BARRETO, Andréia Borne. **Educação especial e inclusiva:** saberes e prática dos docentes licenciados em matemática do município de canoas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia:** Um Guia para a Iniciação Científica. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BARROS, Jesse Silva. Um olhar nas propostas pedagógicas para formação de Professores de Química na perspectiva inclusiva em IES Públicas da Paraíba. Dissertação apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, 2021.
- BECKER, Caroline. **Um olhar para as relações na introdução da educação inclusiva no colégio militar de Porto Alegre:** reflexões a partir de Buber. Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.
- BERBETZ, Márcia Regina Silva. **Educação matemática inclusiva – o material didático na perspectiva do desenho universal para área visual.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação. Curitiba, 2019.
- BOROWSKY, Fabíola. **Educação especial no Brasil:** contradições nas políticas de inclusão (2003-2014). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em

Educação da Faculdade de Educação da UFRGS, como exigência parcial para a conclusão do Curso de Doutorado em Educação. Porto Alegre, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca e linha de ação. 2. ed. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-de-estudantes>.

BUSATTA, Camila Aguilar. **A sala de aula de Química:** um estudo a respeito da Educação Especial e Inclusiva de alunos surdos. Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Química. Porto Alegre, 2016.

BÜTTENBENDER, Marilene Faria. **Perfil profissional de professores de Educação Especial:** o que os concursos públicos revelam? Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UDESC, 2017.

CARDOSO, Maria Helena de Melo. **Inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica.** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2016.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, Tamires Pereira. **Analysis of theses and dissertations that used collaborative research in the context of inclusive education carried out in the period from 2000 to 2015.** 2016. 193 p. Dissertation for Master's degree in Education. State University of Londrina, 2016.

CARVALHO, Lorena Resende. **O letramento do aluno com deficiência mental no contexto da escola inclusiva relato de uma experiência.** 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

CHAIBEN, Gustavo Hamyr. **Políticas públicas para discentes com deficiência:** a UTFPR. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Curitiba-PR, 2019.

CHIANELLO, Nathália Wanderley. **Inclusion processes of students with special educational needs:** a case study. 2016. 121 f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Ensino em Educação Básica) – Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CHRISTO, Sandy Varela de. **Coensino/ensino colaborativo/bidocência na educação inclusiva:** concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática. Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

DELEVATI, Aline de Castro. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2007-2018):** desafios para a constituição de sistemas educacionais inclusivos no Brasil. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

DENARI, F. SIGOLO, S. R. R. L. **Formação de professores em direção à Educação Inclusiva no Brasil:** dilemas atuais. In: Poker, RB.; Martins, SES.; Giroto, CM. Educação Inclusiva: em foco a formação de professores (p. 33-58). São Paulo: Cultura Acadêmica. 2016.

DILL, Juliana Kaefer. **Educação especial e educação integral:** um estudo de caso sobre as interfaces em uma escola pública. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2019.

FERREIRA, Júlio R. **A Exclusão da Diferença.** Piracicaba: UNIMEP, 1993.

FERREIRA, Simone de Mamann. **Análise da política do estado de Santa Catarina para a educação especial por intermédio dos serviços [dissertação]:** o velho travestido de novo? Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC, 2011.

FERREIRA, Giselle Coutinho. **Educação Inclusiva:** sentidos e efeitos da formação continuada em serviço no contexto da EJA em uma escola de periferia. 2020. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, Vânia Lúcia. **Lazer, inclusão e autonomia de pessoas com deficiência intelectual na cidade de Curitiba, PR:** entre a cidade de todos e a cidade para todos. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

GLAT, Rosana e Nogueira; LIMA, MÁRIO Lúcio de. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil.** In: **Revista Integração. Brasília:** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

GLAT, R., BLANCO, L.M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: Glat, R. (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras; 2009, p. 15-35.

GOMES, Walquiria Onete **Inclusão escolar:** um olhar na especificidade da aprendizagem do aluno com deficiência mental incluso no ensino fundamental. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, do Curso de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. **Formação continuada na perspectiva da educação inclusiva:** Epistemologia e prática Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Porto Alegre, 2016.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

JESUS, Jefferson Diego de. **Educação bilíngue para surdos:** um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. Dissertação do Mestrado em Educação - Linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2016.

JOSLIN, Melina de Fátima Andrade. **Políticas públicas de educação especial e a perspectiva inclusiva:** o impacto em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Políticas Educacionais, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

KASSAR, M.C.M.; REBELO, A.S.; OLIVEIRA, R.T.C. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, 2019.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. (2014). **Arquitetura escolar:** O projeto do ambiente de ensino. Oficina de Textos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk/>

KUHNEN, Roseli Terezinha. **A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2014).** Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Doutora em Educação. Florianópolis, 2016.

KUHNEN, Roseli Terezinha. **Os fundamentos psicológicos da educação infantil e da educação especial na organização da rede municipal de ensino de Florianópolis (2000-2010).** Dissertação submetida ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Educação. Florianópolis, 2011.

LIMA, André Luís de Souza. **Formas de conhecer em educação especial:** Discurso médico e vida ordinária na escola. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2018.

LIMA, Denise Maria de Matos Pereira. **As avaliações em larga escala e a construção de políticas públicas para a educação especial no Paraná.** Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Linha de Políticas Públicas, no setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LOMBARDI. José Claudinei. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 11–19, ago. 2006.

LOPES, M. C.; RECH, T. L. **Inclusão, biopolítica e educação.** In *Educação*, 36(2), 210-219. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2013.

LIZ, Karla Costa de. **Funcionalidade de estudantes com deficiência física:** a percepção docente e os processos inclusivos. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Florianópolis, 2017.

LORENCINI, Pricila Basilio Marçal. **Possibilidades inclusivas do diálogo entre videntes e alunos com deficiência visual em uma sequência didática sobre Função Afim.** 2019. 226 f. Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

MACHADO, Rosângela. **O atendimento educacional especializado (AEE) e sua repercussão na mudança das práticas pedagógicas, na perspectiva da educação inclusiva:** Um estudo sobre as escolas comuns da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para Obtenção do título de doutora em Educação, na área de concentração de Ensino e Práticas Culturais. Campinas, 2013.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Rev. Educ. Soc., Campinas**, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MARIA, Renato Pandur. **Indicadores para a construção de REA na educação superior em uma perspectiva de inclusão.** 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Engler. **A Integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon. SENAC, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Fernanda Passarini. **Pedagogia de Projetos:** avaliação de método para alunos sob um sistema de Educação Inclusiva São José do Rio Preto, 2018. 74 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Enfermagem da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP.

MELLO, Cheila Dionisio de. **O processo de implantação das políticas de educação inclusiva no colégio militar de Curitiba:** o olhar dos estudantes. Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa: Educação, Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Curitiba, 2019.

MICHILES, Romina Karla da Silva. **Atividades lúdicas na prática pedagógica dos professores de Educação Física no contexto da Educação Inclusiva.** 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MIRANDA, Fabiana Darc. **Educação Inclusiva em um município do interior de Goiás.** Universidade Federal de Goiás, 2020.

MILMANN, Elaine. **Poética do letramento - problemas de escrita:** um enfoque da psicopedagogia na educação inclusiva. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação. Porto Alegre, 2013.

MONTEIRO, Maria Rosangela Carrasco. **Educação Inclusiva e Implicações no Currículo Escolar:** a invenção de outros processos de ensinar e de aprender. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015.

MORAES, M. G. de. (2007). **Acessibilidade e inclusão social em escolas.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2007.

OLIVEIRA, A.A.S.; PAPIM, A. A. P.; PAIXÃO, Kátia M.G. Educação Especial e Inclusiva: perspectivas e problematizações. In: **Educação Especial e Inclusiva:** contornos contemporâneos em educação e saúde. Curitiba PR: CRV, 2018, v.1, p. 13-32.

OLIVEIRA, Leene Martins de. **Formação docente e a educação especial inclusiva:** estudo a partir das publicações da ANPEd (2007-2017) / Leene Martins de Oliveira. - 2021.

OLIVEIRA, Tatiana de Castro. **Práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano da educação infantil na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.** 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_d394da70016d8a5f1af383631c68f8e6.

ONU. 2006. **O direito à educação inclusiva.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>.

PACHECO, Suzana Moreira. **A perspectiva da Educação Integral em uma escola para todos e para cada um.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2014.

PALOSCHI, Aline Sabino da. **(In) formação dos Professores:** repensando as práticas da inclusão escolar. 2014. Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação na Universidade Regional e Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen.

PEREIRA, Tamires Carvalho. **Análise das Teses e Dissertações que utilizaram a pesquisa colaborativa no contexto da educação inclusiva realizada no período de 2000 a 2015-2016.** Dissertação apresentada a UEL Universidade Estadual de Londrina. 2016.

PEREIRA, Cléia Demétrio. **Políticas de inclusão escolar: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal ao nível da diferenciação curricular na educação básica.** Doutoramento em Ciências da Educação - Desenvolvimento Curricular. Universidade do Minho, 2019.

PEREIRA, André Carlos. **Inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual: prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental público.** Universidade do Oeste Paulista. 2020.

PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira. **O corpo ganha lugar na educação inclusiva:** um olhar para a motricidade no transtorno do espectro do autismo (TEA)/ Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira - 2020. 151f.

PINTO, Marília Garcia. **Ensino colaborativo:** uma estratégia pedagógica para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Florianópolis, 2016.

PIRES, Sabrina dos Santos. **Desenho universal para a aprendizagem aplicado a alunos público-alvo da educação especial no ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2020.

PIRES, Yasmin Ramos. **Adaptar, flexibilizar ou diferenciar:** Práticas curriculares do ensino fundamental em contextos de inclusão escolar. Dissertação de Mestrado apresentada para Exame de Obtenção do Título de Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

PLETSCH, M. D. **Deficiência múltipla:** formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. In: Revista Cadernos de Pesquisa, v. 45, p. 12-29, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000100012&lng=pt&tlng=pt. Acessado em maio de 2017.

PLETSCH, M. D. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013).** In: Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 22(81). Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. Disponível em: <http://epaa.asu.edu/epaa/v22n81>. Acessado em agosto de 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **Perspectivas da Escola Inclusiva.** São Paulo: Averamp, 2003.

RIBEIRO, Arly Leite. **Autismo e o ensino de potenciação e radiciação:** um estudo a partir da resolução de problemas. 2021.92f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Matemática, Arraias, 2021.

REIS, Anerson Araújo de. **Educação ambiental e educação inclusiva:** possíveis conexões. Universidade Federal de Sergipe. 2016.

RICCE, Juliessa. **Deficiência Intelectual e Práticas Pedagógicas de Alfabetização e Letramento:** um estudo de teses e dissertações / Juliessa Ricce — 2019. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação Escolar.

ROCHA, Louize Mari da. **A gestão da educação especial nos municípios da área metropolitana norte de Curitiba:** uma análise decorrente da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Curitiba, 2016.

ROCHA, Alessandra Marques Costa Servo. **A influência da atuação mediadora do Intérprete de Língua de Sinais no processo educacional inclusivo do estudante surdo no Ensino Médio / Alessandra Marques Costa Servo Rocha,** 2019.

ROCHA, Jefferson Marçal da. HAMMES, Lício Jorge. **Gestão e democracia em uma escola pública.** RBPAE - v. 34, n. 2, p. 635 - 652, mai./ago. 2018.

ROZA, Barbara Miszewski da. **Atendimento educacional especializado no ensino superior:** universidade federal do rio grande do Sul em foco. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2020.

SALGADO, Andressa Mattos. **Impasses e passos na inclusão escolar de crianças autistas e psicóticas:** o trabalho do professor e o olhar para o sujeito. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre em Educação. Curitiba, 2012.

SALLES, Liliane Eremita Schenfelder. **As políticas de educação especial no estado do Paraná e a escola de educação básica na modalidade de educação especial.** Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva:** concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SANTOS, Joseane Frassoni dos. **Atendimento educacional especializado para a educação infantil em redes municipais de ensino do estado do Rio Grande do Sul:** Caxias do Sul, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Kátia Silva. **A política de Educação Especial, a Perspectiva Inclusiva e a centralidade das Salas de Recursos Multifuncionais:** a tessitura na Rede Municipal de Educação de Vitória da Conquista (BA). Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parte do processo avaliativo para obtenção do título de Doutor. Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Shirley Aparecida dos. **Política de educação especial e o atendimento educacional especializado:** uma análise no município de Araucária. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, na linha de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação. Curitiba, 2015.

SANTOS, Regina Rita da Silva. **School management meant for an inclusive school:** achievements and challenges. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos. **Alunos negros e com deficiência:** uma produção social de duplo estigma. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2017.

SEABRA JUNIOR, Luiz. **Inclusão, necessidades especiais e educação física:**

considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto. **Metodologia Problematizadora na formação de graduandos de Pedagogia em Comunicação Alternativa**. 2012. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Danilo da. **Políticas de acessibilidade para surdos: perfil e condições de trabalho dos tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais (libras) das escolas da rede estadual de ensino de Curitiba e região metropolitana**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Políticas Educacionais. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

SILVA, Mayara Costa da. **Formação continuada e educação especial: a experiência como constitutiva do formar-se**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2015.

SILVA, Gladiston Xavier Diniz. **Gráfico Tátil: uma proposta inclusiva para abordar gráficos e ajuste de curvas no ensino de Física / Gladiston Xavier Diniz Silva**. –2019. SILVA, Isabel Cristina da. **O uso das metodologias ativas no processo de ensino de crianças com deficiência intelectual no ensino fundamental / Isabel Cristina da Silva**. - 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2022.

SILVA, Lucicleide Maria de Andrade. **Tabela periódica com elementos codificados: Auxílio da tecnologia assistiva como ferramenta para o ensino-aprendizagem de conteúdos químicos**. 2021. 84f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática - PPGECEM) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2022.

SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **Educação não inclusa: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPE)**. Recife, 2012. 595f.: Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Recife, 2012.

SOUTO, Marcia Jerônimo de. **Cultura escolar e inclusão na educação infantil: um estudo de teses e dissertações**. UNESP, 2019.

SOUZA, Sirlene Vieira de. **Consultoria colaborativa: possibilidades e limites para a prática pedagógica doprofessor da sala regular com alunos surdos / Sirlene Vieira de Souza**. – 2011

SOUZA, Jordana Nogueira de. **Tecnologias para alunos surdos no atendimento educacional especializado:** possibilidades e desafios da inclusão. Dissertação apresentada a UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, 2020.

STAINBACK, Susan; STAINBACK; Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

STÜRMER, Ingrid Ertel. **Educação Bilíngue:** discursos que produzem a educação de surdos no Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2015.

TRESOLDI, Mara Eloisa. **Agora, sim, o sol é para todos:** a inclusão e a música no município de Cachoeirinha (RS). Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Mestre em Educação. Porto Alegre, 2008.

VAZ, Kamille. **O projeto de professor para a educação especial:** demandas do capital para a escola pública no século XXI. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, linha Trabalho e Educação, para a obtenção do grau de Doutora em Educação. Florianópolis, 2017.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico da escola.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Obra Escogidas V: Fundamentos da defectologia.** Madrid:
Visos, 1997.

XAVIER, Sheyla Alves. **Um olhar sobre a prática de profissionais de apoio à alunos com deficiência da rede municipal de ensino do recife.** Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2019.

ZIESMANN, Cleuza Inês. **Inclusão, experiências e práticas pedagógicas: o atendimento educacional especializado na educação básica na perspectiva de Vigotsky.** Dissertação apresentada a PUCRS, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE DE ENSINO DE JOINVILLE/SC

Eu, ANDRÉIA REGINA ANACLETO DA SILVA, aluna do curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE – PROFEI, da UDESC gostaria da sua contribuição para a minha Dissertação de Mestrado intitulada “As práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial: um estudo de caso em uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC” respondendo as questões a seguir:

A - CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA:

1) Qual seu gênero?

- masculino
- feminino
- não quero declarar

2) Qual sua faixa etária?

- de 18 a 25 anos
- de 26 a 40 anos
- de 41 a 55 anos
- mais de 55 anos

3) Qual é o seu nível de formação?

- Magistério
- Graduação
- Pós graduação
- Mestrado
- Doutorado

4) Há quantos anos você concluiu o nível assinalado na questão anterior?

- Há menos de 2 anos
- De 2 a 7 anos
- De 8 a 14 anos
- De 15 a 20 anos

Há mais de 20 anos

5) Há quantos anos você atua como professor (a) na educação básica?

Meu primeiro ano

1 - 2 anos

3 - 5 anos

6 - 10 anos

11 - 15 anos

16 - 20 anos

Mais de 20 anos

6) Há quantos anos você trabalha como professor (a) nesta escola?

Meu primeiro ano

1-2 anos

3-5 anos

6-10 anos

11-15 anos

16-20 anos

Mais de 20 anos

7) Qual é a sua situação trabalhista na escola?

Estatutário (efetivo)

Prestador de serviço por caráter temporário (Contratado)

8) Qual é a sua área de atuação na escola?

Fundamental I

Fundamental II

B - QUESTÕES SOBRE O OBJETO DA PESQUISA:

1) Em relação aos materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pela escola, você considera que são:

totalmente adequados para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() parcialmente adequados para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() não há indícios de adequações para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() não sei informar.

2) Ao avaliar as instalações, estrutura física e acessibilidade da escola, você considera que sua escola encontra-se:

() totalmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() parcialmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() não há indícios de adequação para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.

() Não sei informar.

3) Você considera que a formação profissional e experiências docentes:

() influenciam totalmente para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.

() influenciam parcialmente para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.

() não há indícios de influências para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.

() não sei informar

4) Você considera que a atuação do profissional no AEE contribui para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial?

() contribui totalmente

() contribui parcialmente

() não contribui

() não sei informar

5) A atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola?

() interfere totalmente

- () interfere parcialmente
- () não interfere
- () não sei informar

6) Que práticas curriculares você realiza no seu cotidiano escolar que contribuem para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais?

7) Na sua opinião, quais aspectos do contexto escolar podem ser alterados para que se efetivem as práticas curriculares inclusivas?

8

) Na sua atuação docente você encontra alguma(s) dificuldade(s) para atender as necessidades educativas de estudantes com necessidades educativas especiais em sala de aula? Quais?

C) INDICATIVOS SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

1) Você tem conhecimento e acesso ao PPP da sua escola?

- () Conheço e tenho livre acesso
- () Conheço, mas tenho acesso restrito
- () Não conheço e não está disponível

2) Você participou da elaboração do PPP da sua escola?

- () participeiativamente de toda a construção do PPP
- () participei parcialmente da construção do PPP
- () não participei da construção do PPP

3) O PPP da sua escola estabelece indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes considerados público da educação especial?

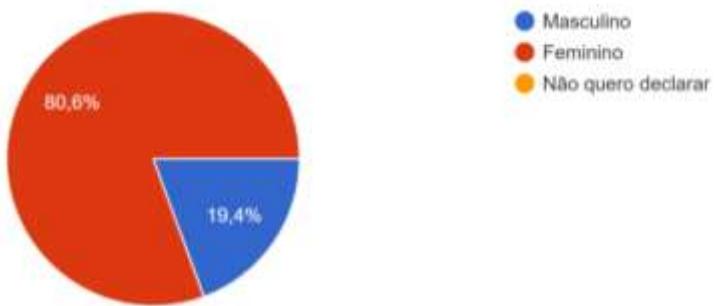
- () Sim, estabelece muitos indicativos
- () Sim, estabelece poucos indicativos
- () Não há indicativos previstos
- () Não sei informar

4) Indique os aspectos políticos, pedagógicos e/ou administrativos que você considera fundamentais estar inseridos no PPP, para a efetivação de práticas curriculares inclusivas no contexto de sua escola.

APÊNDICE B: CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA:

1) Qual seu gênero?

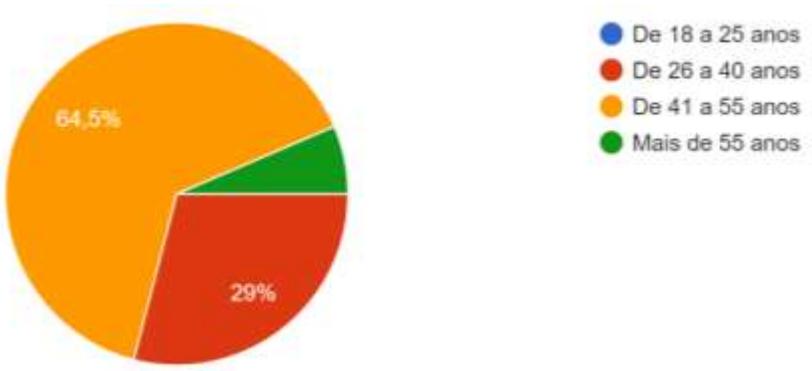
Gráfico 1 – Qual seu gênero



2) Qual sua faixa etária?

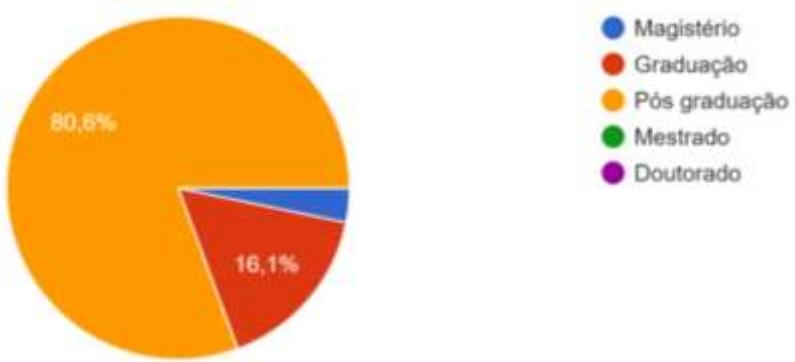
- () De 18 a 25 anos
- () De 26 a 40 anos
- () De 41 a 55 anos
- () Mais de 55 anos

Gráfico 2 – Qual sua faixa etária



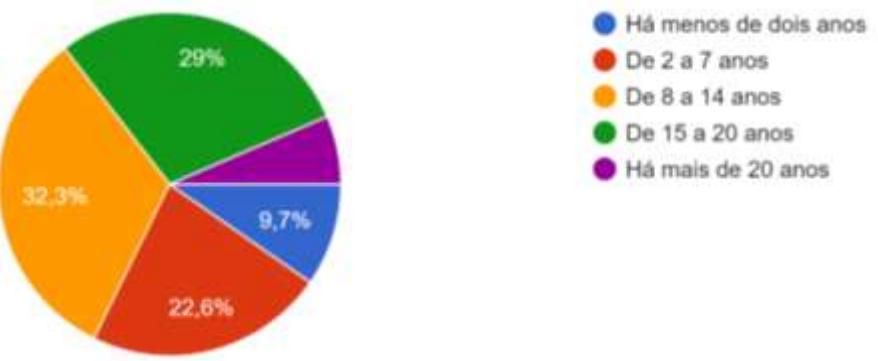
3) Qual é o seu nível de formação?

- () Magistério
- () Graduação
- () Pós graduação
- () Mestrado
- () Doutorado

Gráfico 3 – Qual seu nível de formação

4) Há quantos anos você concluiu o nível assinalado na questão anterior?

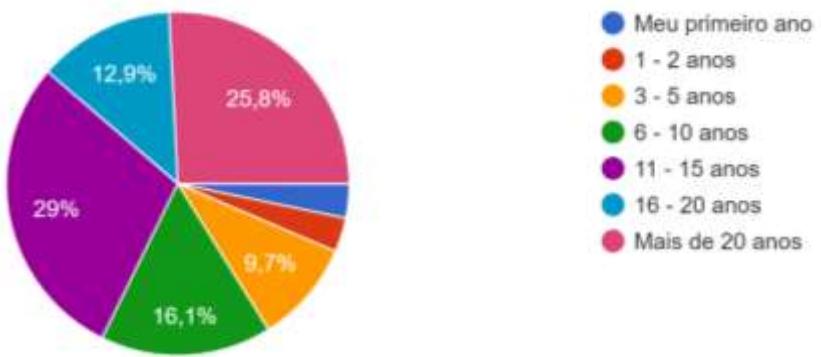
- () Há menos de 2 anos
- () De 2 a 7 anos
- () De 8 a 14 anos
- () De 15 a 20 anos
- () Há mais de 20 anos

Gráfico 4 – Há quantos anos você concluiu o nível assinalado na questão anterior?

5) Há quantos anos você atua como professor (a) na educação básica?

- () Meu primeiro ano
- () 1 - 2 anos
- () 3 - 5 anos
- () 6 - 10 anos
- () 11 - 15 anos
- () 16 - 20 anos
- () Mais de 20 anos

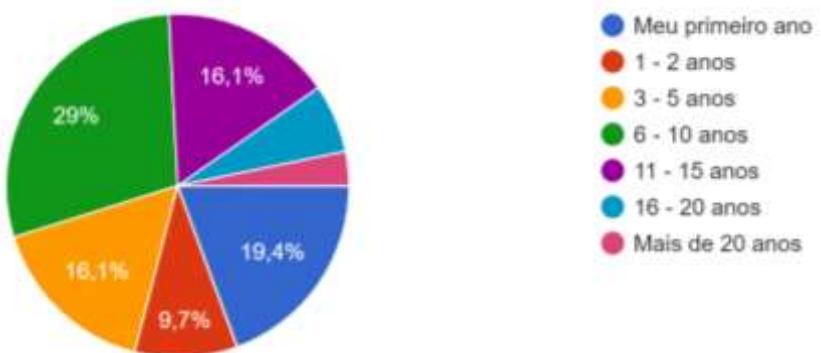
Gráfico 5 – Há quantos anos você atua como professor(a) na educação básica?



6) Há quantos anos você trabalha como professor (a) nesta escola?

- () Meu primeiro ano
- () 1-2 anos
- () 3-5 anos
- () 6-10 anos
- () 11-15 anos
- () 16-20 anos
- () Mais de 20 anos

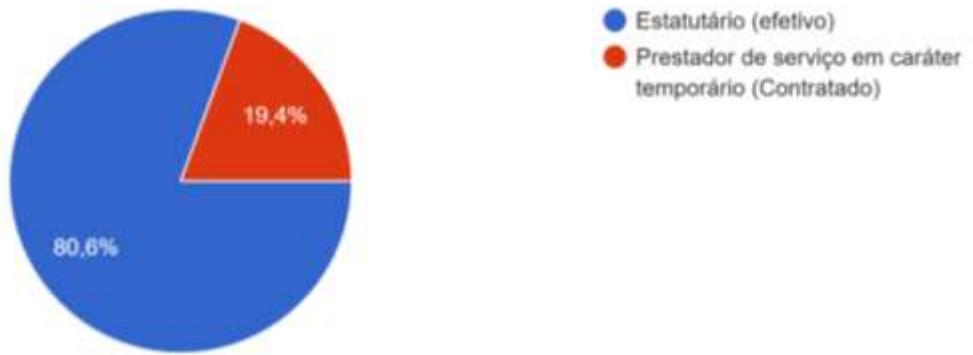
Gráfico 6 – Há quantos anos você trabalha como professor(a) nesta escola?



7) Qual é a sua situação trabalhista na escola?

- () Estatutário (efetivo)
- () Prestador de serviço por caráter temporário (Contratado)

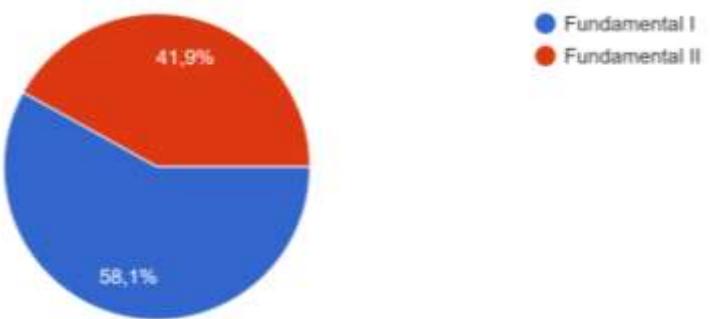
Gráfico 7 – Qual é a sua situação trabalhista na escola?



8) Qual é a sua área de atuação na escola?

- () Fundamental I
() Fundamental II

Gráfico 8 – Qual é a sua área de atuação na escola?

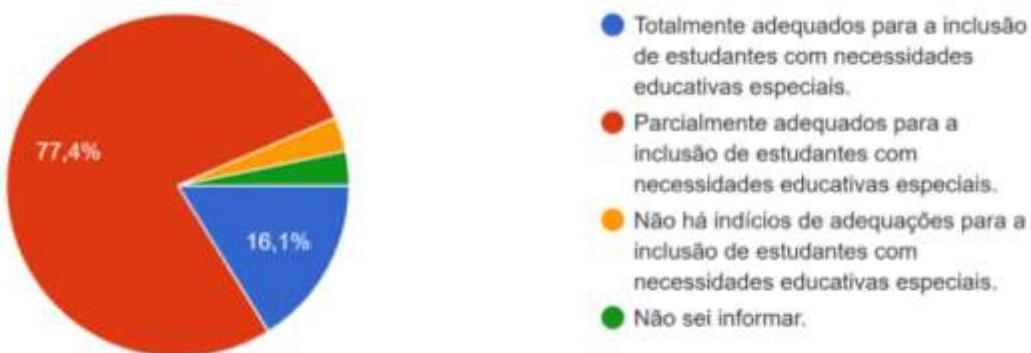


APÊNDICE C - QUESTÕES SOBRE O OBJETO DA PESQUISA

1) Em relação aos materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pela escola, você considera que são:

- () Totalmente adequados para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Parcialmente adequados para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Não há indícios de adequações para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Não sei informar.

Gráfico 9 – Em relação aos materiais didáticos e recursos pedagógicos utilizados pela escola, você considera que são:



2) Ao avaliar as instalações, estrutura física e acessibilidade da escola, você considera que sua escola encontra-se:

- () Totalmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Parcialmente adequada para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Não há indícios de adequação para promover a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais.
- () Não sei informar.

Gráfico 10 – Ao avaliar as instalações, estrutura física e acessibilidade da escola, você considera que sua escola encontra-se:



3) Você considera que a formação profissional e experiências docentes:

- () Influenciam totalmente para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.
- () Influenciam parcialmente para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.
- () Não há indícios de influências para que as práticas curriculares se tornem efetivamente inclusivas.
- () Não sei informar

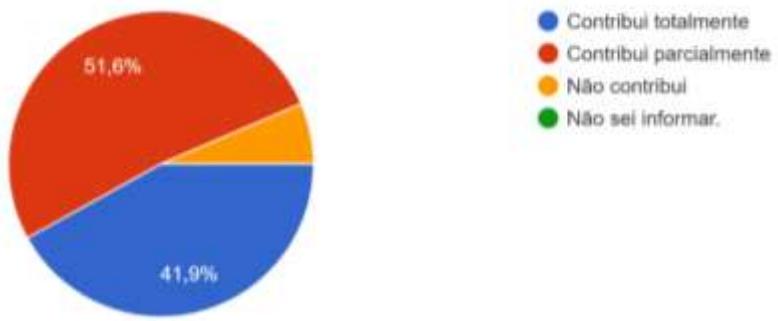
Gráfico 11 - Você considera que a formação profissional e experiências docentes:



4) Você considera que a atuação do profissional no AEE da sua escola contribui para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial?

- () contribui totalmente
- () contribui parcialmente
- () não contribui
- () não sei informar

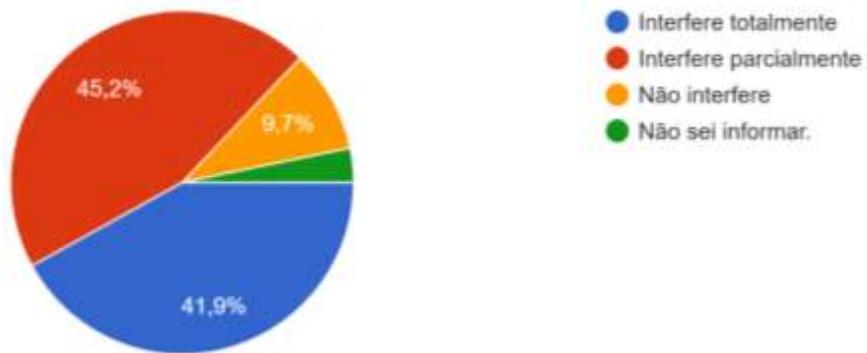
Gráfico 12 - Você considera que a atuação do profissional no AEE da sua escola contribui para o processo de escolarização dos estudantes público da educação especial?



5) A atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola?

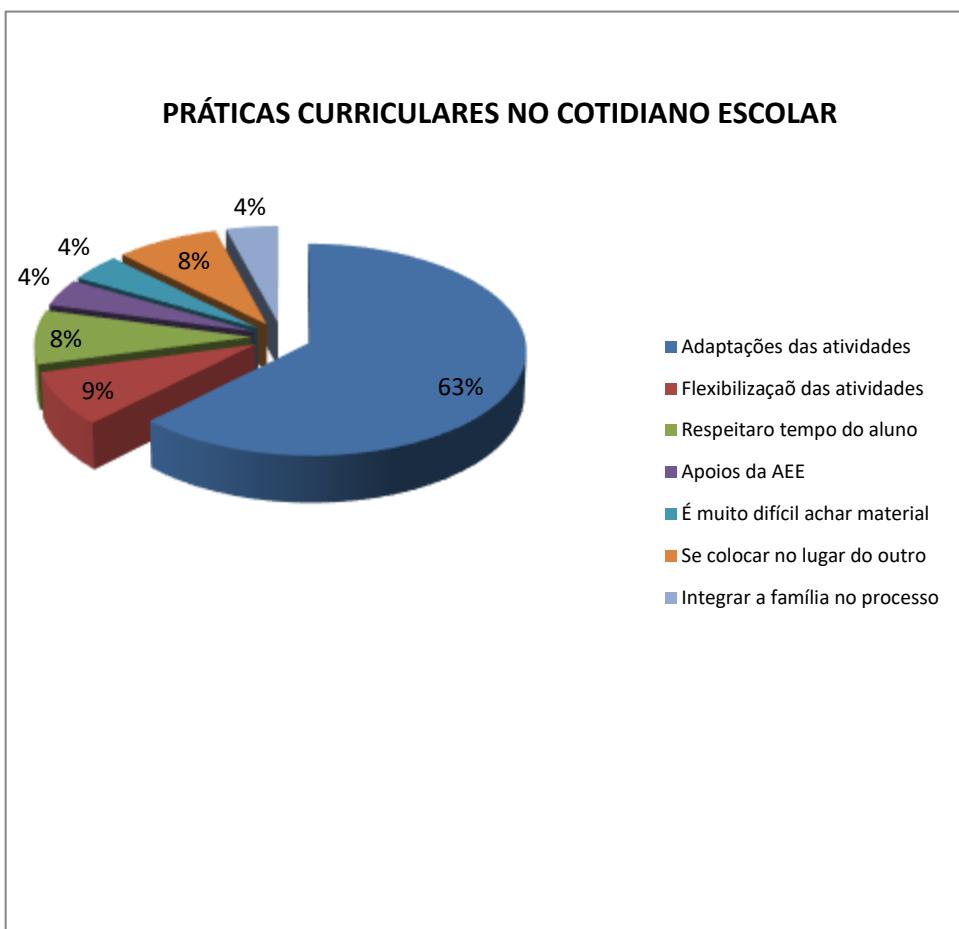
- () interfere totalmente
- () interfere parcialmente
- () não interfere
- () não sei informar

Gráfico 13 – A atuação da gestão escolar interfere na promoção das práticas curriculares inclusivas da sua escola?



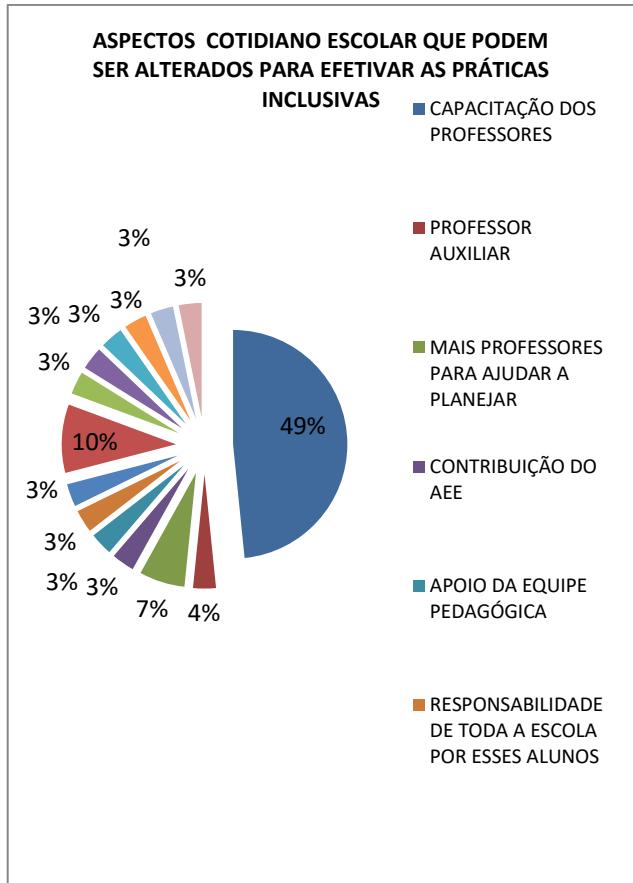
6) Que práticas curriculares você realiza no seu cotidiano escolar que contribuem para a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais?

Gráfico 14 – Práticas curriculares no cotidiano escolar



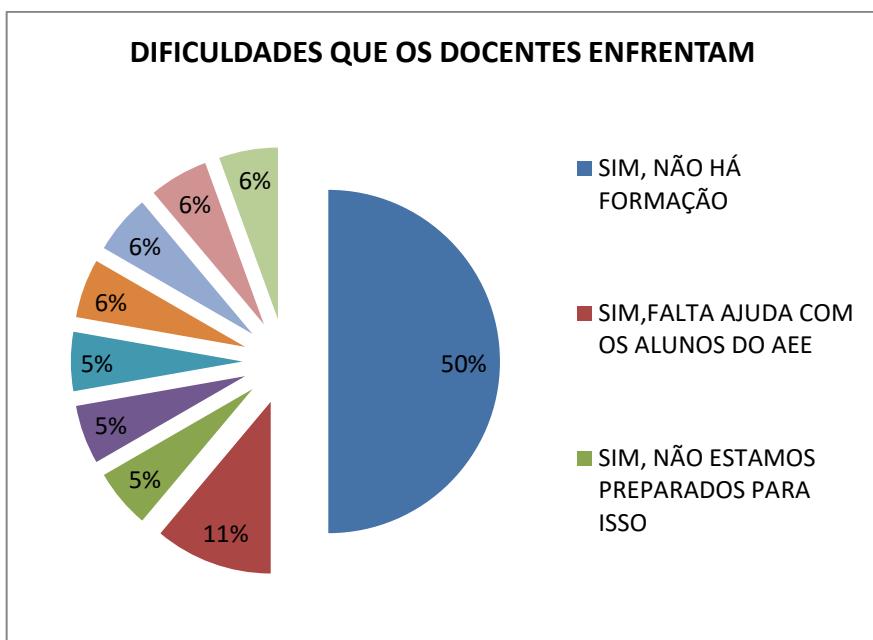
7) Na sua opinião, quais aspectos do contexto escolar podem ser alterados para que se efetivem as práticas curriculares inclusivas?

Gráfico 15 – Aspectos cotidiano escolar que podem ser alterados para efetivar as práticas inclusivas



8) Na sua atuação docente você encontra alguma (s) dificuldade (s) para atender as necessidades educativas de estudantes com necessidades educativas especiais em sala de aula? Quais?

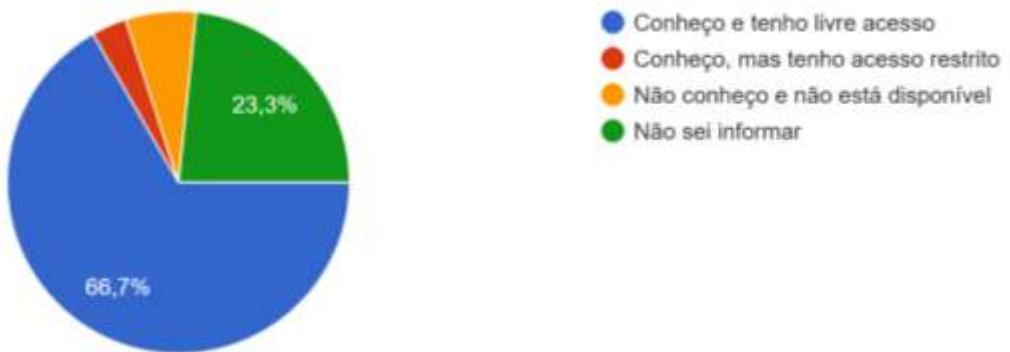
Gráfico 16 – Dificuldades que os docentes enfrentam



APÊNDICE D - QUESTÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1) Você tem conhecimento e acesso ao PPP da sua escola?

- () Conheço e tenho livre acesso
- () Conheço, mas tenho acesso restrito
- () Não conheço e não está disponível



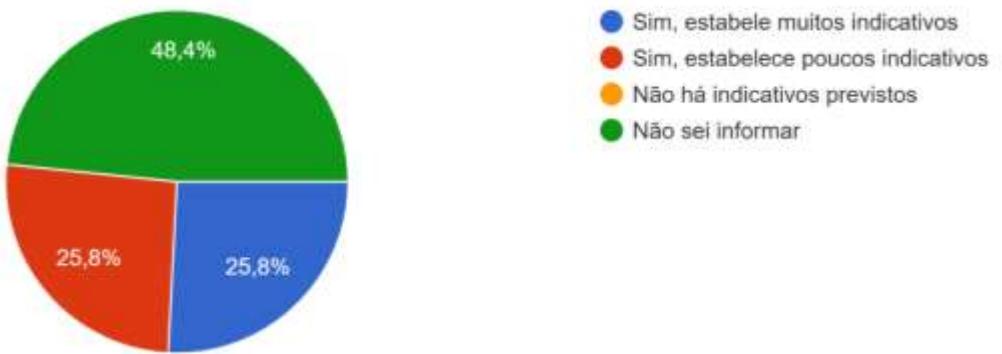
2) Você participou da elaboração do PPP da sua escola?

- () Participei ativamente de toda a construção do PPP objetivo
- () Participei parcialmente da construção do PPP
- () Não participei da construção do PPP

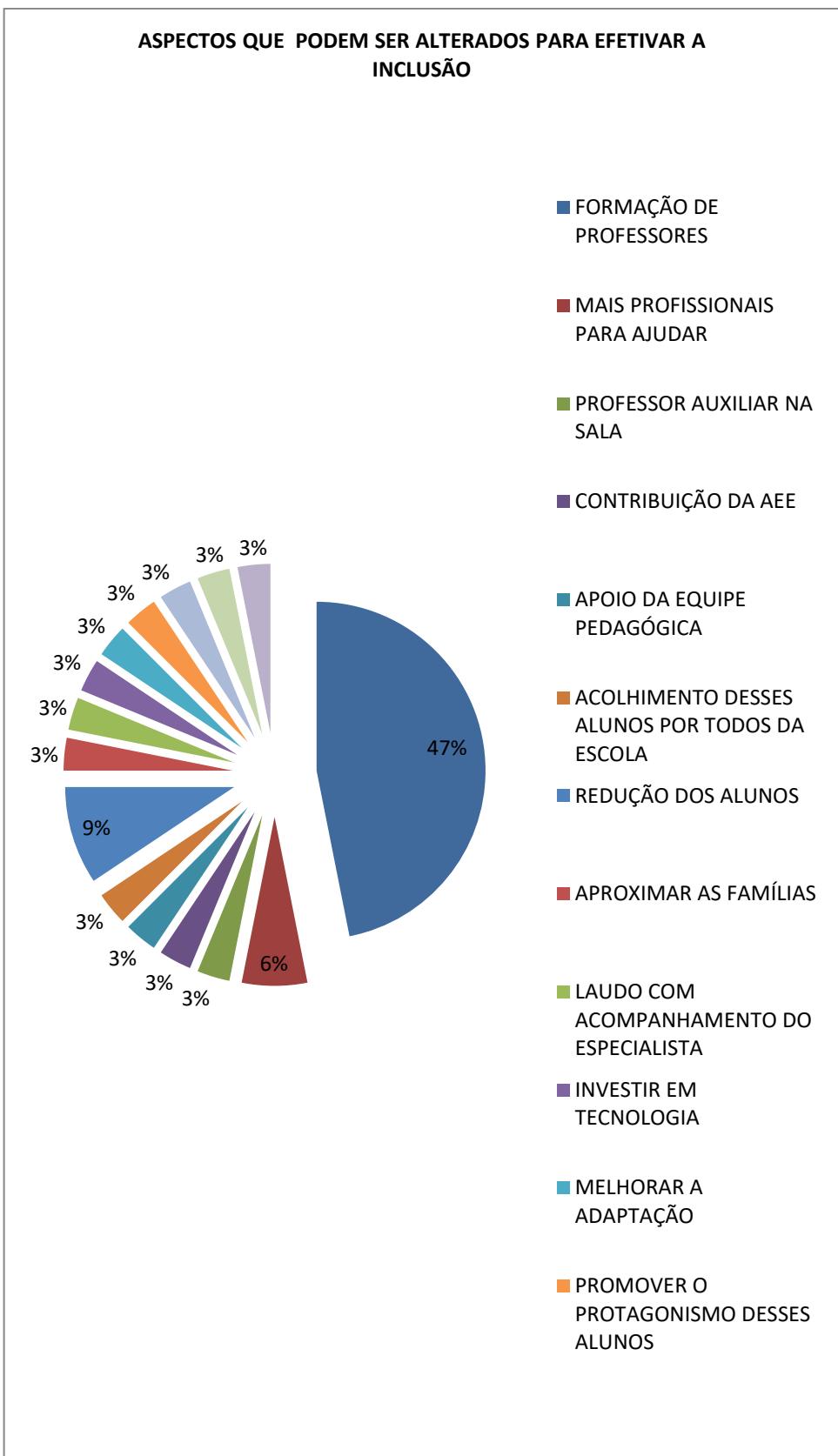


3) O PPP da sua escola estabelece indicativos para a efetivação de práticas curriculares inclusivas na escolarização de estudantes considerados público da educação especial?

- () Sim, estabelece muitos indicativos
- () Sim, estabelece poucos indicativos
- () Não há indicativos previstos
- () Não sei informar



4) Indique os aspectos políticos, pedagógicos e/ou administrativos que você considera fundamentais estar inseridos no PPP, para a efetivação de práticas curriculares inclusivas no contexto de sua escola.



APÊNDICE E: TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO - TCLE



Comitê de Ética em Pesquisas
Envolvendo Seres Humanos - Udesc

GABINETE DO DIRETOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada Estudo das práticas curriculares de educação especial na educação básica: um estudo de caso em uma escola pública de ensino regular do município de Joinville/SC, que fará o preenchimento de um questionário organizado em formulário online, acessado por uma plataforma disponibilizada pela pesquisadora, durante um período previamente determinado, onde serão aplicadas perguntas abertas e fechadas, visando obter maior índice de dados juntos a população desta pesquisa, tendo como objetivo analisar as práticas curriculares pedagógicas de inclusão escolar, identificar possíveis dificuldades/fragilidades existentes no contexto escolar para a efetivação de práticas curriculares inclusivas e analisar documentos normativos que regulamentam a educação especial com o público da educação especial em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Joinville/SC. Esta pesquisa envolve ambientes virtuais com formulário disponibilizados através do link <https://forms.gle/JG8fh6h2M3Nvsuvm9>, não sendo obrigatório se identificar e responder todas as perguntas, podendo a qualquer momento desistir de participar da pesquisa. O convite para preenchimento do formulário será enviado via e-mail, através de lista oculta para os participantes, sendo o remetente a própria pesquisadora.

Por isso, antes de responder as perguntas/participar das atividades disponibilizadas em ambiente não presencial, virtual, será apresentado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para a sua anuência. Esse Termo de Consentimento será previamente apresentado, entregue em mãos na Escola Municipal Professora Lacy Luiza da Cruz Flores e caso concorde em participar, deve assinar e será considerado o aceite para responder o questionário/formulário. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder da pesquisadora e outra com o sujeito participante da pesquisa.

As informações coletadas serão gravadas e armazenadas em dispositivo eletrônico local, HD externo da pesquisadora, após a realização do download dos dados, que serão arquivados por um período de tempo de cinco anos.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão resarcidas. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por serem pouco invasivos por tratar-se do preenchimento de um questionário online, com informações que se referem as atividades desenvolvidas em seu setor profissional. As questões pessoais abordadas tratam de informações profissionais com baixo índice de riscos, como desconforto, constrangimento, medo ou vergonha de não saber responder, de ser identificado, de invasão de privacidade, de quebra de sigilo, estresse e cansaço. Os possíveis danos serão minimizados pelo próprio preenchimento do questionário ser realizado com sua identidade preservada, com a garantia de zelo pelo sigilo dos dados fornecidos, e pela guarda

adequada das informações coletadas, sendo realizado de modo individual e livre de qualquer intervenção do pesquisador, e ainda, em um ambiente confortável de sua escolha.

O benefício direto e imediato e a vantagem em participar deste estudo é o que os dados serão utilizados para contribuir na melhoria das práticas curriculares pedagógicas de inclusão escolar, fornecendo alternativas para superar dificuldades e resolver problemas inerentes as práticas curriculares voltadas a inclusão de estudantes considerados público alvo da educação especial. Os benefícios indiretos são a ampliação do conhecimento pela comunidade científica acerca do objeto de pesquisa "As práticas curriculares de inclusão escolar com o público da educação especial" e a resolução da problemática relevante para a sociedade, ou seja, o resultado do estudo tem o objetivo de melhorar o processo envolvendo a inclusão dos alunos da educação especial em uma escola municipal da rede de ensino de Joinville/SC.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: estudante do Mestrado Profissional de Educação Inclusiva Andréia Regina Anacleto da Silva, o orientador Profº Dr. Amauri Bogo e a Coorientadora Profª Dra. Cléia Demétrio Pereira.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Andréia Regina Anacleto da Silva

NÚMERO DO TELEFONE: (47) 99108-4351

ENDEREÇO: Rua Carlos Romualdo do Rosário, 159, Bairro Floresta. Joinville – SC.

ASSINATURA DO PESQUISADOR: _____

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPSH/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: coneep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu comprehendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____



Assinaturas do documento



Código para verificação: **703OAXI2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

 **AMAURO BOGO** (CPF: 562.XXX.549-XX) em 26/12/2022 às 15:25:13
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:41:54 e válido até 30/03/2118 - 12:41:54.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNTgzOTRfNTg0ODFfMjAyMi83MDNPQVhJMg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00058394/2022** e o código **703OAXI2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.